

ANÁLISE AMBIENTAL E SOCIAL

Desenvolvimento Social e Sustentabilidade
Fiscal para a Prefeitura de Porto Alegre
Construções e Reformas (Projeto BR-L
1597)

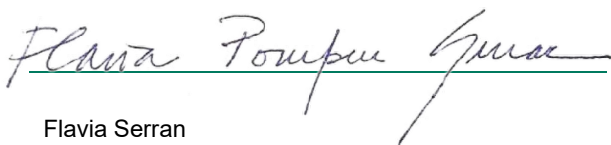
15 de agosto de 2022

Nº do Projeto: 0635003

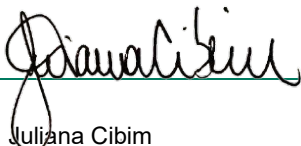
15 de agosto de 2022

ANÁLISE AMBIENTAL E SOCIAL


Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal para a Prefeitura de
Porto Alegre
Construções e Reformas (Projeto BR-L 1597)



Flavia Serran
Coordenadora do Projeto



Juliana Cibim
Sócia Responsável pelo Projeto



Alice Correa
Consultora Local



Ricardo Calvo
Sócio Responsável pelo Projeto

ERM Brasil Ltda.

Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105 – 171

Thera Corporate – Cidade Monções

São Paulo – SP - 04571-010

© Copyright 2022 by The ERM International Group Limited and/or its affiliates ('ERM').
All Rights Reserved. No part of this work may be reproduced or transmitted in any form
or by any means, without prior written permission of ERM.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	1
1.1	A Avaliação Ambiental e Social (AAS) e o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)	1
1.2	Contexto Geral.....	2
2.	O PROGRAMA.....	3
2.1	Objetivos.....	3
2.2	Alcance da AAS e do PGAS	7
2.3	Componentes do Programa.....	8
2.4	Características Gerais dos Projetos	9
2.4.1	Instalação de Energia Solar Fotovoltaica em Loteamentos Habitacionais de Interesse Social (HIS).....	9
2.4.2	Projeto Piloto Vila dos Idosos	14
2.5	Construção e Reforma de Unidades de Atenção Primária à Saúde	17
2.5.1	Unidades de Saúde para incluir Clínicas de Família.....	17
2.5.2	Estruturação de Centros Especializados em Saúde (CES)	18
2.5.3	Hospital Pronto Socorro de Porto Alegre	20
2.5.4	Hospital Materno Infantil Presidente Vargas	21
2.5.5	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS	22
2.5.6	Reforma do Centro de Urgência e Emergência	22
2.5.7	Reforma de prédios para entrega aos conselhos tutelares.....	22
2.5.8	Reforma dos Centros de Triagem.....	27
3.	MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL.....	29
4.	CONDIÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS DA CIDADE DE PORTO ALEGRE	38
4.1	Mecanismo de Queixas e Reclamações Existentes	42
5.	IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO IDENTIFICADAS	46
5.1	Impactos no Meio Físico	46
5.2	Impactos no Meio Biótico.....	50
5.3	Impactos Sociais.....	51
6.	PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – PGAS	58
6.1	Plano de Controle de Erosão e Sedimentação	58
6.1.1	Objetivos	58
6.1.2	Metodologia	59
6.2	Plano de Gestão de Resíduos	59
6.2.1	Objetivo.....	59
6.2.2	Enfoque Geral.....	59
6.2.3	Procedimento.....	60
6.3	Plano de Gestão de Emissões e Ruído	61
6.3.1	Objetivo.....	61
6.3.2	Medidas de Controle.....	61
6.4	Plano de Gerenciamento de Riscos e Desastres Naturais	62
6.5	Plano de Gestão de Tráfego e Pedestres.....	63
6.5.1	Objetivos	63
6.6	Medidas de Controle.....	64
6.7	Plano de Saúde e Segurança da Comunidade.....	64
6.7.1	Objetivos	64
6.7.2	Identificação das Comunidades Afetadas e Riscos de Saúde e Segurança.....	65
6.7.3	Diretrizes para Salvaguardas Ambientais e Sociais Voltadas ao Projeto e Instalação de Painéis Solares nas Unidades Habitacionais de Interesse Social	65
6.8	Plano de Equidade de Gênero.....	67

6.8.1	Objetivos	67
6.8.2	Atividades e/ou Ações-Chave	68
6.8.3	Linguagem e comportamento adequado	68
6.8.4	Oportunidades equitativas	68
6.8.5	Participação e Consultas Públicas	68
6.9	Treinamento e Capacitação	68
6.10	Responsabilidades	69
6.11	Monitoramento, Supervisão e Divulgação de Resultados	69
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
8.	LIMITAÇÕES	74
9.	BIBLIOGRAFIA	75

ANEXO 1 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

ANEXO 2 PLANO DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS

ANEXO 3 APRESENTAÇÃO PORTO ALEGRE

ANEXO 4 RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA

1. INTRODUÇÃO

1.1 A Avaliação Ambiental e Social (AAS) e o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS)

Este documento apresenta a Análise Ambiental e Social – AAS do Programa de Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal para a Prefeitura de Porto Alegre, com o objetivo de apresentar os impactos e riscos ambientais e sociais decorrentes das obras e reformas consideradas neste documento, assim como as medidas previstas para redução e controle destes impactos. As obras consideradas para esta AAS são:

Tabela 1.1 – Obras e Reformas contempladas pelo Programa

Projetos	Descrição e objetivos
DEM HAB – Departamento Municipal de Habitação	
Solução Energética Sustentável em Loteamentos de Habitação de Interesse Social (HIS) - Condomínio Senhor do Bom Fim	Instalação de Energia Solar Fotovoltaica em Loteamentos de HIS
Solução Energética Sustentável em Loteamentos de HIS - Condomínio Irmãos Maristas	Instalação de Energia Solar Fotovoltaica em Loteamentos de HIS
Projeto Piloto Vila dos Idosos	Construção de condomínio residencial para população idosa em vulnerabilidade social, a ser construído na área central de Porto Alegre
SMS Secretaria Municipal de Saúde	
Construção/reforma de Unidades de Atenção Primária à Saúde	Reformular as Unidades existentes para incluir Clínicas de Família.
Estruturação de 04 Centros Especializado em Saúde na Capital (região norte, leste, oeste e sul)	Dois desses centros serão em estruturas já existentes (Santa Marta e IAPI), os outros 2 (dois) seriam em novas estruturas.
Hospital Pronto Socorro de Porto Alegre	Implantar uma Unidade de Diagnóstico uma Unidade de Referência de Queimados.
Hospital Materno Infantil Presidente Vargas	Reformar o Centro Obstétrico, revitalização da Entrada de Emergência, e equipamentos para a UTI/Adultos
SMDS- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	
Reforma do Centro de Urgência e Emergência	
Reforma de 03 prédios para entrega aos Conselhos Tutelares	
Unidades de Triagem e CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) ligadas a Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC ¹	

Para cumprir com este objetivo, este documento está dividido em três grandes blocos principais:

- Descrição do programa e das ações previstas;
- Descrição dos aspectos ambientais e sociais existentes; e
- Identificação dos impactos ambientais e sociais e das medidas de mitigação e controle.

¹ As Unidades de Triagem e CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), estão fora do escopo de trabalho da ERM nas estão aqui listadas para refletir a totalidade dos projetos considerados para financiamento pelo BID.

São apresentados ainda, o marco legal e regulatório aplicável aos projetos considerados neste documento.

Ao final, um item de considerações finais apresenta um resumo dos resultados da avaliação realizada.

Os resultados dessa AAS são baseados nas informações coletadas nas visitas técnica realizada em ao longo de mês de junho e julho, 2022, nas reuniões online realizadas com as equipes do DEMHAB, SMS e SMDS, revisão de informações públicas de fontes oficiais e meios de comunicação locais

1.2 Contexto Geral

A cidade de Porto Alegre é a capital do estado do Rio Grande do Sul, localizada no extremo Sul do Brasil. O estado do Rio Grande do Sul faz fronteira ao norte com o estado de Santa Catarina e ao oeste e sul de seus limites, faz divisa com os países Argentina e Uruguai, respectivamente. Além disso, o leste do território Sul Rio Grandense vai de encontro com o Oceano Atlântico, conforme pode ser observado na Figura 1.1.

A cidade de Porto Alegre é uma das 15 maiores cidades do país e o núcleo da Região Metropolitana de Porto Alegre (RPMA). “Além do núcleo da metrópole, a Região Metropolitana conta com outros centros urbanos importantes, centros industriais e de serviços, bem como centros que polarizam as redes urbanas que extrapolam os seus limites institucionais, como é o caso de Novo Hamburgo e São Leopoldo” (RIBEIRO, 2018). A RPMA de Porto Alegre é a quarta região metropolitana em relação ao número de habitantes.

A cidade de Porto Alegre está localizada em uma área de planície circundada por 40 morros que abrangem 65% de sua área. É limitada por uma orla fluvial do lago Guaíba, de cerca de 72 km de extensão. O principal bioma da região é o Pampa.

Porto Alegre conta, segundo o IBGE (2021), com uma população estimada em 1.492.530 pessoas, área territorial de cerca de 495.390 km² e densidade demográfica de 2.837,53 hab./km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é de 0,805 enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano do Estado – IDH é de 0,746. O município, ainda segundo o IBGE, possui 201 estabelecimentos de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde - SUS e conta com o atendimento de cerca de 93% da população com esgotamento sanitário adequado.

Figura 1.1 - Localização do estado do Rio Grande do Sul. Município de Porto Alegre destacado em vermelho no mapa maior



2. O PROGRAMA

2.1 Objetivos

O objetivo geral do Projeto Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre é de ampliar e qualificar os investimentos sociais de forma a permitir a promoção da inclusão da população vulnerável e oferecer serviços sociais de excelência, melhorando a qualidade do gasto público e a sustentabilidade fiscal.

Estes objetivos serão atingidos através de 4 componentes, dos quais apenas parte do Componente 1, abaixo descrito, inclui as obras de infraestrutura que são objeto desta AAS.

Componente 1: Investimento para promover a inclusão da população vulnerável e fornecer serviços sociais de qualidade para todos (US\$ 100 milhões).

O objetivo desta componente é apoiar o Estado na implementação da reforma do setor de saúde e melhorar a infraestrutura digital escolar. Irá financiar: (i) o desenvolvimento e implementação de novos currículos e materiais de instrução, plataformas e conteúdos digitais de aprendizagem; (ii) capacitação de professores e diretores sobre o novo currículo; (iii) uma análise de demanda em cada região para informar o novo planejamento de implementação curricular e projetos educacionais das escolas; e (iv) equipamentos para melhorar a conectividade e infraestrutura tecnológica de todas as escolas, como computadores, notebooks e outros equipamentos afim.

- **Subcomponente 1.1.** Interoperabilidade e transformação digital, integração e interoperabilidade de sistemas de gestão e acesso aos serviços sociais da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA); e
- **Subcomponente 1.2.** Qualidade dos serviços sociais e inclusão da população vulnerável. As obras de infraestrutura incluídas neste Componente 1 e seus subcomponentes envolvem três setores: Habitação (DEMHAB- Departamento Municipal de Habitação), Saúde (SMS Secretaria Municipal de Saúde) e Desenvolvimento Social (SMDS Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social). As intervenções no setor habitacional (DEMHAB) incluem (a) implementação de solução energética sustentável em loteamentos de habitação de interesse social por meio de instalação de painéis solares em dois loteamentos, a princípio, desenvolvidos para população em vulnerabilidade social reassentada; e (b) construção de um projeto piloto de comunidade para idosos acima de 65 anos autônomos (Vila dos Idosos). As intervenções no setor da saúde (SMS) envolvem (a) reformas de médio porte nos prédios de atenção primária existentes (Unidades de Atenção Primária à Saúde); (b) Instalação de 4 Centros Especializados de Saúde 2 em edifícios existentes e dois em edifícios novos; e (c) reformas de médio porte em dois hospitais existentes (Hospital Materno Infantil Presidente Vargas e Hospital Pronto Socorro de Porto Alegre). As intervenções no sector do desenvolvimento social (SMDS) incluem pequenas reformas em edifícios existentes: (a) Reforma do Centro de Urgência e Emergência; e (b) reforma de 3 prédios para os Conselhos Tutelares. Também fazem parte deste subcomponente Unidades de Triagem e CRAS (Centro de Referência em Assistência Social).

Esta AAS abrange somente as obras de infraestrutura constantes do Componente 1 – Subcomponente 1.2.

O Programa foi desenvolvido considerando a distribuição nas diversas regiões da cidade de Porto Alegre, conforme Tabela e Figura a seguir:

Tabela 2.1 – Obras e Reformas contempladas pelo Programa

Projetos	Descrição e objetivos
DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação	
Loteamento Senhor do Bom Fim Sarandi	Implementação de energia sustentável por meio de instalação de painéis solares

Projetos	Descrição e objetivos
Loteamento Irmãos Maristas	Implementação de energia sustentável por meio de instalação de painéis solares
Projeto Piloto Vila dos Idosos	Desenvolvimento de condomínio para população idosa em vulnerabilidade social, a ser construído na área central de Porto Alegre.
SMS Secretaria Municipal de Saúde²	
Construção/reforma de Unidades de Atenção Primária à Saúde	Reformular as Unidades existentes para incluir Clínicas de Família.
Estruturação de 4 Centros Especializado em Saúde na Capital (regiões norte, leste, oeste e sul)	Dois desses centros serão em estruturas já existentes (Santa Marta e IAPI), os outros 2 (dois) seriam em novas estruturas.
Hospital Pronto Socorro de Porto Alegre Largo Teodoro Herzl, s/nº - Bom Fim	Implantar uma Unidade de Diagnóstico uma Unidade de Referência de Queimados.
Terrenos SMS/PMPA	
Clínica da Família - CF Glória (Intendente) R. Intendente Alfredo Azevedo, 530	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno: 2.338,56 m ² Dimensão da Obra: 1.094,74 m ²
Clínica da Família - CF José Mauro Ceratti Lopes (Castelo) Estrada João Antônio da Silveira, nº 2.590 - Restinga	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno: 1.800,00 m ² Dimensão da Obra: 1.000,00 m ²
Clínica da Família - CF Quinta do Portal Estrada Afonso Lourenço Mariante, nº 5.371 - Lomba do Pinheiro	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno: 2.754,81 m ² Dimensão da Obra: 1.000,00 m ²
Clínica da Família - CF Porto dos Casais Rua das Espatódias, s/nº - Ponta Grossa	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno: 3.950,78 m ² Dimensão da Obra: 1.000,00 m ²
Clínica da Família - CF Assis Brasil Av. Ecoville, nº 365 - Sarandi	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno: 1.647,20 m ² Dimensão da Obra: 1.000,00 m ²
Unidade de Saúde - US Santo Alfredo Rua Santo Alfredo, nº 303 - Partenon	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno: 3.854,40 m ² Dimensão da Obra: 560,00 m ²
Unidade de Saúde - US Planalto Rua Lindomar dos Reis, nº 41 - Planalto	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno: 824,00 m ² Dimensão da Obra: 600,00 m ²
Unidade de Saúde - US Beco do Adelar Rua Francisco Mattos Terres, nº 600 - Campo Novo	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno: 1.144,59 m ² Dimensão da Obra: 600,00 m ²
Unidade de Saúde - US Esmeralda Rua Dolores Duran, nº 1.621 - Lomba do Pinheiro	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno: 749,57 m ² Dimensão da Obra: 450,00 m ²

² Dado que os projetos previstos pela SMS ainda não estão com detalhamento concluído, pode haver alterações nas metragens apresentadas neste documento.

Projetos	Descrição e objetivos
Unidade de Saúde - US Lomba do Pinheiro Estrada João de Oliveira Remião, nº 5.100 - Lomba do Pinheiro	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno: 3.425,70 m² Dimensão da Obra: 600,00 m²
Unidade de Saúde - US Maria da Conceição Rua Mário de Artagão, nº 137 - Maria da Conceição	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno: 1.012,00 m² Dimensão da Obra: 600,00 m²
Centros de Especialidades - CE Norte (IAPÍ) Rua Três De Abril, nº 90 - Passo da Areia	Tipo de obra: Reforma Dimensão do terreno: 1.500,00 m² Dimensão da Obra: 1.500,00 m²
Centros de Especialidades - CE Oeste - SANTA MARTA Rua Capitão Montanha, nº 27 - Centro Histórico	Tipo de obra: Reforma Dimensão do terreno: 2.700,00 m² Dimensão da Obra: 2.700,00 m²
Centros de Especialidades - CE Leste - MURIALDO Av. Bento Gonçalves, nº 3.722 - Partenon	Tipo de obra: Construção
Hospital Materno Infantil Presidente Vargas Av. Independência, 661 - Independência	Reformar o Centro Obstétrico, revitalização da Entrada de Emergência, e equipamentos para a UTI/Adultos
SMDS- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	
Reforma do Centro de Urgência e Emergência - Rua Santa Madalena, 245 – bairro Bom Jesus	Trata-se de 05 terrenos com imóveis doados pela PMPA, localizados em bairro residencial. Está previsto uma reforma geral nas edificações já existentes, com o objetivo de dispor de um espaço para abrigar população de rua em períodos pontuais e oficinas de cursos/treinamentos.
Conselho Tutelar 3 - Rua São Felipe, 140 – bairro Bom Jesus	Reforma da atual sede com ampliação ao fundo. Equipamento em funcionamento. Terreno onde funciona uma Escola de Samba
Conselho Tutelar 4 - Rua São Felipe, 140 – bairro Bom Jesus	Trata-se de uma reforma geral da edificação e intervenções na área de estacionamento, principalmente para execução de serviços de drenagem. Não haverá retirada de vegetação. Este equipamento público já atende no local. Os lindeiros são uma Unidade de Saúde da Prefeitura e casas residenciais.
Conselho Tutelar 1 - Praça Pinheiro Machado, s/nº - bairro Floresta.	Reforma geral das instalações
Conselho Tutelar 10 + equipamento FASC. Rua Papa Pio XII, 129-335 – bairro Passo das Pedras.	Reforma geral das instalações em edificação existente, a fim de sediar a futura sede deste CT, equipamento da FASC e espaço multiuso. Edificação já existente, inserida dentro de um Centro de Comunidade do Município. Não haverá retirada de vegetação. A vizinhança do entorno é formada por imóveis residenciais.
Conselho Tutelar 05 Av. Niterói, 472 – Medianeira.	Construção de nova sede para este CT, em terreno do Município, disponibilizado junto ao CEGEB (Centro de Comunidade George Black). Será construído uma edificação de aproximadamente 250m², em uma área onde

Projetos	Descrição e objetivos
	atualmente existe o estacionamento da Escola Emílio Meyer. Não haverá retirada de vegetação. Os lindeiros serão um prédio residencial e uma Escola Estadual.
Conselho Tutelar 06 Av. Cavallhada, 6735 – bairro Cavallhada.	Construção de nova sede para este CT, em terreno próprio do Município, disponibilizado junto ao Parque Ipanema. Será construído uma edificação de aproximadamente 250m ² , em uma área onde atualmente temos um terreno desocupado.
Conselho Tutelar 09 Estrada João de Oliveira Remião, 5250 – bairro Lomba do Pinheiro.	Construção de nova sede para este CT, em terreno próprio do Município. Será construído uma edificação de aproximadamente 250m ² , em uma área onde atualmente temos um terreno desocupado. Não haverá retirada de vegetação.
Unidade de Triagem Reciclando pela Vida Rua Dr. Júlio Olszewski, 01 – bairro Floresta.	Reforma em edificação existente, onde atualmente já opera a Unidade de Triagem.
Unidade de Triagem Santíssima Avenida Bernardino Silveira Amorim, 2315 – Rubem Berta.	Reforma em edificação existente, onde atualmente já opera a Unidade de Triagem.
Unidade de Triagem São Pedro Avenida Bento Gonçalves, 2460 - Partenon.	Reforma em edificação existente, onde atualmente já opera a Unidade de Triagem.
Unidade de Triagem Rubem Berta Estrada Antônio Severino, 1317 – bairro Rubem Berta.	Reforma em edificação existente, onde atualmente já opera a Unidade de Triagem.
Unidade de Triagem Aterro Norte Rua Sérgio Jungblut Dieterich, s/nº - bairro Sarandi.	Reforma em edificação existente, onde atualmente já opera a Unidade de Triagem.
Unidade de Triagem Coopertinga Rua Estrada João Antônio Silveira, 3240 - bairro Restinga.	Reforma em edificação existente, onde atualmente já opera a Unidade de Triagem.
Unidade de Triagem Vila Pinto Avenida Joaquim Vilanova, 143 - bairro Bom Jesus.	Reforma em edificação existente, onde atualmente já opera a Unidade de Triagem.
Unidade de Triagem Campo da Tuca Rua D, 200 - bairro Partenon. Unidade de Triagem Cavallhada Rua Monsenhor Ruben Neis, 730 - bairro Cavallhada.	Reforma em edificação existente, onde atualmente já opera a Unidade de Triagem. Reforma em edificação existente, onde atualmente já opera a Unidade de Triagem.
Unidade de Triagem Padre Cacique Rua Estrada do Rincão, 6781 – bairro Belém Velho.	Reforma em edificação existente, onde atualmente já opera a Unidade de Triagem.
Unidade de Triagem Chocolatão Avenida Protásio Alves, 9115 – bairro Protásio Alves.	Reforma em edificação existente, onde atualmente já opera a Unidade de Triagem.
Unidade de Triagem Lomba Estrada Afonso Lourenço Mariante, 4401 – bairro Lomba do Pinheiro.	Reforma em edificação existente, onde atualmente já opera a Unidade de Triagem.

Projetos	Descrição e objetivos
FASC Fundação de Assistência Social e Cidadania	
CRAS GLÓRIA -	Construção Nova
CRAS CRISTAL	Construção Nova
CRAS-CREAS LESTE	Construção Nova
CARS TIMBAÚVA -	Reforma/Ampliação
CARS SANTA ROSA	Reforma/Ampliação
CRAS FARRAPOS	Reforma/Ampliação

Nota: SMDS - Além destas, está previsto a construção de 02 Unidades de Triagem novas, mas que ainda não tem terrenos definidos.

Os objetivos do Programa, os projetos que o compõe, os principais impactos e medidas, assim como um resumo do Plano de Engajamento foram disponibilizados no site da Prefeitura de Porto Alegre (Anexo 3).

2.2 Alcance da AAS e do PGAS

Este documento se refere especificamente à preparação de uma Avaliação Ambiental e Social (AAS), um Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), e um Plano de Engajamento das Partes Interessadas para as obras de infraestrutura propostas (Subcomponente 1.2).

O novo Marco de Política Ambiental e Social (MPAS) do BID, versão em português de setembro de 2021 (disponível aqui: <https://www.iadb.org/en/mpas>), requer que todos os projetos financiados pelo Banco sejam classificados quanto a seus impactos ambientais e sociais, e que sejam objeto de:

1. Uma Avaliação Ambiental e Social (AAS);
2. Seu respectivo Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS); e,
3. Um Plano de Engajamento das Partes Interessadas (SEP, por suas siglas em inglês) compatível com a sua classificação.

O Componente 1 do Projeto Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre foi preliminarmente classificado como Categoria B, considerando que as obras de infraestrutura previstas são obras de construção civil de pequeno a médio porte e complexidade (construção e reforma de prédios públicos de saúde e apoio social), e que seus impactos potenciais negativos serão moderados, de curta duração (principalmente durante o período de obras), localizados, e para os quais já existem medidas padronizadas e de fácil implementação para a sua mitigação. Sendo assim, para os projetos Categoria B, o MPAS requer uma AAS, PGAS, PGL, e SEP de âmbito específico e limitado às obras propostas, descritas a seguir.

Dessa forma, o objetivo desta Avaliação Ambiental e Social (AAS) é a identificação e avaliação dos impactos e riscos ambientais e sociais tais como abordados nos diversos Padrões de Desempenho Ambiental e Social (ESPS, por seu acrônimo em inglês) do MPAS (incluindo, entre outros, os riscos de saúde e segurança ocupacional e riscos às comunidades vizinhas aos locais de realização das obras, riscos de violência baseada em gênero, riscos relacionados com a mão de obra e condições de trabalho dos empregados do projeto, riscos associados a mudanças climáticas) associados direta ou indiretamente com o projeto, e as medidas previstas para controlá-los, incluindo, se for o caso, atividades de fortalecimento institucional, tais como treinamento e capacitação em temas específicos.

O processo de desenvolvimento desta AAS envolveu as seguintes atividades:

- Descrição dos projetos previstos e definição de uma linha de base ambiental e social específica que permitisse relacionar a situação atual do local de implantação de cada projeto com os impactos ambientais e sociais decorrentes, assim como com os objetivos esperados para cada projeto;

- A elaboração da linha de base foi desenvolvida com base da documentação fornecida pelo DEMHAB, SMS e SMDS, informação pública disponível nas páginas da internet da Prefeitura de Porto Alegre, das três instituições envolvidas e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- Realização de visitas de campo aos locais onde serão implementadas as reformas e os projetos indicados a seguir (Tabela 2.1);
- Apresentação do marco regulatório aplicado aos projetos;
- Avaliação dos potenciais impactos e riscos ambientais, sociais, culturais, para a saúde e segurança, associados ao projeto;
- Elaboração de recomendações para mitigação, gestão e monitoramento dos impactos identificados, consolidadas em um Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS). O PGAS inclui além das medidas, um Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) incluindo os sete elementos exigidos pelo ESPS1 para uma gestão adequada dos riscos ambientais e sociais do Projeto; (Anexo 1), e,
- Elaboração de um Plano de Engajamento de Partes Interessadas envolvendo recomendações para a realização de consultas públicas (Anexo 2).

2.3 Componentes do Programa

Tabela 2.2 – Obras e Reformas contempladas pelo Programa

Projetos	Descrição e objetivos
DEM HAB – Departamento Municipal de Habitação	
Loteamento Senhor do Bom Fim	Implementação de energia sustentável por meio de instalação de painéis solares.
Loteamento Irmãos Maristas	Implementação de energia sustentável por meio de instalação de painéis solares.
Projeto Piloto Vila dos Idosos	Desenvolvimento de condomínio para população idosa acima de 65 anos em social, a ser construído em área central de Porto Alegre
SMS Secretaria Municipal de Saúde	
Construção/reforma de Unidades de Atenção Primária à Saúde	Reformular as Unidades existentes para incluir Clínicas de Família.
Estruturação de 4 Centros Especializado em Saúde na Capital (regiões norte, leste, oeste e sul)	Dois desses centros serão em estruturas já existentes (Santa Marta e IAPI), os outros 2 (dois) seriam em novas estruturas.
Hospital Pronto Socorro de Porto Alegre	Implantar uma Unidade de Diagnóstico uma Unidade de Referência de Queimados.
Hospital Materno Infantil Presidente Vargas	Reformar o Centro Obstétrico, revitalização da Entrada de Emergência, e equipamentos para a UTI/Adultos
SMDS- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	
Reforma/construção de 12 Unidades de Triagem e CRAS (Centro de Referência em Assistência Social).	
Reforma do Centro de Urgência e Emergência	-

Projetos	Descrição e objetivos
Reforma e/ou construção de 7 prédios para entrega aos Conselhos Tutelares	-
FASC Fundação de Assistência Social e Cidadania	
Três novas construções e reforma de três instalações existentes	-

2.4 Características Gerais dos Projetos

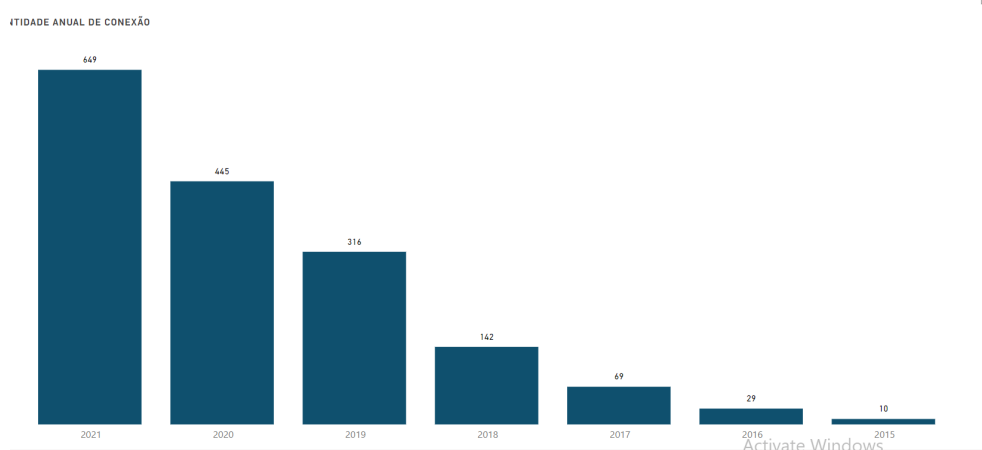
Nesse tópico, serão apresentadas as características inerentes a cada projeto, bem como suas respectivas localizações, objetivos, responsáveis administrativos, dentre outras informações pertinentes.

2.4.1 Instalação de Energia Solar Fotovoltaica em Loteamentos Habitacionais de Interesse Social (HIS)

Os projetos propostos na área habitacional pelo DEMHAB englobam intervenções na Vila dos Idosos e projetos de eficiência energética em dois projetos do programa Minha Casa Minha Vida – MCMV – Loteamentos Senhor do Bom Fim e Irmãos Marista.

Segundo relatado durante a visita a campo, atualmente o DEMHAB está em fase de preparação do Edital para a contratação do estudo de viabilidade técnica e projetos de instalação para os dois loteamentos. O projeto está previsto para ser iniciado em 2023, com duração de 36 meses. Esta proposta comporá a intenção de verificar a viabilidade deste tipo de intervenção e, futuramente, utilizar este tipo de instalação em outros loteamentos mediados pelo DEMHAB.

A instalação de painéis solares fotovoltaicos para consumo residencial vem sendo realizada na cidade de Porto Alegre desde 2015. Atualmente existem cerca de 1700 unidades consumidoras com uma potência instalada de 9.400 kW, o equivalente a uma pequena central hidrelétrica. A quantidade de painéis instalados vem crescendo significativamente ao longo dos anos, conforme figura disponibilizada no site da ANEEL (2015 na extrema direita e 2021 na extrema esquerda). As unidades consumidoras estão integradas à rede de distribuição da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.



Fonte: ANEEL, consulta realizada em agosto de 2022

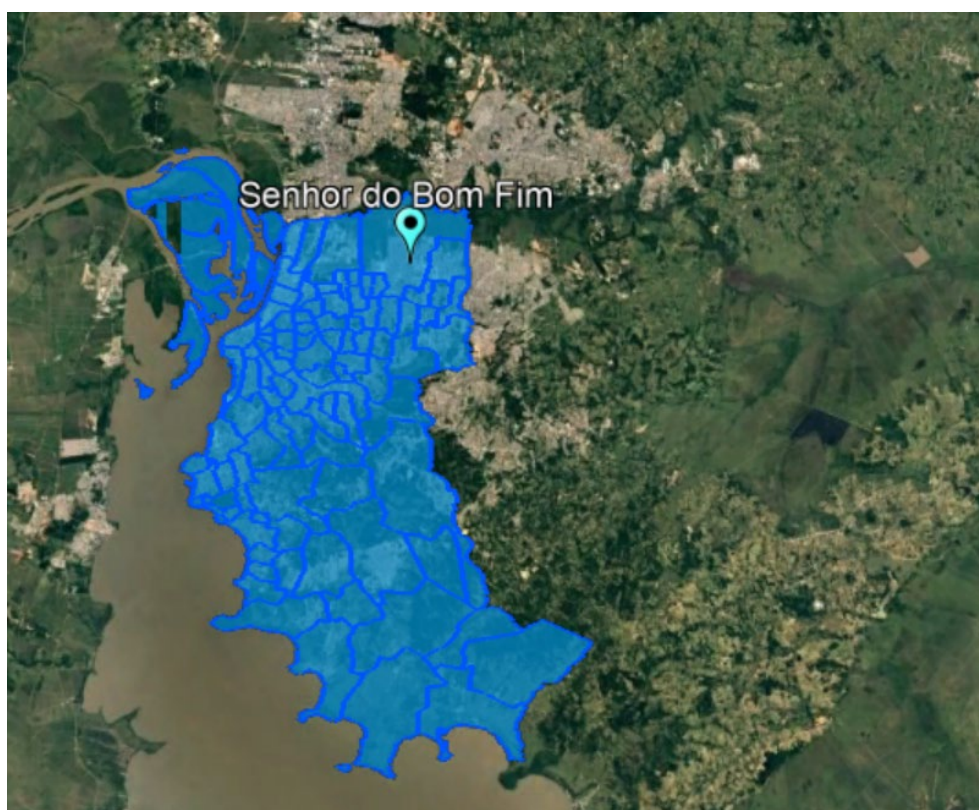
2.4.1.1 Loteamento Senhor do Bom Fim

O Loteamento Residencial Senhor do Bom Fim, com entradas pela rua Padre Bartolomeu Tiecher, s/n e rua Senhor do Bonfim, nº 55, no bairro Sarandi, financiado pelo agente financeiro Caixa Econômica Federal (CEF) para o desenvolvimento de 364 unidades habitacionais, obras

acompanhadas pelo DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação – para viabilizar o reassentamento dos moradores da Vila Nazaré, que antes ocupavam uma área irregular com entrada pela Avenida Sertório, com mais de 1.650 famílias. O terreno do Condomínio foi cedido pela prefeitura de Porto Alegre e juntamente com um convênio com a Caixa Econômica Federal – CEF, construiu as moradias por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, contando com a realização de obras para implementação de redes de abastecimento de água, rede de esgoto e rede pluvial, além de promover também rede de energia elétrica e pavimentação de ruas.

O condomínio conta com um total de 364 unidades, entre casas e apartamentos, contendo dois quartos, sala, cozinha e banheiro. As casas são adaptadas às pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção e possuem ainda um pátio externo e sistema de geração de energia solar. Além disso, há também 16 unidades comerciais, creche, posto de saúde e serviço de apoio socioeducativo.³

Figura 2-1 - Localização do Condomínio Senhor do Bom Fim na cidade de Porto Alegre



³ Fonte: [Mais de 200 famílias da Vila Nazaré serão transferidas até o Natal \(correiodopovo.com.br\)](https://correiodopovo.com.br) ; [DEM HAB \(portoalegre.rs.gov.br\)](https://demhab.portoalegre.rs.gov.br) e [Nova etapa de mudança das famílias da Nazaré começa nesta sexta | Prefeitura de Porto Alegre](#)

Figura 2-2 - Foto Aérea do Condomínio Senhor do Bom Fim**Figura 2-3 - Visão Geral do Condomínio Senhor do Bonfim**

Figura 2-4 - Condomínio Senhor do Bonfim

(Foto: ERM, visita de campo, junho/2022)

2.4.1.2 2.4.1.2 Loteamento Irmãos Maristas

O Loteamento Irmãos Maristas, cuja entrada principal ocorre na rua Tenente Coronel Waldomiro Efer, nº 88, no bairro Mário Quintana, é outro projeto financiado pela CEF e acompanhado pelo DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação – para o reassentamento dos moradores oriundos da Vila Nazaré e, complementarmente, da rua da Represa, Ocupação Cachoeira, Vila dos Herdeiros, Vila Pepino, além de famílias que viviam de aluguel social.

O loteamento foi construído em um terreno cedido pela prefeitura e é composto por unidades de aproximadamente 38 m², contemplando dois quartos, banheiro, sala e cozinha.³ Ao todo, são 1.298 unidades entre casas (98 unidades habitacionais) e apartamentos (1.200 unidades habitacionais). As casas e os andares térreos são destinadas às pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção. As casas possuem ainda um pátio externo nos fundos e sistema de geração de energia solar.

Além disso, há também unidades comerciais para atender os moradores que já possuíam estabelecimentos antes de migrarem para o Condomínio Irmãos Maristas. O condomínio Irmãos Maristas está localizado no bairro de Rubem Berta, que abrange uma área de 851 ha onde moram 87.367 habitantes, localizado no limite norte da cidade. O bairro Rubem Berta faz divisa com o município de Alvorada, a oeste com o bairro do Sarandi e ao sul com o bairro Mario Quintana.

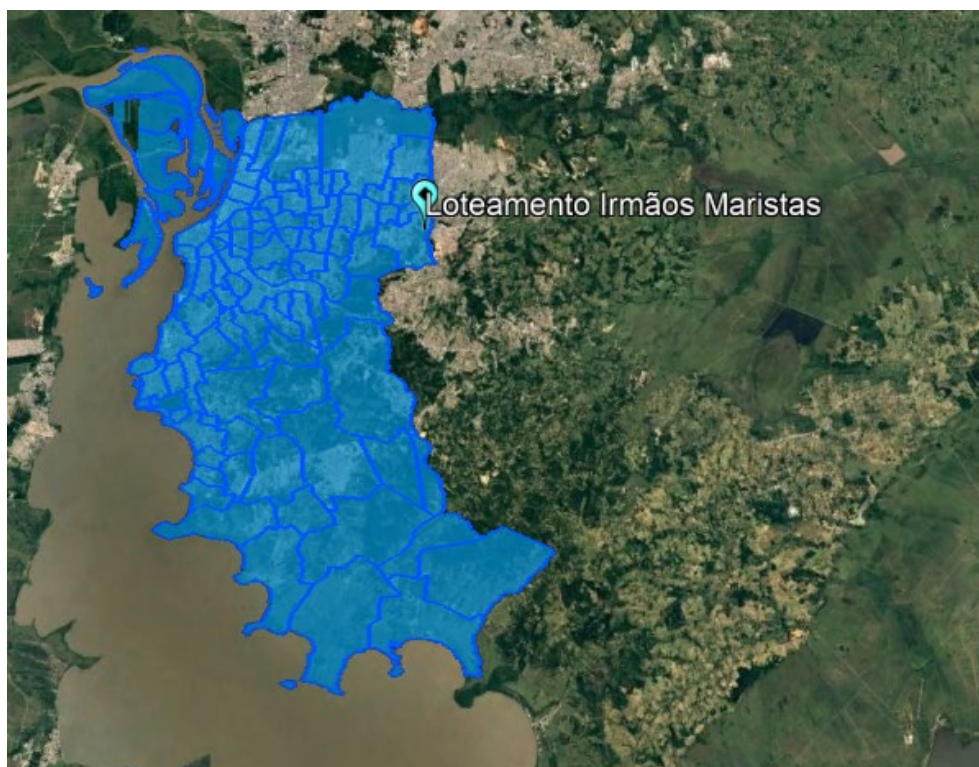
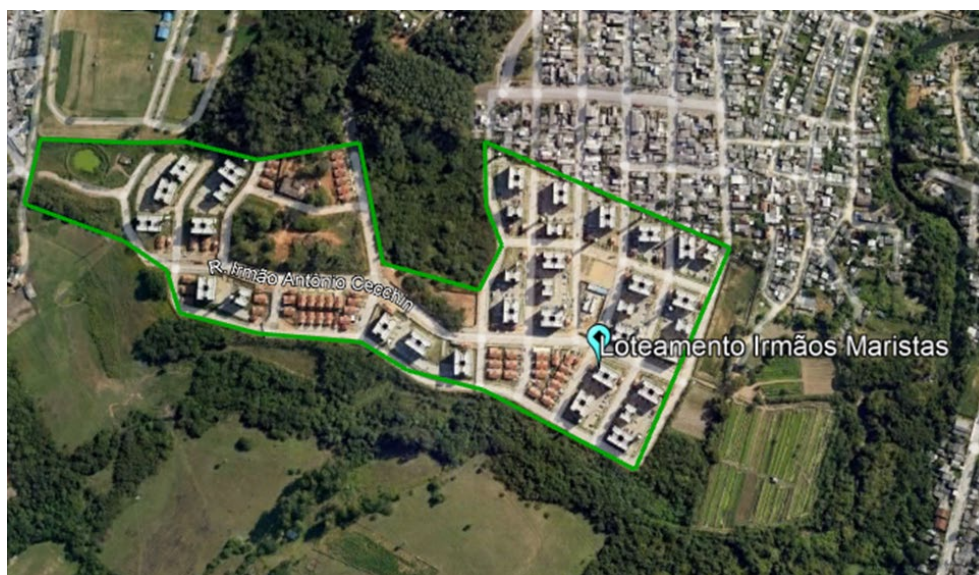
Figura 2-5 - Localização do Condomínio Irmãos Maristas em Porto Alegre**Figura 2-6 - Foto Aérea do Condomínio Irmãos Maristas**

Figura 2-7 – Condomínio Irmãos Maristas

(Foto: ERM, visita de campo, junho/2022)

2.4.2 Projeto Piloto Vila dos Idosos

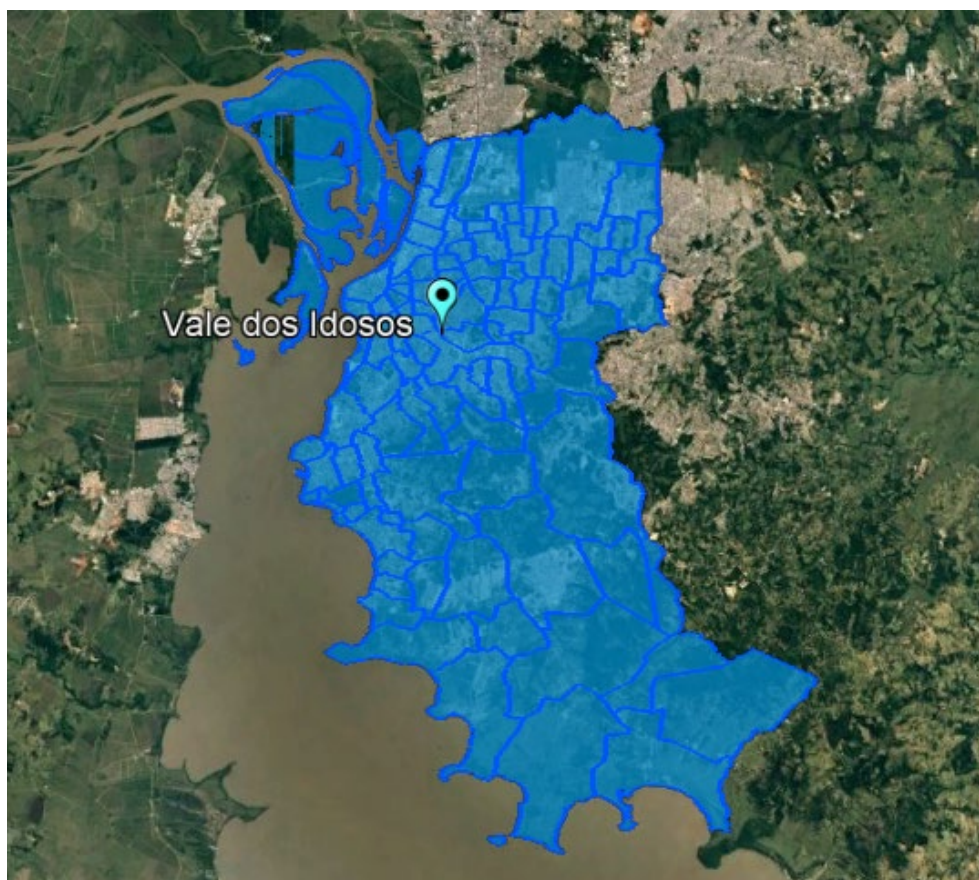
O projeto Piloto Vila dos Idosos será construído na Avenida Ipiranga, n°850 no bairro Jardim Botânico, na zona norte da cidade de Porto Alegre. A Vila dos Idosos é um projeto a ser implantado para uma população vulnerável da terceira idade com condições de autossustento. Porto Alegre é a capital nacional com maior número de idosos do país (aproximadamente 213 mil pessoas). O projeto da Vila dos Idosos tem como objetivos: (i) proporcionar espaços urbanos de moradia com infraestrutura para recepção; (ii) acessibilidade e iluminação pública adequada; (iii) centro de lazer próximo; (iv) espaços para a promoção da saúde; e, (v) cuidados básicos de saúde. O projeto tem como objetivo maior minimizar a exclusão de um grupo com fragilidade social.⁴

O projeto prevê a construção de 48 unidades habitacionais e 05 comerciais, em terreno próprio da PMPA, beneficiando 96 idosos. (DEMHAB, 2022).

Ainda segundo o DEMHAB, os aspectos inovadores deste projeto são:

- Atenção e política habitacional específica à população idosa com condições de possuírem autonomia física e financeira;
- Projeto-piloto para promoção de pesquisas e estudos longitudinais acerca da efetividade dessa modalidade de atendimento no município de Porto Alegre, possibilitando comparações com outros modelos; e
- Desenvolvimento de práticas de autocuidado e promoção de autonomia, divergente de políticas públicas que colocam o idoso no local de passividade e incapaz.

⁴ DEMHAB – Resumo da Reunião Extraordinária do COMHATAB – PROJETO FINANCIAMENTO BID, realizada em 27/07/2022

Figura 2-8 - Localização do Vila dos Idosos em Porto Alegre

Durante a visita técnica, foi localizado aos fundos do terreno uma casa de uso e ocupação desconhecidas e a Sede do Afro-Sul Odomodêê, espaço de promoção e preservação das raízes da arte e da cultura afro-brasileira, conforme pode ser observado nas figuras a seguir.

Figura 2-9 - Vista aérea do terreno a ser utilizado para o Vila dos Idosos. O ponto azul indica a localização do Centro Cultural Afro-Sul Odomodêê.



Segundo relatado durante a vista a campo, atualmente o DEMHAB está em fase de desocupação do terreno, presentemente ocupado por uma instituição cultural (Afro- Sul Odomodêê) e uma casa de uso e ocupação desconhecida localizada nos fundos do terreno. Subsequentemente, ocorre o levantamento topográfico e a contratação dos projetos de engenharia. O projeto tem início previsto para 2023 e estima-se que a Vila dos Idosos esteja operacional no final de 2024.

Figura 2-10 - Fachada do Afro-Sul Odomodêê



Figura 2-11 - Vista da vegetação do terreno do Vila dos Idosos**Figura 2-12 - Material abandonado no terreno a ser utilizado pelo Vila dos Idosos**

2.5 Construção e Reforma de Unidades de Atenção Primária à Saúde

2.5.1 Unidades de Saúde para incluir Clínicas de Família

A Unidade de Saúde, liderada pela Secretaria Municipal de Saúde, é o serviço que realiza o atendimento e acompanhamento da pessoa ao longo da vida, seja para consultas de rotina, para tratamento de novas doenças ou para problemas relacionados a doenças crônicas. Nas Unidades de Saúde são realizadas consultas, procedimentos médicos, de enfermagem, odontológicos e farmacêuticos, vacinação, ações de promoção em saúde, retirada de insumos e medicamentos.

Atualmente, o município de Porto Alegre conta com 136 Unidades de Saúde. O objetivo desse projeto, é a construção e reforma das Unidades de Saúde para contemplarem o funcionamento de Clínicas de Família que são unidades básicas de grande porte, que acomodam de seis a quinze equipes completas de Saúde da Família – sempre com médico e enfermeiro. Oferecem uma carteira de serviços que inclui saúde bucal, exames de laboratório, raio-X e exames de telemedicina (espirometria e eletrocardiograma).

2.5.2 Estruturação de Centros Especializados em Saúde (CES)

O projeto de estruturação de quatro Centros Especializados em Saúde (CES), distribuídos nas regiões norte, leste, oeste e sul da cidade. Dois desses centros serão em estruturas já existentes (Santa Marta e IAPI), os outros 2 (dois) seriam em novas estruturas. A definição das novas estruturas está em andamento.

A localização dos CES existentes ou planejadas é apresentada a seguir.

Unidade	Localização
Centros de Especialidades - CE Norte (IAPI)	R. Três de Abril, 90 - Passo d'Areia, Porto Alegre - RS, 90520-200
Centros de Especialidades - CE Oeste - SANTA MARTA	R. Cap. Montanha, 27 - Centro Histórico, Porto Alegre - RS, 90010-040
Centros de Especialidades - CE Leste - MURIALDO	Av. Bento Gonçalves, nº 3.722 - Partenon Tipo de obra: Construção para transferência da unidade que atualmente ocupa um imóvel alugado.

Estão também previstos os seguintes projetos:

Unidade	Localização	Tipo de obra	Observações
Clínica da Família - CF Glória (Intendente)	R. Intendente Alfredo Azevedo, 530 - Glória,	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno: 2.338,56 m ² Dimensão da Obra: 1.094,74 m ²	-
Clínica da Família - CF José Mauro Ceratti Lopes (Castelo)	Estrada João Antônio da Silveira, nº 2.590 - Restinga	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno: 1.800,00 m ² Dimensão da Obra: 1.000,00 m ²	Utilizará apenas uma parte do imóvel. Há um posto do Corpo de Bombeiros que permanecerá no local
Clínica da Família - CF Quinta do Portal	Estrada Afonso Lourenço Mariante, nº 5.371 - Lomba do Pinheiro	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno: 2.754,81 m ² Dimensão da Obra: 1.000,00 m ²	Laudo de Cobertura Vegetal de 2020 e Levantamento Planialtimétrico de 2016.
Clínica da Família - CF Porto dos Casais	Rua das Espatódias, s/nº - Ponta Grossa	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno: 3.950,78 m ² Dimensão da Obra: 1.000,00 m ²	Laudo de cobertura vegetal de 2020 e levantamento Planialtimétrico de 2017
Clínica da Família - CF Assis Brasil	Av. Ecoville, nº 365 - Sarandi	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno: 1.647,20 m ² Dimensão da Obra: 1.000,00 m ²	-
Unidade de Saúde - US Santo Alfredo	Rua Santo Alfredo, nº 303 - Partenon	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno:	-

Unidade	Localização	Tipo de obra	Observações
		3.854,40 m ² Dimensão da Obra: 560,00 m ²	
Unidade de Saúde - US Planalto	R. Lindomar dos Réis, 41 - Jardim Itu	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno: 824,00 m ² Dimensão da Obra: 600,00 m ²	Localizado em bairro residencial
Unidade de Saúde - US Beco do Adelar	Rua Francisco Mattos Terres, nº 600 - Campo Novo	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno: 1.144,59 m ² Dimensão da Obra: 600,00 m ²	-
Unidade de Saúde - US Esmeralda	Rua Dolores Duran, nº 1.621 - Lomba do Pinheiro	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno: 749,57 m ² Dimensão da Obra: 450,00 m ²	O projeto preverá a demolição da edificação existente (onde hoje opera a US Esmeralda) e construção de nova sede para a unidade
Unidade de Saúde - US Lomba do Pinheiro	Estrada João de Oliveira Remião, nº 5.100 - Lomba do Pinheiro	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno: 3.425,70 m ² Dimensão da Obra: 600,00 m ²	Laudo de Cobertura Vegetal e Levantamento Planialtimétrico, porém são mais antigos, de 2013, com reavaliação do LCV em 2015.
Unidade de Saúde - US Maria da Conceição	Rua Mário de Artagão, nº 137 - Maria da Conceição	Tipo de obra: Construção Dimensão do terreno: 1.012,00 m ² Dimensão da Obra: 600,00 m ²	-

Figura 2.13 – Atual prédio da Centros de Especialidades - CE Leste - MURIALDO



Figura 2.14 – Terreno da futura sede da Centros de Especialidades - CE Leste – MURIALDO



Figura 2.15 – Modelo arquitetônico das futuras instalações das unidades de saúde



2.5.3 Hospital Pronto Socorro de Porto Alegre

O Hospital Pronto Socorre de Porto Alegre foi inaugurado em 1944 e é o principal serviço de emergência do estado do Rio Grande do Sul. O hospital opera 24 horas por dia e realiza, segundo informações obtidas no website do hospital (<http://hps.poa.br/>, consulta realizada em 24/06/2022) mais de 900 atendimentos diários, nas especialidades ambulatoriais, médicas e odontológicas, em especial a pessoas vítimas de politraumatismo.



Localizado no Largo Teodoro Herzl, s/nº Bairro Bom Fim, o hospital é administrado pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS). O hospital conta com 85 leitos hospitalares, 22 leitos em UIT e atende a 19 especialidades médicas.

Especialidades

O Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre é especializado em mais de **10 tipos de serviços em emergência** para o atendimento da população.

- | | |
|-----------------------------|------------------------|
| ✓ Cardiologia | ✓ Emergência Clínica |
| ✓ Cirurgia Bucomaxilofacial | ✓ Medicina Intensiva |
| ✓ Cirurgia do Trauma | ✓ Neurocirurgia |
| ✓ Cirurgia Geral | ✓ Oftalmologia |
| ✓ Cirurgia Plástica | ✓ Otorrinolaringologia |
| ✓ Cirurgia Vascular | ✓ Traumatologia |

A maior parte dos atendimentos referem-se a urgências clínicas. Segundo o website do hospital, uma de suas características marcantes é que 30% dos seus leitos são de UTI, quando a média dos hospitais em geral, públicos ou particulares, não ultrapassa 5%, o que mostra ser este um hospital voltado e equipado para pacientes críticos.

Atualmente integra a rede de serviços do Sistema Único de Saúde e conta com 1.472 servidores.

O projeto prevê a implantação de uma Unidade de Diagnóstico e Unidade de Referência de Queimados. Detalhes adicionais sobre o início das obras, prazo de construção e início de funcionamento ainda não estão disponíveis. Da mesma forma, detalhes sobre o número de trabalhadores envolvidos e o porte das reformas serão apresentados com o detalhamento do projeto.

2.5.4 Hospital Materno Infantil Presidente Vargas

O Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (HMIPV) – HMIPV - foi inaugurado em 24 de janeiro de 1953. Em 24 de agosto de 2000, o HMIPV passou para a gestão municipal, através de termo de cessão de uso firmado entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura de Porto Alegre. Atualmente, o hospital é administrado pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, oferecendo 100% do atendimento pelo SUS.

O hospital conta com atendimento de emergência para crianças e gestantes e atendimento ambulatorial (consultas) e internação em neonatologia, pediatria, ginecologia e obstetrícia e psiquiatria infantil e adolescente. É referência para o atendimento para mulheres vítimas de violência sexual e para crianças vítimas de violências de qualquer tipo.

O projeto prevê a reforma do centro obstetrício e a revitalização da entrada de emergência e dos equipamentos para a UTI/Adultos. Detalhes adicionais sobre o início das obras, prazo de construção e início de funcionamento ainda não estão disponíveis. Da mesma forma, detalhes sobre o número de trabalhadores envolvidos e o porte das reformas serão apresentados com o detalhamento do projeto.

2.5.5 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social é o órgão encarregado da definição, articulação e execução das políticas relativas à: proteção integral, proteção à vulnerabilidade pessoal e comunitária, enfrentamento à pobreza, inclusão social e acessibilidade a quem mais precisa, acesso ao mundo do trabalho, emprego e renda e defesa dos direitos humanos.

2.5.6 Reforma do Centro de Urgência e Emergência

O projeto prevê a reforma geral em edificação existente, em processo de doação. O Centro de Urgência e Emergência está localizado na Rua Santa Madalena, 245 no Bairro de Bom Jesus. A área total do terreno é de aproximadamente 1.440 m², sendo 600 m² de área construída. No momento o imóvel encontra-se desocupado. O objetivo do projeto é criar um espaço para abrigar população de rua em períodos pontuais e oficinas de cursos/treinamentos. Não haverá retirada de vegetação.

O projeto de reforma está em fase de atualização. Está sendo contratado um escritório de arquitetura para elaboração do projeto de reforma geral da edificação. A conclusão do projeto está prevista para maio de 2023. As obras estão previstas para serem iniciadas em agosto de 2023, com duração de 6 meses.

2.5.7 Reforma de prédios para entrega aos conselhos tutelares

O Conselho Tutelar é um órgão colegiado que atende casos de crianças ou adolescentes ameaçados ou violados em seus direitos. A sua atuação cobrará dos responsáveis a efetivação dos direitos elencados no ECA, encaminhando, quando necessário, práticas de atos ilegais ou criminosos à Justiça.” “De acordo com o artigo 131 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n.º 8069/90), o “Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente”.

O Conselho Tutelar atua no âmbito do Município, recebe denúncias de violação de direitos, tais como violência física, psicológica e sexual, negligência, abandono ou a própria conduta, apurando e encaminhando aos órgãos competentes prestarem o atendimento à necessidade que a situação apresenta. As atribuições do Conselho Tutelar estão expressas no art. 136 do ECA com 13 atribuições. Cabe salientar o Art. 95, com a atribuição de Fiscalização das Entidades. Exerce suas funções com independência, e somente a autoridade judiciária poderá rever as medidas aplicadas pelo Conselho Tutelar, e a sociedade em geral, que poderá enviar denúncia à Corregedoria do Conselho Tutelar.

Em Porto Alegre, o Conselho Tutelar é composto por dez unidades, cada uma com cinco membros, escolhidos pela comunidade através do voto facultativo para mandato de 4 anos. Estão vinculados administrativa e financeiramente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte. Têm sua organização e funcionamento estabelecidos em seu Regimento Interno através do Decreto 17.039/2011.

Durante o período das obras, as atividades dos Conselho serão deslocadas para local próximo das unidades em reforma.

No âmbito deste Programa estão previstos os seguintes projetos:

- **Conselho Tutelar Microrregião 1** – reforma geral das instalações a ser realizada em prédio municipal localizado na Av. Pátria, 622- Pça Pinheiro Machado, s/nº, bairro São Geraldo. A área do conselho tutelar ocupa uma fração do terreno de 797,48 m² em Praça Pública, dos quais 262,69 m² são de área construída. A área a ser reformada consiste em vestiários abandonados, atualmente sem uso. Não está prevista a retirada de vegetação para realização do projeto.

O projeto arquitetônico foi elaborado pelo corpo técnico da Prefeitura de Porto Alegre (CPPP/DPP/SMOI) e encontra-se concluído. O Projeto Executivo encontra-se em fase de elaboração com previsão de conclusão até dezembro de 2022. As obras estão previstas para serem iniciadas em março de 2023, com duração de 8 meses.

Este projeto obteve a Permissão de Uso do Espaço da SMAMUS para a SMDS e Termo de Responsabilidade de Imóveis emitido pela SMAP- SEI 15406159-Doc 15181241, parte da Mat.45407- 1ª zona- P.A.

Figura 2.16 - Localização do Conselho Tutelar Microrregião 1



- **Conselho Tutelar Microrregião 3** – reforma das instalações da atual Sede com ampliação em edificação existente, em prédio municipal localizado na Rua São Felipe, 140, no bairro do Bom Jesus. A área do conselho tutelar ocupa uma fração de 490,05 m² em terreno da PMPA, com uma área edificada de 184,00 m². A área a ser reformada é ocupada atualmente pela sede com CT03. Não está prevista a retirada de vegetação para a realização deste projeto.

Segundo informações fornecidas pela SMDS – Unidade de Projetos Estratégicos, este equipamento público já atende no local. Os lindeiros são um CRIP (Centro de Relações Institucionais e Participativas – equipamento público), um terreno onde funciona uma Escola de Samba e aos fundos um estacionamento. Este projeto será objeto de visita de campo na etapa subsequente desta AAS.

O projeto arquitetônico foi elaborado pelo corpo técnico da Prefeitura de Porto Alegre (CPPP/DPP/SMOI) e encontra-se concluído. O Projeto Executivo também já se encontra concluído e já estão aptos a serem encaminhados para licitação. As obras estão previstas para serem iniciadas em janeiro de 2023, com duração de 4 meses. Há a invasão de uma pequena área do imóvel (4,23m²), presentemente ocupada pela churrasqueira de uma Escola de Samba

vizinha que necessitará ser retirada para a execução da obra. Haverá ainda a necessidade de remoção de um espécime vegetal nos fundos do terreno.

Figura 2.17 - Localização do Conselho Tutelar Microrregião 3

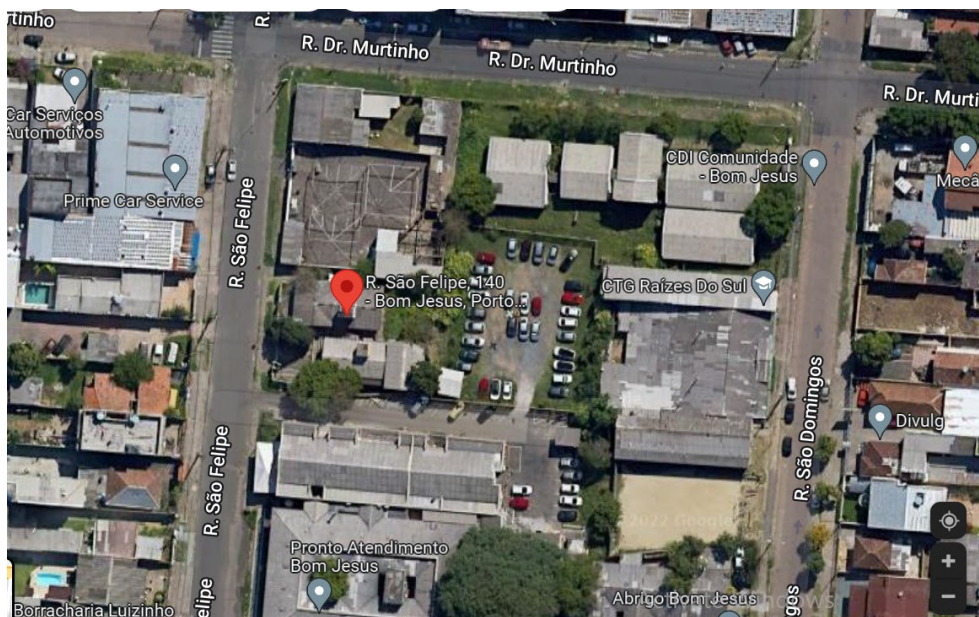
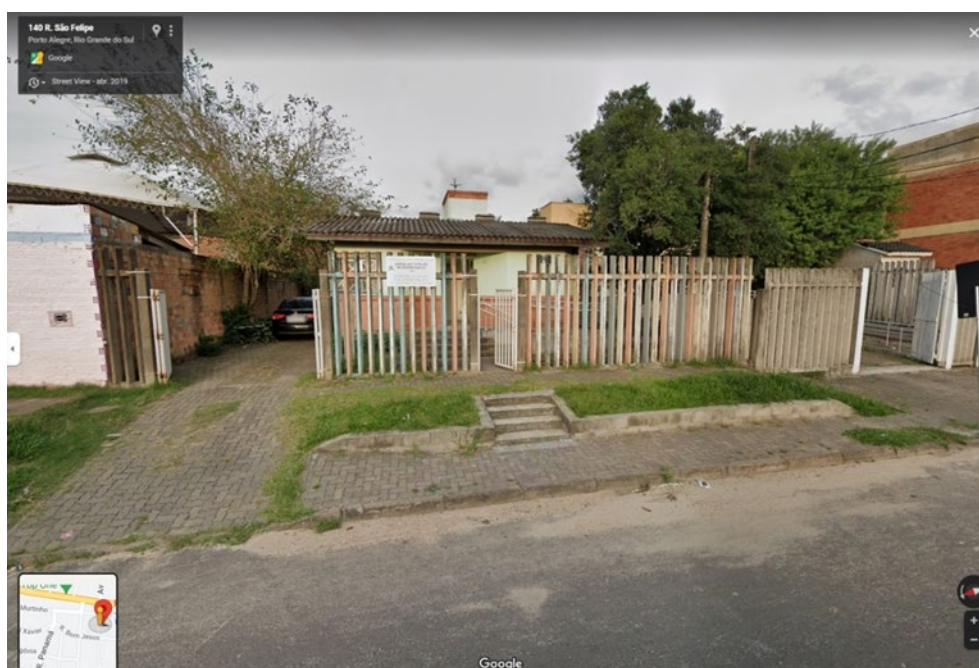


Figura 2.18 - Vista do local



(Foto cedida pela SMSD – Unidade de Projetos Estratégicos)

- **Conselho Tutelar Microrregião 4** - reforma geral em edificação existente, em prédio atualmente em processo de transferência de titularidade, localizado na Rua Manoel Vitorino, 10 no bairro do Partenon. A área do conselho tutelar ocupa um terreno de 1.840,00 m², com uma área edificada de 265,50 m². A área a ser reformada é ocupada atualmente pela sede com CT04. As intervenções preveem, o tratamento de diversas trincas e fissuras existentes na edificação além

da reforma geral e intervenções na área do estacionamento principalmente para realização de serviços de drenagem. Não está prevista a retirada de vegetação para realização deste projeto.

Segundo informações fornecidas pela SMDS – Unidade de Projetos Estratégicos, este equipamento público já atende no local. Os limites são uma Unidade de Saúde da Prefeitura e casas residenciais. Este projeto será objeto de visita de campo na etapa subsequente desta AAS.

O projeto arquitetônico foi elaborado pelo corpo técnico da Prefeitura de Porto Alegre (CPPP/DPP/SMOI) e encontra-se concluído. O Projeto Executivo também se encontra concluído. As obras estão previstas para serem iniciadas em janeiro de 2023, com duração de 4 meses.

Figura 2.19 - Localização do Conselho Tutelar Microrregião 4



Figura 2.20 - Vista do local



(Foto cedida pela SMDS – Unidade de Projetos Estratégicos)

Figura 2.21 - Vista das fissuras e trincas na Conselho Tutelar Microrregião 4

- **Conselho Tutelar Microrregião 10 e equipamento FASC** – reforma geral em edificação existente para nova sede do Conselho e futura sede de um Centro de Triagem (CT), em prédio municipal, localizado na Rua Pio XXII, 129 ao 335, no bairro Vila Ingá. A área do conselho tutelar ocupará uma edificação existente em terreno de PMPA, com uma área edificada de 445,00 m². A área a ser reformada encontra-se desocupada atualmente.

O projeto arquitetônico está sendo elaborado por um escritório de arquitetura. O Projeto Executivo encontra-se em fase de contratação. As obras estão previstas para serem iniciadas em agosto de 2023, com duração de 8 meses.

- **Conselho Tutelar Microrregião 9** – construção de edificação para nova sede localizado na Estradada João de Oliveira Remião, 5450, no bairro Longa do Pinheiro em terreno da PMPA. O CT09 terá uma área edificada de 250,00 m². A área a ser construída encontra-se em terreno desocupado. O entorno é formado por equipamentos públicos (Pracinha da Cultura Lomba do Pinheiro) e um galpão próprio da Prefeitura que sedia a Divisão de Conservação de Vias Urbanas.

O projeto arquitetônico será elaborado pelo corpo técnico da Prefeitura de Porto Alegre (CPPP/DPP/SMOI) e encontra-se em elaboração. O Projeto Executivo encontra-se em fase de elaboração com previsão de conclusão até março de 2023. As obras estão previstas para serem iniciadas em agosto de 2023, com duração de 8 meses.

Este projeto possui documentações atreladas ao Doc. SEI 14138198 Mat. 173961 e 173962- 3ª zona -P.A.

- **Conselho Tutelar Microrregião 5** - construção de edificação para nova sede (atualmente o CT5 está em uma área alugada), localizada na Avenida Niterói, 472, no bairro Medianeira. A área do conselho tutelar ocupará um terreno da PMPA, e terá uma área edificada de 250,00 m². A área a

ser construída se encontra em terreno usado como estacionamento da escola Municipal Escola Emílio Meyer. A SMDS está em tratativas com a direção da escola para a cessão do espaço.

Figura 2.22 - Futura localização de Conselho Tutelar Microrregião 5



O projeto arquitetônico será elaborado por um escritório de arquitetura. As obras estão previstas para serem iniciadas em outubro de 2023, com duração de 8 meses.

- **Conselho Tutelar Microrregião 6** – construção de edificação para nova sede (atualmente o CT6 está em uma área alugada) que será localizada na Avenida Cavallhada, 6735 no bairro Ipanema. A área do conselho tutelar ocupará um terreno da PMPA, com uma área edificada de 250,00 m². A área a ser construída se encontra em área desocupada dentro de um espaço da Secretaria de Esportes no Parque Esportivo Ipanemen Jose Trindade.

A SMDS está em tratativas com a Secretaria de Esporte para a cessão do espaço. O projeto arquitetônico será elaborado por uma empresa a ser contratada. As obras estão previstas para serem iniciadas em outubro de 2023, com duração de 8 meses.

2.5.8 Reforma dos Centros de Triagem

As Unidades de Triagem e CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), estão fora do escopo de trabalho da ERM nas estão aqui listadas para refletir a totalidade dos projetos considerados para financiamento pelo BID. Todas as informações sobre estas unidades foram fornecidas pela SMDS. Todas as obras listadas a seguir consistem em reformas a instalações já existentes. São elas:

- Unidade de Triagem Reciclando pela Vida: Rua Dr. Júlio Olszewski, 01 – bairro Floresta;
- Unidade de Triagem Santíssima: Avenida Bernardino Silveira Amorim, 2315 – Rubem Berta;
- Unidade de Triagem São Pedro: Avenida Bento Gonçalves, 2460 – Partenon;
- Unidade de Triagem Rubem Berta: Estrada Antônio Severino, 1317 – bairro Rubem Berta;
- Unidade de Triagem Aterro Norte - Rua Sérgio Jungblut Dieterich, s/nº - bairro Sarandi;
- Unidade de Triagem Coopertinga: Rua Estrada João Antônio Silveira, 3240 - bairro Restinga;
- Unidade de Triagem Vila Pinto: Avenida Joaquim Vilanova, 143 - bairro Bom Jesus;
- Unidade de Triagem Campo da Tuca - Rua D, 200 - bairro Partenon;
- Unidade de Triagem Cavallhada - Rua Monsenhor Ruben Neis, 730 - bairro Cavallhada;

- Unidade de Triagem Padre Cacique: Rua Estrada do Rincão, 6781 – bairro Belém Velho;
- Unidade de Triagem Chocolate: Avenida Protásio Alves, 9115 – bairro Protásio Alves; e
- Unidade de Triagem Lomba: Estrada Afonso Lourenço Mariante, 4401 – bairro Lomba do Pinheiro

Além destas, está previsto a construção de 02 Unidades de Triagem novas que ainda não tem terrenos definidos.

3. MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL

O marco regulatório brasileiro consiste em um conjunto de leis, decretos, resoluções, portarias e normas regulamentadoras relativas tanto aos aspectos gerais ambientais e sociais, como a política nacional de meio ambiente e os acordos internacionais assinados pelo país, o processo de licenciamento e os estudos de impacto associados e exigências de participação e consulta pública, quanto aos aspectos específicos: biodiversidade, flora e fauna, espécies ameaçadas, qualidade da água e efluentes, qualidade do ar e emissões atmosféricas, gestão de materiais e químicos perigosos, gestão de resíduos e efluentes, amianto, materiais radioativos, ascarel, materiais radioativos, patrimônio histórico e cultural, interferência com áreas protegidas e unidades de conservação e interferência com populações tradicionais e povos indígenas.

As regulamentações ambientais são definidas no Brasil nos níveis Federal, Estadual e Municipal. Os Estados e os municípios podem desenvolver e fazer cumprir suas próprias normas ambientais e sociais com base nas características locais, entretanto as normas Federais devem sempre ser atendidas. Em nível Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) são as principais instituições responsáveis pelas regulamentações ambientais e processos de licenciamento.

Além do IBAMA, outras instituições como: a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Fundação Cultural Palmares (FCP) geralmente também estão envolvidas com estudos ambientais e sociais e os processos de licenciamento.

Para a cidade de Porto Alegre, três outras agências ambientais devem ser consideradas.

1) Os órgãos representando o Estado - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM) e a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA); e 2) o órgão ambiental municipal – Secretaria Municipal do Meio Ambiente Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS). No que se refere ao patrimônio histórico e cultural, a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) é responsável pela análise e autorização relativa ao fornecimento de iluminação em áreas de patrimônio cultural e no entorno de prédios históricos.

De acordo com as normas ambientais brasileiras, todos os projetos devem passar por um processo de licenciamento ambiental. Uma Avaliação de Impacto Ambiental e Social completa é necessária para a obtenção da primeira licença ambiental (Licença Prévia). Com base nas características do projeto, o processo de licenciamento será conduzido em nível federal, estadual ou municipal conforme resumido na Tabela 3.1.

Tabela 3-1 – Níveis de licenciamento

Nível Federal	Nível Estadual	Nível Municipal
Atividade de alto, médio e baixo impacto	Atividade de alto, médio e baixo impacto	Atividade de baixo impacto
Empreendimento englobando mais de um Estado	Empreendimento englobando mais de um município	Empreendimento restrito as fronteiras do município
Quando há interferência em unidades de conservação	Quando a atividade realizada possui o licenciamento restrito ao Estado	Quando delegado pelo órgão estadual
Quando há interferência em comunidades indígenas	-	-
Em projetos offshore	-	-
Projetos nucleares	-	-

Os principais regulamentos ambientais e sociais relativos às áreas urbanas estão resumidos na Tabela abaixo.

Tabela 3.2 - Principais regulamentos ambientais e sociais

Normas Ambientais e de Saúde e Segurança	Descrição dos principais aspectos
Instrução Normativa Federal do IBAMA nº 31/2009 e, Lei Federal 6938/81 (alterada pela Lei Federal 7804/1989)	<p>Estabelece que as atividades industriais descritas no Anexo das Instruções Normativas devem ser registradas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Usuários de Recursos Ambientais (CTF).</p> <p>Esta regulamentação inclui empresas envolvidas em atividades potencialmente poluidoras e/ou na extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos e produtos ou subprodutos relacionados à fauna e flora.</p>
Lei Federal 6938/81 (alterada pela Lei Federal 10165/00)	Exige que as empresas cadastradas no IBAMA apresentem um relatório anual de atividades e paguem uma Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) trimestralmente, dependendo das atividades do local.
Lei Estadual Nº 13.761/11	Estabelece que as atividades industriais descritas no Anexo às Instruções Normativas devem ser registradas no Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Usuários de Recursos Ambientais.
Lei Complementar 434/99 alterada pela Lei Complementar 646/2010	Institui a Política Urbanística do Município de Porto Alegre e descreve princípios, estratégias, sistemas de planejamento, instrumentos urbanísticos, normas gerais e regulamentações visando o desenvolvimento da cidade.
<p>Lei Federal nº 6.931/81 - Política Nacional do Meio Ambiente (alterada pela Lei Federal nº 7.804/1989)</p> <p>Decretos Federais nº 99274/90 e nº 3942/01</p> <p>Resoluções Federais CONAMA nº 001/86 e nº 237/97 (Art. 6º)</p> <p>Lei Federal nº 140/2011</p>	<p>Define as obrigações de licenciamento ambiental para a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades que utilizem recursos ambientais, sejam considerados efetivos ou potenciais poluidores, ou que possam causar degradação ambiental.</p> <p>Artigo 10 da Lei Federal 6.938/81, alterada pela Lei 7.804/1989, e estabelece que cada estado do Brasil é responsável pelo licenciamento ambiental em seus territórios, exceto para projetos com influência regional ou nacional sobre impactos ambientais, caso em que a Agência (IBAMA) é designada como autoridade ambiental.</p> <p>A Resolução do CONAMA estabelece três níveis para licenciamento de novos empreendimentos (licença prévia, licença de instalação e licença de operação), e indica os órgãos ambientais responsáveis pelo processo de licenciamento e os estudos necessários.</p> <p>Com base na Lei Complementar nº 140/2011, o processo de licenciamento de empreendimentos locais pode ser realizado em nível municipal.</p>

Normas Ambientais e de Saúde e Segurança	Descrição dos principais aspectos
Portaria Interministerial (Federal) nº 60/2015	Determina a participação da FUNAI, FCP e IPHAN no processo de licenciamento ambiental.
Lei Estadual 372/2018	Dispõe sobre os empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental no Estado, considerando o potencial poluidor e o porte e incluindo empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte solar (Anexo I - Serviços de Utilidade, Energia Elétrica e Anexo III).
Portaria FEPAM 89/2018	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica por fonte solar em superfície terrestre, de competência da FEPAM.
Lei Municipal nº 8.267/98, alterada pela Lei Municipal nº 10.306/08	Define os procedimentos relativos ao sistema de licenciamento ambiental municipal.
Lei Federal nº 12.305/10 Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei Estadual Nº 14.528 Política Estadual de Resíduos Sólidos	Estabelece que as empresas devem desenvolver um Plano de Gerenciamento de Resíduos e as principais diretrizes a serem abordadas.
Normas Brasileiras (NBR) 10004, 1005, 1006, 1007, 13211, 11174, 11175, 13463, 12235 e 75000	Definem critérios, diretrizes e requisitos para classificação, análise, gerenciamento, armazenamento e transporte de resíduos. A empresa deve desenvolver um plano de gerenciamento de resíduos de acordo com os regulamentos existentes.
Decreto nº 18.461/ 2013 Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Apresenta o diagnóstico geral da gestão de resíduos sólidos no município de Porto Alegre. Estabelece diretrizes para a redução de resíduos sólidos urbanos compreendendo o reaproveitamento, reciclagem e valorização de resíduos e define a obrigatoriedade de implantação de procedimentos de logística reversa.
Lei municipal complementar nº 757/2015	Estabelece regras para a supressão, o transplante ou a poda de espécimes vegetais no Município de Porto Alegre.
Portaria IBAMA nº 86/1996 Resolução Estadual nº 58/2013	Estabelece os requisitos de automonitoramento de caminhões (diesel). Define também que as emissões devem estar em conformidade com a Norma nº 2 da escala Ringelman (Art. 4, áreas urbanas). Multas poderão ser aplicadas pelos órgãos ambientais em caso de mais de três situações de descumprimento (Art. 5º).
Portaria Interministerial nº 19/1981 NBR 8371, 75000 e 7504	Proíbe a produção, uso e comercialização de bifenilos policlorados (PCBs), material há muito utilizado em transformadores. As concessionárias de energia foram autorizadas a continuar a operação de equipamentos

Normas Ambientais e de Saúde e Segurança	Descrição dos principais aspectos
	com PCB contendo óleo até a data de reabastecimento de óleo ou substituição do equipamento. O óleo e os equipamentos novos devem ser isentos de PCB.
Materiais contendo amianto Decreto Federal 126/91 Lei Federal 9.055/95 e Lei Estadual N° 11.643/01	<p>O Decreto Federal 126/91 promulga a Convenção da Organização Internacional do Trabalho n. 162, sobre o uso seguro do amianto.</p> <p>A Lei Federal 9.055/95 define que é proibida a extração, produção, comercialização e uso de actinolita, amosita (amianto marrom), antofilita, crocidolita (amianto azul) e amianto tremolita, bem como de produtos desses materiais. No entanto, o uso de amianto crisotila/amianto serpentina, incluindo isolamento de amianto friável, continua legal no Brasil.</p> <p>Em caso de necessidade de substituição de material ACM, este deve ser gerenciado e manuseado como material perigoso.</p>
Resolução CONAMA 357/05 (alterada pela Resolução CONAMA 397/08 e Resolução CONAMA 430/2011)	Estabelece as condições e normas para a descarga de águas residuais. Essas resoluções estabelecem que os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados em corpos hídricos, direta ou indiretamente, após tratamento e comprovação do atendimento às normas de efluentes.
Produtos perigosos Portaria Federal nº 124/1980	Estabelece distâncias mínimas de armazenamento de substâncias perigosas e corpos d'água, define diretrizes gerais para armazenamento e gerenciamento de substâncias perigosas.
Ruído Resolução CONAMA 001/1990 NBR 10151/2003 NBR 10152/1992	Estabelece que a emissão de ruído de qualquer atividade industrial deve seguir as condições estabelecidas na NBR 10151/03, que descreve procedimentos para identificação da aceitabilidade de ruído em áreas habitadas. Além disso, as emissões sonoras devem atender às condições estabelecidas pela NBR 10152/92, que indica padrões de nível de ruído para conforto acústico em diferentes áreas residenciais e de serviços, considerados como padrões de referência na determinação do impacto sonoro das atividades vizinhas.
NR 18 - Medidas de segurança	Estabelece as diretrizes administrativas, de planejamento e de organização para canteiros de obras. A Norma prevê a obrigatoriedade da elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), possibilitando uma efetiva gestão dos riscos existentes pelo responsável pela obra. A elaboração do PGR ficará a cargo de profissional legalmente habilitado em segurança do trabalho e sua implementação sob responsabilidade da organização.
NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI)	A NR 6 exige que as construtoras distribuam Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos trabalhadores das obras. O objetivo é resguardar a saúde e a integridade físicas dos empregados.

Normas Ambientais e de Saúde e Segurança	Descrição dos principais aspectos
NR 8 – Padrões de edificações	Estabelece os requisitos técnicos mínimos que devem estar presentes nas edificações, visando garantir a segurança e o conforto de quem está trabalhando na construção.
NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.	<p>Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade.</p> <p>Esta NR se aplica às fases de geração, transmissão, distribuição e consumo, incluindo as etapas de projeto, construção, montagem, operação, manutenção das instalações elétricas e quaisquer trabalhos realizados nas suas proximidades, observando-se as normas técnicas oficiais estabelecidas pelos órgãos competentes e, na ausência ou omissão destas, as normas internacionais cabíveis.</p>
NR 12 – Uso de maquinário	A NR 12, visa garantir que máquinas e equipamentos de construção civil possam ser utilizados pelo trabalhador de maneira segura, prevenindo acidentes e doenças do trabalho através de medidas de proteção e de referências técnicas. A Norma ainda exige informações completas sobre o ciclo de vida dos equipamentos, incluindo o transporte, a instalação, a operação, manutenção.
NR 17 - Ergonomia.	<p>A NR 17 salienta os seguintes aspectos que devem ser aplicados às atividades de reformas, construções e instalação de painéis fotovoltaicos:</p> <p>17.5 Levantamento, transporte e descarga individual de cargas;</p> <p>17.7 Trabalho com máquinas, equipamentos e ferramentas manuais;</p> <p>17.7.1 O trabalho com máquinas e equipamentos deve atender, em consonância com a Norma.</p>
NR 21- Trabalhos a Céu Aberto.	<p>21.1. Nos trabalhos realizados a céu aberto, é obrigatória a existência de abrigos, ainda que rústicos, capazes de proteger os trabalhadores contra intempéries.</p> <p>21.2. Serão exigidas medidas especiais que protejam os trabalhadores contra a insolação excessiva, o calor, o frio, a umidade e os ventos inconvenientes.</p>
NR 35 – Trabalho em altura	Estabelece os requisitos para a segurança das atividades realizadas nas alturas – ou seja, aquelas executadas acima de dois metros do nível do solo, onde há risco de queda. Esta norma deve ser observada quando da instalação dos painéis fotovoltaicos.
Lei 14.300 de 06 de janeiro de 2022	Institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e o Programa de Energia Renovável Social (PERS)

Normas Ambientais e de Saúde e Segurança	Descrição dos principais aspectos
Resolução ANEEL 482 de 17 de abril de 2012	Estabelece as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica, o sistema de compensação de energia elétrica, e dá outras providências.
Resolução ANEEL 687 de 24 de novembro de 2015	Altera a Resolução Normativa nº 482, de 17 de abril de 2012, e os Módulos 1 e 3 dos Procedimentos de Distribuição – PRODIST.
NBR 16690:2019 de 13 de outubro de 2019	Instalações elétricas de arranjos fotovoltaicos – Requisitos de projetos
NBR 16384:2020	Segurança em eletricidade - Recomendações e orientações para trabalho seguro em serviços com eletricidade
ABNT NBR 5419-1:2015 – Proteção Contra Descargas Atmosféricas	Instalações fotovoltaicas são consideradas instalações elétricas, portanto precisam de conter elementos que visam a proteção contra surtos de tensão na rede. Também são instaladas a céu aberto e em alguns casos vulneráveis a descargas atmosféricas. Portanto, a ABNT NBR 5419 servirá de instrução para tratar das questões entre o sistema fotovoltaico e o SPDA.
Norma ABNT NBR 16274:2014 – Sistemas Fotovoltaicos Conectados à Rede — Requisitos Mínimos para Documentação, Ensaio de Comissionamento, Inspeção e Avaliação de Desempenho.	A norma de sistemas fotovoltaicos conectados à rede, ABNT NBR 16274 tem três focos: O primeiro estabelece o que deve ser documentado após a instalação de um sistema fotovoltaico conectado à rede, basicamente especifica os itens de um laudo técnico pós-instalação. O segundo foco é estabelecer os requisitos de inspeção. O terceiro foco aborda os procedimentos que devem ser seguidos para avaliar o sistema fotovoltaico depois de finalizada a montagem.

Além das Marco Legal brasileiro, este AAS considera, ainda, o Marco de Políticas Ambientais e Sociais – MPAS (IDB, 2020),⁵ resumido a seguir. Para os projetos previstos no Programa de Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal para a Prefeitura de Porto Alegre, estão sendo considerados os Padrões de Desempenho 1, 2, 3, 4, 9 e 10. Até o momento desta avaliação, não foram identificadas necessidades de Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário (ESPS 5), impactos na Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos (ESPS 6), interferências em populações indígenas (ESPS 7) ou no patrimônio culturais (ESPS 8).

⁵ Documento completo disponível em <https://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=EZSHARE-110529158-159>

Tabela 3.3 – Síntese do Marco de Políticas Ambientais e Sociais – MPAS (IDB, 2020)

Padrão de Desempenho	Aspecto relacionado	Descrição
Padrão 1	Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais	<p>O Padrão de Desempenho Ambiental e Social (ESPS) 1 ressalta a importância de gerenciar o desempenho ambiental e social ao longo da vida de um projeto. Um Sistema de Gestão Ambiental e Social eficaz (ESMS) é um processo dinâmico e contínuo iniciado e apoiado pelo Mutuário, e envolve o comprometimento entre o Mutuário, seus trabalhadores, e pessoas afetadas pelo projeto e, quando apropriado, outras partes interessadas.</p> <p>Envolve a identificação e proposição de medidas para gerenciar os riscos e impactos ambientais e sociais de forma estruturada e contínua.</p>
Padrão 2	Mão de Obra e Condições de Trabalho	<p>Os requisitos estabelecidos neste ESPS foram em parte guiados por várias convenções e instrumentos internacionais, incluindo os da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e das Nações Unidas (ONU) e tem por objetivos respeitar e proteger os direitos e princípios fundamentais dos trabalhadores, promover o tratamento justo, a não discriminação e a igualdade de oportunidades dos trabalhadores, estabelecer, manter e melhorar o relacionamento do trabalhador-empregador, garantir o cumprimento das leis de emprego e trabalhistas nacionais, proteger os trabalhadores, incluindo categorias de trabalhadores em situação de vulnerabilidade, promover condições de trabalho seguras e saudáveis, e a saúde dos trabalhadores e prevenir o uso de trabalho infantil e trabalho forçado.</p>
Padrão 3	Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição	<p>Este ESPS descreve uma abordagem em nível de projeto para gestão de recursos e prevenção e controle da poluição, e prevenção e minimização de emissão de GEE. Este será desenvolvido a partir da hierarquia de mitigação e do princípio “poluidor-pagador”. Este ESPS também reconhece o conceito e prática emergente da economia circular⁹² e/ou recuperação de recursos, onde produtos usáveis e de valor podem ser criados ou derivados do que foi previamente visto como resíduo. O projeto relatou riscos e impactos associados com o uso de recursos, e a geração e emissão de resíduos deve ser avaliada a partir contexto local do e das condições ambientais do projeto. Medidas, tecnologias e práticas de mitigação apropriadas devem ser adotadas para uso eficiente e eficaz de recursos prevenção e controle da poluição, e prevenção e minimização da emissão de GEE, de acordo com as tecnologias e práticas disseminadas internacionalmente</p>

Padrão de Desempenho	Aspecto relacionado	Descrição
Padrão 4	Saúde e Segurança da Comunidade	O ESPS 4 tem por objetivo antecipar e evitar impactos adversos na saúde e segurança das pessoas afetadas pelo projeto durante o ciclo de vida do projeto, em circunstâncias rotineiras e não rotineiras, garantir que a salvaguarda de pessoal e propriedade seja realizada de acordo com os princípios relevantes de direitos humanos e de maneira a evitar ou minimizar os riscos para as pessoas afetadas pelo projeto e antecipar e evitar impactos adversos no projeto em si por conta de desastres naturais e mudanças climáticas durante o ciclo de vida do projeto.
Padrão 5	Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário	O Padrão de Desempenho Ambiental e Social (ESPS) 5 aborda os impactos da aquisição de terra relacionada ao projeto, incluindo as restrições ao uso da terra e acesso aos seus ativos e recursos, o que pode causar descolamento físico (realocação, perda de terreno residencial ou perda de abrigo) e/ou deslocamento econômico (perda de terreno, bens ou acesso a bens, incluindo aqueles que levam à perda de fontes de renda ou outros meios de subsistência). Tem por objetivo evitar, e quando não for possível evitar, minimizar o deslocamento explorando projetos alternativo ou onde não for possível, minimizar os impactos sociais e econômicos adversos da aquisição ou restrições de uso da terra.
Padrão 6	Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos	Os objetivos do ESPS 6 são proteger e conservar a biodiversidade terrestre, aquática, costeira e marinha, manter o funcionamento do ecossistema para garantir benefícios dos serviços ecossistêmicos, e promover a gestão e uso sustentável dos recursos naturais, através da adoção de práticas que integram as necessidades de conservação e as prioridades de desenvolvimento.
Padrão 7	Populações Indígenas	Além de antecipar e evitar os impactos adversos, este ESPS busca garantir que o processo de desenvolvimento promova o respeito total pelos direitos humanos, direitos coletivos, dignidade, aspirações, cultura e meios de subsistência dos Povos Indígenas baseados em recursos naturais, promover benefícios e oportunidades de desenvolvimento sustentável para os Povos Indígenas de uma maneira culturalmente apropriada, estabelecer e manter um relacionamento contínuo com base na Consulta e Participação Informada (PIC) e no Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC), respeitando a cultura, o conhecimento e as práticas das Populações Indígenas.
Padrão 8	Patrimônio Cultural	Este ESPS visa garantir que os Mutuários protejam o patrimônio cultural no curso de suas atividades de projeto, protegendo a herança cultural dos impactos adversos das

Padrão de Desempenho	Aspecto relacionado	Descrição
		atividades do projeto e apoiando a sua preservação. Caso o projeto envolva a utilização de patrimônio, os projetos devem promover a partilha equitativa dos benefícios decorrentes da utilização do patrimônio cultural.
Padrão 9	Igualdade de Gênero	Este ESPS reconhece, independentemente do contexto cultural ou étnico, o direito à igualdade entre os gêneros, conforme estabelecido nos acordos internacionais aplicáveis. A busca pela igualdade requer ações voltadas para a equidade, o que implica fornecer e distribuir benefícios e/ou recursos de maneira a diminuir as diferenças de gênero existentes, reconhecendo que a existência dessas diferenças pode prejudicar pessoas de todos os gêneros.
Padrão 10	Engajamento de Partes Interessadas e divulgação de Informações	Este ESPS é consistente com os objetivos de implementação do direito ao acesso à informação, de participação pública no processo de tomada de decisão e no acesso à justiça de assuntos ambientais. O engajamento das partes interessadas é um processo inclusivo, conduzido ao longo do ciclo de vida de um projeto. O engajamento das partes interessadas é mais eficaz quando iniciado no estágio inicial do processo de desenvolvimento do projeto. É parte integrante das decisões iniciais do projeto sobre a avaliação, o gerenciamento e o monitoramento dos riscos e impactos ambientais e sociais do projeto. Este ESPS deve ser lido em conjunto com o ESPS 1, 2, 4 e 9.

4. CONDIÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

A cidade de Porto Alegre é a capital do estado do Rio Grande do Sul, localizada no extremo Sul do Brasil e é o núcleo da Região Metropolitana de Porto Alegre (RPMA). “Além do núcleo da metrópole a Região Metropolitana conta com outros centros urbanos importantes, centros industriais e de serviços, bem como centros que polarizam as redes urbanas que extrapolam os seus limites institucionais, como é o caso de Novo Hamburgo e São Leopoldo” (Ribeiro, 2018). A Região Metropolitana de Porto Alegre é a quarta maior do país.

Porto Alegre também conta, segundo o IBGE (2021), com uma população estimada em 1.492.530 pessoas, área territorial de cerca de 495.390 km² e densidade demográfica de 2.837,53 hab./km². O índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM é de 0,805 enquanto o índice de desenvolvimento humano do estado – IDH é de 0,746. O município, ainda segundo o IBGE, possui 201 estabelecimentos de saúde SUS e conta com o atendimento de cerca de 93% da população com esgotamento sanitário adequado.

O Anuário Estatístico da Prefeitura Municipal de Porto Alegre publicado em outubro de 2021, em sua 50ª edição, traz informações referentes a dados demográficos e socioeconômicos da Capital entre 2011 e 2020.

Conforme anuário, a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre (SMS) gerencia um sistema de saúde para a população porto-alegrense. Possui missão institucional de promover o bem-estar em saúde, de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Saúde e com a participação da iniciativa privada em caráter complementar, por meio de gestão única que garanta aos cidadãos o acesso universal, equânime e o cuidado integral.

A SMS visa ser referência no bem-estar em saúde, pela excelência na gestão e nas ações em saúde focadas nos cidadãos. A SMS possui planejamento estratégico que valoriza a atenção primária, a regulação clínica (ou seja, o controle do fluxo de pacientes entre diferentes níveis de atenção), o Telessaúde, a equidade e o uso de evidências científicas e de tecnologias de informação e de comunicação.

Conforme apresentado no Plano Municipal de Saúde Quadriênio 2018- 2021, publicado em 2017 pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Secretaria Municipal de Saúde, a população de do território de Porto Alegre está distribuída em 17 Distritos Sanitários (DS). As Gerências Distritais (GD) gerenciam dois ou mais DS, descentralizando e operacionalizando as estratégias de planejamento, atenção e vigilância em saúde. São oito GDs, com população entre 95 e 200 mil habitantes.

- Norte /Eixo Baltazar;
- Centro;
- Noroeste/Humaitá/Navegantes/Ilhas;
- Leste/Nordeste;
- Glória/ Cruzeiro/Cristal;
- Sul/Centro Sul;
- Partenon/Lomba do Pinheiro; e
- Restinga Extremo Sul.

Os dados apresentados no Anuário Estatístico da Prefeitura Municipal de Porto Alegre para os anos 2019 e 2020, refletem a situação da saúde na cidade, considerando a pandemia do COVID 19. Alguns dos dados apresentados refletem as adversidades da pandemia, enquanto outros não. No atendimento das Unidades de Saúde da Família (USF) o número de atendimentos pouco variou: de 264, em 2020, contra 263, em 2019, queda de apenas 2,3% no número de pessoas atendidas. Contudo, após registrar média de 725.816 no período 2017-2019, o número de visitas domiciliares despencou para 202.488, queda de mais de 72%, refletindo a situação da pandemia. A queda de

21,17% na média diária de atendimentos no Hospital de Pronto Socorro, em 2020, demonstrou os impactos da pandemia na demanda deste serviço. Os procedimentos no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas também refletiram a pandemia, reduzindo-se em mais de 14%, com queda de 63,32% nas consultas e procedimentos ambulatoriais e 78,8% nos procedimentos odontológicos.

Ainda conforme Anuário Estatístico os principais eixos da Secretaria Municipal de Saúde são: Atenção Primária à Saúde; a articulação entre os componentes da Rede de Atenção à Saúde (atenção primária, especialidades ambulatoriais, urgência e hospitalar); e as ações de promoção, prevenção e vigilância à saúde como doenças crônicas (cardiovasculares, respiratórias, saúde mental, osteomusculares), materno-infantis, condições agudas (infecções sexualmente transmissíveis, HIV/AIDS e outras), causas externas (acidentes e violências) e doenças emergentes ou reemergentes (Covid-19, influenza H1N1, doenças causadas pelo *Aedes aegypti*, leishmaniose e tuberculose, entre outras) e de grupos populacionais em maior condição de vulnerabilidade.

De acordo com os dados obtidos no Observatório de Porto Alegre (Observa POA) o município possui 130 unidades de saúde sendo que destas 103 unidades prestam serviços especializados. Dentre as unidades de saúde existem 14 hospitais, 6 Centros de Saúde, 4 unidades de Pronto Atendimento e Centros de Especialidades em Odontológicas, de Saúde Mental, Psicossocial, além de muitas outras. Ainda de acordo com o Observa POA, em 2021 a foram existiam 4706 leitos hospitalares do SUS, número que corresponde a 3,15 leitos por mil habitantes. Além disso, nesse mesmo ano foram diagnosticados 348 casos de AIDS, 86 casos de dengue e 96.236 casos de Covid -19.

Voltando as informações apresentadas Anuário Estatístico a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), por sua vez, dedica-se a garantir ao cidadão do município em risco ou vulnerabilidade social. A SMDS tem a função de definir, articular e executar políticas relativas à proteção integral, proteção à vulnerabilidade pessoal e comunitária, enfrentamento à pobreza, inclusão social e acessibilidade, acesso a trabalho, emprego e renda e defesa dos direitos humanos, realizando ações de proteção e de Fomento ao Desenvolvimento Social Sustentável. Além disso, a SMDS coordena e desenvolve políticas de respeito a diversidade, proteção da mulher, promoção da igualdade racial, dos idosos, dos imigrantes, migrantes e refugiados, dos indígenas, bem como políticas de interesses difusos voltados ao desenvolvimento social das pessoas na cidade.

A SMDS é responsável, ainda, pelos serviços prestados pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), dos Conselhos Municipais de Direitos, Fundos de Financiamento e Centro de Apoio aos Conselhos Tutelares.

De acordo com os dados obtidos no Anuário Estatístico, na área social, observou-se um aumento de 19,44% no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família entre 2019 e 2020. Já a capacidade diária de atendimento da rede de proteção social especial de alta complexidade para população adulta experimentou um movimento duplo, apresentando redução 67,53% de vagas em albergues e aumento de 72,16% de vagas em abrigos. O mesmo aconteceu com a capacidade de atendimento nos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, mantendo-se constante quanto aos abrigos residenciais próprios, mas com redução de 15,5% quanto aos abrigos no período 2019-2020.

Já o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), por sua vez, é a autarquia responsável pela gestão da Política Habitacional de Interesse Social do Município⁶. O DEMHAB regula, coordena e realiza ações técnicas de contratação, execução e fiscalização de serviços nas áreas de engenharia, arquitetura e urbanismo. É responsável por coordenar as atividades de estudo, pesquisa, diagnóstico, intervenção social, desenvolvimento comunitário, cooperativismo. Os Programas de Habitação Popular do DEMHAB atenderam em 2020 mais de 2.000 pessoas, e a produção habitacional no mesmo ano foi de 758 unidades com destaque para a contribuição do Loteamento Irmãos Maristas. O ano de 2020 também revelou que 76 cooperativas habitacionais estavam ativas (cadastradas no DEMHAB e com a documentação completa) e com 1.646 sócios cadastrados.

⁶ PMPA, 2020. Anuário Estatístico

Dois documentos descrevem de forma detalhada o diagnóstico ambiental da cidade de Porto Alegre – o Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre e o Atlas Ambiental de Porto Alegre. Nesta Avaliação Ambiental e Social (AAS) é apresentado um resumo dos principais aspectos ambientais e sociais. Na Seção 5, a seguir, os são apresentados os impactos potenciais sobre os aspectos aqui identificados, incluindo uma indicação das medidas de mitigação e controle previstas.

Tabela 4.1 – Resumo dos principais aspectos ambientais e sociais

Aspecto	Descrição
Geologia topografia e geomorfologia	O Município de Porto Alegre possui 80 bairros que estão assentados sobre duas litologias: rochas granítico-gnáissicas fissuradas e depósitos argilo-arenosos a arenosos de origem flúvio-lacustre, lagunar e aluvionar.
Solos	Segundo PROJETO RADAMBRASIL (1986), as classes pedológicas de solos encontradas em Porto Alegre são: Podzólicos Vermelho-Amarelados, Litólicos e Cambissolos, com substrato de granitos e gnaisses, e Planossolos, Gleis e Solos Aluviais, desde sedimentos quaternários.
Meteorologia e clima local	<p>O clima da cidade de Porto Alegre apresenta duas estações marcadas de verão, nos meses de outubro a março e temperaturas mais baixas de abril a setembro.</p> 
Recursos hídricos	<p>O município de Porto Alegre situa-se na Região Hidrográfica do Guaíba, 82,6% do seu território na Bacia do Lago Guaíba e 17,4% na Bacia do Rio Gravataí.</p> <p>As rochas granítico-gnáissicas constituem o aquífero fraturado Pré-Cambriano, e os depósitos, o aquífero poroso Cenozóico. Existem em Porto Alegre cerca de 330 poços tubulares, com maior concentração no Centro, Praia de Belas, Jardim Botânico, Petrópolis, Bela Vista, Vila Ipiranga, Boa Vista, Mont'Serrat, Moinhos de Vento, Independência, Floresta, São Geraldo, Cristo Redentor e Sarandi. Como grande parte dos bairros de Porto Alegre está impermeabilizada por edificações e pavimentação, a recarga de águas subterrâneas se dá nas áreas altas do município (Morro de Santana, Morro da Polícia etc.) onde a urbanização ainda não chegou.</p>
Áreas com potencial de inundação	<p>O Projeto Vila dos Idosos está localizado as margens do Arroio do Dilúvio, com histórico de inundações e alagamentos.</p> <p>Existem, ainda, histórico de inundações e alagamentos na cidade de Porto Alegre as margens do Lago Guaíba em especial no Centro Histórico da cidade.</p>

Aspecto	Descrição
Mudanças climáticas ⁷	A prefeitura de Porto Alegre possui um Inventário de Gases de Efeito Estufa, elaborado em 2021, onde são indicadas as principais fontes emissoras de gases poluentes da cidade - energia estacionária (consumo diário dos cidadãos), transportes, resíduos e agricultura, floresta e uso da terra. Este estudo tem por objetivo subsidiar o desenvolvimento de estratégias de redução de emissão e ações de mitigação dos impactos das mudanças do clima.
Cobertura vegetal	Apesar de restarem poucos remanescentes de vegetação, Porto Alegre apresenta uma paisagem composta de um mosaico (espacial e territorial) em que se destaca o ambiente natural (69,09%) e o ambiente construído (30,94%), congregando áreas rurais e urbanas. Nesta paisagem destaca-se o seu elemento integrador natural, representado pelo Lago do Guaíba, um corredor de troca e condução de matéria e energia, com importante função ecológica, econômica e social.
Áreas protegidas	As Unidades de Conservação administradas pelo município de Porto Alegre são: o Parque Natural Municipal Saint'Hilaire, o Parque Natural Morro do Osso, a Reserva Biológica do Lami e o Refúgio de Vida Silvestre São Pedro.
Demografia ⁸	Segundo o Censo Demográfico de 2010 há um envelhecimento da população de Porto Alegre em relação ao Censo anterior de 2000. Somado a isso, houve uma queda na proporção de jovens. A população idosa (60 anos ou mais) da Cidade aumentou 32% em relação a 2000, passando de 160.540 para 211.896 pessoas.
Povos indígenas ⁹	Em Porto Alegre, há nove coletivos Kaingang habitando nas partes altas da bacia hidrográfica do Guaíba, em pequenas áreas nos bairros Lomba do Pinheiro, Jari, Safira, Agronomia, nos morros São Pedro e Santana, Tristeza (Morro do Osso), Lami e Belém Novo. Quatro coletivos guaranis moram em pequenas terras altas e baixas na Lomba do Pinheiro, no Cantagalo, no Lami e no Belém Novo. Desde 2008, um coletivo charrua está territorializado em área reservada municipal, na zona rural da Lomba do Pinheiro. Além destes, dezenas de famílias indígenas vivem nas vilas e bairros Planalto, Farrapos, Serraria, Vila Nova, Nova Santa Rosa, Glória, entre outros. A Coordenadoria dos Povos Indígenas, Imigrantes e Direitos Difusos da SMDS estima que 827 pessoas vivem nas comunidades indígenas de Porto Alegre.
Vias e meios de transporte	As vias no entorno dos projetos são pavimentadas e atendem ao transporte em geral.

⁷ Informações obtidas na página da prefeitura de Porto Alegre, consulta realizada em junho de 2022

(<https://prefeitura.poa.br/smamus/noticias/prefeitura-apresenta-aco-es-para-enfrentamento-das-mudancas-climaticas-em-reuniao-do>)

⁸ Informações sobre demografia obtidas no Observatório da Cidade de Porto Alegre, consulta realizada em junho de 2022.

(http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?reg=2&p_secao=17)

⁹ Informações obtidas na página da web da Prefeitura de Porto Alegre, consulta realizada em junho de 2022.

<https://prefeitura.poa.br/smds/noticias/semana-municipal-dos-povos-indigenas-comeca-nesta-segunda-com-programacao-virtual>

Aspecto	Descrição
Presença de áreas de interesse ou patrimônio cultural	Não foram identificados, até o momento a presença de áreas de interesse ou patrimônio cultural. Exceção feita a presença da Sede do grupo Afro-Sul Odomodêê. Trata-se de uma instituição cultural que funciona como movimento de valorização da cultura negra e do direito à livre expressão da pessoa humana, com objetivo de lutar contra o racismo e divulgar a história e a música negra através de seus espetáculos. A Afro-Sul desenvolve atividades dentre as quais se destacam a dança, a música, a moda e a gastronomia. Retrata a cultura afro-gaúcha e a difunde para além das fronteiras da Capital e até mesmo do Brasil, com um repertório que viaja pela “diáspora Africana” e efetua a fusão entre música erudita e ritmos afros. ¹⁰

4.1 Mecanismo de Queixas e Reclamações Existentes

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre possui um mecanismo de queixas e reclamações que foi considerado, para fins dessa AAS como a base para as propostas do Plano de Engajamento de Partes Interessadas (Anexo 2), que amplia, detalha e acrescenta aspectos relativos ao atendimento ao MPAS. Dessa forma, é apresentado, a seguir, o mecanismo de queixas e reclamações existentes como parte dos aspectos sociais da cidade de Porto Alegre.

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre, por meio da Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – SMTC, coordena a Ouvidora-geral do Município que se destina prioritariamente a receber as reclamações sobre as solicitações já dirigidas à Prefeitura, mas que não foram atendidas no prazo ou com a qualidade desejada registradas por meio da plataforma me-Ouv, sistema próprio da administração municipal. Através da plataforma, também é possível fazer elogios, sugestões, críticas e denúncias de casos de corrupção ou improbidade administrativa.

A Secretaria oferece atendimento presencial na Rua Siqueira Campos, 1300, de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h30, e pelo telefone (51) 3289-1200, e das 13h às 15h30 por e-mail (ouvidoria@portoalegre.rs.gov.br) ou sistema me-Ouv. A seguir são apresentados os principais serviços da Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – SMTC oferecidos para toda a população de Porto Alegre:

■ Portal da Transparência (LAI e e-SIC)

O Portal da Transparência e Acesso à Informação reúne dados sobre o uso dos recursos públicos e da gestão municipal. Associada ao portal, a Lei de Acesso à Informação (LAI) possibilita solicitar informações sobre a atividade do governo, através do Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC).

■ Ouvidoria-Geral do Município (me-Ouv)

Destina-se a receber as reclamações sobre solicitações já dirigidas à Prefeitura, mas que não foram atendidas no prazo ou com a qualidade desejada. O registro é feito por meio do sistema me-Ouv. A plataforma também recebe elogios, sugestões, críticas e denúncias de casos de corrupção ou improbidade.

A plataforma me-Ouv está disponível on-line no seguinte endereço:

<https://ouvidoria.procempa.com.br/ouvidoriaweb/#/> e possui interface acessível, conforme figura abaixo.

¹⁰ [Nossa História | Instituto Sociocultural Afro-Sul Odomodêê \(wordpress.com\)](#)

Bem-vindo ao me-OUV, Sistema de Ouvidoria da Prefeitura de Porto Alegre.

Escolha uma opção abaixo para encaminhar seu elogio, sugestão, reclamação ou denúncia.



ELOGIO

Escolha essa opção se você foi bem atendido e deseja compartilhar sua satisfação com a administração pública.



SUGESTÃO

Escolha essa opção se você deseja comunicar uma ideia ou proposta de melhoria na prestação dos serviços públicos.



RECLAMAÇÃO

Escolha essa opção para informar a sua insatisfação com um serviço público. Você pode fazer críticas e relatar casos de ineficiência e omissão na prestação de um serviço público.



DENÚNCIA

Escolha essa opção para comunicar a ocorrência de um ato ilícito ou uma irregularidade praticada por agentes públicos.

ATENÇÃO!

Para assuntos das áreas da saúde ou da educação, escolha as ouvidorias correspondentes:

UNIDADE DE ATENDIMENTO DA
EDUCAÇÃO

OUVIDORIA DA
SAÚDE

No site da Ouvidoria-geral do Município (me-Ouv) estão descritas as principais etapas do procedimento:

- Receber e registrar a manifestação;
- Gerar número de protocolo;
- Análise da demanda;
- Solicitar complementação caso necessário;
- Encaminhar para o órgão/gestor responsável para conhecimento e prestação de esclarecimentos;
- Acompanhamento da tramitação do pedido;
- Resposta adequada ao cidadão; e
- Elaborar e publicar relatório de suas atividades para avaliação da qualidade da prestação dos serviços públicos municipais.

O Prazo para resposta são de 30 (trinta) dias para responder ao demandante, podendo ser prorrogado de forma justificada, uma única vez, por igual período.


- Central de Atendimento ao Cidadão 156

A Central de Atendimento 156 e 156Web recebe e encaminha as solicitações da população referentes aos serviços públicos. Além do atendimento telefônico, há a opção de registrar a demanda por meio digital. Os serviços funcionam 24 horas e sete dias por semana. O 156 tem o custo de uma ligação local.

- Aplicativo 156+POA

Oferece um mapa de serviços públicos, com acesso facilitado a informações nas áreas de saúde, mobilidade, segurança, desenvolvimento social, entre outras. É também uma plataforma colaborativa, na qual os cidadãos podem interagir com projetos da Prefeitura por meio de seus dispositivos móveis.

Além desses foram identificados outros canais de ouvidoria como a Ouvidoria do SUS que visa viabilizar aos cidadãos o direito de serem ouvidos e terem suas demandas pessoais e coletivas tratadas adequadamente no âmbito do SUS. Sua função é intermediar as relações entre os cidadãos e os gestores do SUS. A ouvidoria do SUS tem canais como os telefones 156 ou 136; e-mail: ouvidoria@sms.prefpoa.com.br; e WhatsApp: (51) 3289-2656. Além disso, oferece Atendimento presencial no endereço Av. João Pessoa, 325. A Ouvidoria do SUS está disponível on-line no seguinte endereço: <https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/ouvidoria-sus> e possui interface acessível, conforme figura abaixo.



ATENDIMENTO E OUVIDORIA
Ouvidoria SUS

Link do serviço
WhatsApp Ouvidoria

A Ouvidoria do SUS é uma unidade administrativa do Sistema Único de Saúde, no âmbito dos governos federal, estadual e municipal, cuja missão é viabilizar os direitos dos(as) cidadãos(ãs) de serem ouvidos e terem suas demandas pessoais e coletivas tratadas adequadamente no âmbito do SUS.

Sua função é intermediar as relações entre os(as) cidadãos(ãs) e os gestores do SUS, promovendo a qualidade da comunicação entre eles e a formação de laços de confiança e colaboração mútua, com fortalecimento da cidadania. Auxilia na qualificação da gestão através de relatórios com as manifestações dos cidadãos referente aos serviços ofertados.

Dúvidas

Secretaria Municipal de Saúde - SMS

☎ 156 (opção 6) , WhatsApp
Ouvidoria: (51) 3289-2656
✉ ouvidoria@sms.prefpoa.com.br
📘 /saudepoa
🐦 @saudepoa

Av. João Pessoa, 325, térreo.

Dê sua opinião sobre o serviço

Assim, no âmbito da elaboração desta AAS foi possível verificar que existem mecanismos de queixas e reclamações existentes na Prefeitura Municipal de Porto Alegre e que estão à disposição e ao alcance da população. Esses mecanismos oferecem diversos canais e formatos para o registro de dúvidas, reclamações ou denúncias.

Estes mecanismos e canais, quando da execução do Plano de Engajamento das Partes Interessadas, devem ser avaliados quanto ao seu funcionamento visando identificar se os mesmos estão em pleno funcionamento e são adequados e acessíveis para todas as partes interessadas das construções e reformas (intervenções) previstas no Projeto BR-L 1597. Também deve ser verificado se as dúvidas, reclamações ou denúncias serão enviadas aos representantes das agências executoras (DEMHAB, SMS e SMDS).

■ Conselhos e Mecanismos de Participação Comunitária Existentes:

Em Porto Alegre, a Lei Orgânica Municipal - 1990 - em consonância com os preceitos constitucionais, institucionaliza os conselhos enquanto órgãos de participação da sociedade na gestão pública, tendo por finalidade "propor, fiscalizar e deliberar matérias referentes a cada setor da administração". Em 1992, a lei complementar 267 regulamenta, em Porto Alegre, a implantação dos Conselhos Municipais definindo as suas competências como órgãos de controle social. Os conselhos municipais, com maior ou menor intensidade, exercem importante papel como instrumentos de democratização e participação popular na formulação, execução e avaliação de políticas sociais.

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre divulga no seu site um catálogo contendo todos os conselhos municipais existentes <https://prefeitura.poa.br/catalogo-conselhos>. Dentre eles, destacam-se os mais relevantes para esta AAS:

■ Conselho Municipal de Assistência Social:

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão permanente entre Governo e Sociedade Civil, com poder normativo, deliberativo e controlador da política de assistência social do Município de Porto Alegre foi criado pela Lei Complementar nº 352/1995 e regulamentado pelo Decreto nº 11.469/1996, sendo vinculado administrativamente à Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC.

■ Conselho Municipal de Saúde:

O Conselho Municipal de Saúde - CMS, órgão Deliberativo do Sistema Único de Saúde - SUS, foi criado pela Lei Complementar nº 277/1992, sendo vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

■ Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação:

O Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação - COMATHAB, órgão de participação direta da comunidade na gestão da política habitacional do Município, foi criado pela Lei Complementar nº 337/1995, sendo vinculado administrativamente à Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB.

O Município de Porto Alegre possui uma plataforma chamada Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA) que disponibiliza informações sobre o município de Porto Alegre contribuindo para a consolidação da participação cidadã na gestão da cidade. Além disso, a Prefeitura de Porto Alegre lançou uma pesquisa à população chamada Mais Comunidade Online. Por meio do aplicativo 156+POA ou pelo site 156Web a Prefeitura irá consultar a população sobre os maiores desafios dos bairros do município. Por meio da pesquisa será possível diagnosticar onde se deve agir e quais projetos e ações devem ser planejados e executados.

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre também disponibiliza uma lista contendo uma Relação com mais de 120 Organizações Da Sociedade Civil atuantes em Porto Alegre (http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/relacao_prorrogacao_credenciamento_os_cs_08_nov_19_2.pdf), muitas delas são associações de bairros e comunitárias, incluindo associações existentes nos bairros de parte das construções e reformas (intervenções) previstas no Projeto BR-L 1597. Na plataforma ONGs Brasil (<http://www.ongsbrasil.com.br/default.asp>) consta lista com cerca de 300 organizações não governamentais das mais diversas áreas com atuação no município de Porto Alegre.

Considerando as atividades voltadas para a identificação e análise de partes interessadas, divulgação prévia de informações, consulta e implantação de mecanismo de queixas e reclamações verificou-se que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre disponibiliza plataformas, mecanismos e informações que podem subsidiar estas ações. Esta gama de informações deverá ser avaliada e estudada em maiores detalhes no âmbito da execução do Plano de Engajamento das Identificação de Partes Interessadas (Anexo 2).

5. IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO IDENTIFICADAS

Este documento apresenta a Análise Ambiental e Social – AAS – do Programa de Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal para a Prefeitura de Porto Alegre, com o objetivo de apresentar os impactos e riscos ambientais e sociais decorrentes das obras e reformas consideradas neste documento, assim como as medidas previstas para redução e controle destes impactos.

Para cumprir com este objetivo, este documento está dividido em três grandes blocos principais:

- i. Descrição do programa e das ações previstas;
- ii. Descrição dos aspectos ambientais e sociais existentes; e
- iii. Identificação dos impactos ambientais e sociais e das medidas de mitigação e controle.

São apresentados ainda, o marco legal e regulatório aplicável aos projetos considerados neste documento

Ao final, um item de considerações finais apresenta um resumo dos resultados da avaliação realizada.

Os resultados dessa AAS são baseados nas informações coletadas nas visitas técnicas realizadas em entre junho e julho de 2022, nas reuniões online realizadas com as equipes do DEMHAB, SMS e SMDS, revisão de informações públicas de fontes oficiais e meios de comunicação locais.

As tabelas a seguir apresentam essa AAS incluindo as medidas previstas com base nas informações disponíveis até o momento. Da mesma forma, são apresentados, no início de cada item, os aspectos para os quais não foram identificados impactos. Para os demais, é apresentada, em escala de cores, a avaliação da significância do impacto, conforme legenda abaixo. Vale destacar que **não foram identificados impactos negativos regionais**. Todos os impactos negativos são localizados e inerentes à fase de construção.

Os impactos da etapa de operação tendem a ser positivos, especialmente os relacionados aos impactos sociais, devido a melhoria nos equipamentos de saúde e nas instalações dos conselhos tutelares e a possibilidade de redução da conta de luz nos loteamentos onde serão instalados os painéis solares fotovoltaicos.

Avaliação da Significância do Impacto

Insignificante
Baixo
Moderado
Alto
Positivo

5.1 Impactos no Meio Físico

Não foram identificados impactos negativos ou positivos relacionados à geologia, geomorfologia, topografia, meteorologia e clima local, às condições estéticas e da paisagem e a potencial geração de passivos ambientais.

Os impactos negativos no meio físico identificados até o momento são temporários e típicos de projetos de construção e reforma: impactos na qualidade do ar, emissão de ruído e impactos nos solos dos locais dos novos projetos.

Tabela 5.1 – Impactos no Meio Físico

Aspecto	Impacto Construção	Impacto Operação	Medidas	Impacto após implementação das medidas
Meteorologia e clima local	Todos os projetos são de pequeno porte – reformas e novas construções, que não apresentam impactos no clima local.	-	-	Insignificante
Geologia e Geomorfologia	Devido ao porte e característica dos projetos, não são esperados impactos relacionados à geologia, geomorfologia ou a topografia da cidade ou no local dos projetos.	-	-	Insignificante
Qualidade do Ar	Emissão e acumulação de poeira durante a construção e movimentação de veículos e equipamentos pesados, principalmente na época de secas. Aumento da emissão de poluentes devido ao aumento do tráfego de veículos.	Não são esperados impactos ambientais ou sociais.	<ul style="list-style-type: none"> ■ Definição de diretrizes e orientações para contratação das empresas de construção; ■ Manutenção dos equipamentos; ■ Elaboração de mecanismo de recebimento e atendimento de reclamações; e ■ Elaborar e implementar um Plano de Gestão de Emissões e Ruído (ver item 6.3). 	Insignificante
Ruído	Durante a fase de construção dos projetos haverá um aumento localizado no nível de ruído devido aos equipamentos pesados de construção.	Não é esperado o aumento do ruído ambiental durante a operação de nenhum dos projetos. Os painéis solares não emitem ruído durante seu funcionamento.	<ul style="list-style-type: none"> ■ Definição de diretrizes e orientações para contratação das empresas de construção; ■ Manutenção dos equipamentos; ■ Programação das atividades de construção dentro dos horários diurnos, evitando, sempre que possível, atividades noturnas. Proibição de realização de atividades de construção após as 22hs; ■ Incluir no Plano de Comunicação e de Engajamento os esclarecimentos à população de entorno, sobre os horários e atividades a serem realizadas durante todo o período de construção; 	Baixo

Aspecto	Impacto Construção	Impacto Operação	Medidas	Impacto após implementação das medidas
			<ul style="list-style-type: none"> ■ Elaboração de mecanismo de recebimento e atendimento de reclamações; e ■ Elaborar e implementar um Plano de Gestão de Emissões e Ruído (ver item 6.3). 	
Solos	Potencial de impactos localizados no local das novas construções relacionados à erosão e carreamento de sedimentos devido a ações de construção inadequadas.	Não são esperados impactos negativos durante a fase de operação.	<ul style="list-style-type: none"> ■ Definição de diretrizes e orientações para contratação das empresas de construção; ■ Manter os solos e materiais armazenados em área coberta evitando carreamento de sedimentos; e ■ Elaborar Plano de Controle de Erosão e Sedimentação (ver item 6.1) 	Insignificante
Recursos hídricos	Todos os projetos estão localizados na mesma região hidrográfica e não são esperados impactos nos recursos hídricos regionais. À nível local, a gestão da construção das novas obras deve ser realizada para evitar carreamento de sedimentos e impactos em cursos de água próximos, como o Arroio do Dilúvio.	Não são esperados impactos negativos durante a fase de operação.	<ul style="list-style-type: none"> ■ Definição de diretrizes e orientações para contratação das empresas de construção; ■ Manter os solos e materiais armazenados em área coberta evitando carreamento de sedimentos e contaminação dos corpos hídricos; ■ Elaborar Plano de Controle de Erosão e Sedimentação (ver item 6.1); e ■ Elaborar um Plano de Gestão dos Recursos Hídricos, em especial considerando a redução do consumo durante as obras. 	Insignificante
Geração de resíduos	Os projetos de construção e reforma irão gerar resíduos sanitários pelos trabalhadores e resíduos de construção.	Não são esperados impactos negativos durante a etapa de operação.	<ul style="list-style-type: none"> ■ Definição de diretrizes e orientações para contratação das empresas de construção; ■ Elaborar Plano de Gestão de Resíduos, considerando os princípios de redução e reciclagem para a etapa de construção (item 6.2); ■ Elaborar um Plano de Gestão de Resíduos para a etapa de Operação (item 6.2); 	Insignificante

Aspecto	Impacto Construção	Impacto Operação	Medidas	Impacto após implementação das medidas
			■ Garantir a destinação adequada dos resíduos da obra.	
Mudanças climáticas	<p>Todos os projetos, devido a sua localização, estão expostos as mesmas condições climáticas.</p> <p>Os projetos de geração de energia fotovoltaica, contribuem para a disseminação de energia renovável reduzindo o impacto das mudanças climáticas, mesmo que forma limitada devido a pequena população atendida. Há também a previsão de capacitação e geração de empregos verdes (manutenção dos painéis solares por membros da comunidade).</p> <p>As obras de melhoria e novas estruturas hospitalares e sociais ajudam a mitigar os impactos a saúde da população mais vulnerável e que mais sofrerão com as consequências da mudança do clima.</p> <p>Portanto, na perspectiva das mudanças climáticas entendem-se que os projetos têm impacto positivo.</p>	-	-	Positivo
Condições estéticas e da paisagem	Não foram identificados, até o momento, impactos negativos nas condições estéticas e da paisagem.	-	-	Positivo
Passivos ambientais	Não está prevista a geração de passivos ambientais em nenhum dos projetos, nem	-	-	Insignificante

Aspecto	Impacto Construção	Impacto Operação	Medidas	Impacto após implementação das medidas
	na construção nem na operação, devido à natureza das atividades proposta e tipo de obras que serão realizadas.			
Áreas com potencial de inundação	Não estão previstos impactos diretos ou indiretos do projeto relacionadas à inundação nas etapas de construção	Não são esperados impactos negativos durante a operação dos projetos.	Porto Alegre conta com sistema de proteção contra cheias do Guaíba que é constituído pelo muro da Av. Mauá, 68 quilômetros de diques, 14 comportas e 19 casas de bombas. Espera-se que essa infraestrutura minimize impactos associados a chuvas intensas na cidade de Porto Alegre.	Insignificante

5.2 Impactos no Meio Biótico

Não foram identificados em Áreas Protegidas. Os impactos no meio biótico se referem a remoção localizada de cobertura vegetal.

Tabela 5.2 – Impactos no meio biótico

Aspecto	Impacto Construção	Impacto Operação	Medidas	Impactos após a implementação das medidas
Cobertura vegetal	<p>Algumas das obras ocorrerão em terrenos com cobertura vegetal. Nestes casos, serão realizados laudos de cobertura vegetal e, com base nestes, planejada a recomposição/compensação de vegetação de acordo com os requisitos legais aplicáveis garantindo assim a minimização dos impactos relativos à supressão de vegetação.</p> <p>Os impactos na cobertura vegetal das áreas onde serão localizados os projetos serão detalhados para cada projeto após a conclusão do Projetos Executivos de cada projeto proposto.</p>	Não são esperados impactos negativos na cobertura vegetal durante a operação dos projetos.	<ul style="list-style-type: none"> ■ Definição de diretrizes e orientações para contratação das empresas de construção; ■ Avaliação de alternativas que evitem ou reduzam a necessidade de remoção de vegetação; e ■ Caso necessário, definir um Plano de Revegetação nos locais onde a vegetação for removida. 	Insignificante

Aspecto	Impacto Construção	Impacto Operação	Medidas	Impactos após a implementação das medidas
Áreas protegidas	Não foram identificados impactos nas áreas protegidas do município de Porto Alegre.	-	-	Insignificante

5.3 Impactos Sociais

Não são esperadas alterações no uso e ocupação do solo devido às ações de reforma e melhoria dos equipamentos ou relacionados à instalação de painéis solares.

Os novos projetos estão localizados em áreas com uso do solo para atividades residenciais e comerciais de acordo com o zoneamento urbano.

Até o momento, não foram identificados impactos em povos indígenas.

Os projetos estão localizados de forma distribuída pela cidade de Porto Alegre nos bairros de: nos bairros Intendente, Castelo, Lomba do Pinheiro, Ponta Grossa, Sarandi, Partenon, Planalto, Campo Novo Maria da Conceição, Passo da Areia, Centro Histórico, Bom Jesus, Floresta, Passo das Pedras, Medianeira, Cavahada, Rubem Berta Restinga, Belém Velho, Independência e Bom Fim.

Dado o porte dos projetos avaliados, estima-se que não haverá migração de trabalhadores de outras regiões do país, ou mesmo de estados vizinhos, para a realização das reformas e construção das novas instalações. Este impacto será reavaliado após o detalhamento dos projetos. Dada a necessidade de capacitação específica de mão-de-obra, para a instalação dos painéis solares, o aspecto relacionado a atração de mão-de-obra, mesmo que em pequena escala deverá ser avaliado em etapa subsequente com maior detalhe de informação sobre este projeto específico.

Considerando que os projetos estão localizados em diferentes áreas da cidade de Porto Alegre e que, cada projeto específico demanda um reduzido número de trabalhadores, não são esperados impactos na infraestrutura local.

Tabela 5.3 – Impactos no Meio Socioeconômico

Aspecto	Impacto Construção	Impacto Operação	Medidas	Impactos após a implementação das medidas
Demografia	Não são esperados impactos negativos dos projetos em relação à demografia da cidade de Porto Alegre durante a construção dos projetos.	Espera-se que o Projeto Piloto Vila dos Idosos tenha impactos positivos, em especial devido a característica do envelhecimento da população da cidade nos últimos anos.	-	
Deslocamento físico	Foi identificada uma casa no terreno a ser utilizado para a instalação da Vila dos Idosos, de ocupação ainda desconhecida. No entanto, segundo informações encaminhadas pelo DEMHAB em 11 de agosto de 2022, não há indicativo de necessidade de reassentamento neste local.	Não Aplicável	<ul style="list-style-type: none"> ■ Avaliar a cada identificada no terreno a ser utilizado pela Vila dos Idosos, de ocupação desconhecida; e ■ Caso seja necessária a relocação, esta deve ser realizada em área próxima e com negociação prévia com os possíveis moradores. 	Baixo
Patrimônio Cultural	A Sede do Afro-Sul Odomodêê deverá ser relocada para área próxima ao local atual.	Não Aplicável	<ul style="list-style-type: none"> ■ A relocação da Sede deve ser realizada em área próxima ao local atual e com base em negociação prévia com o grupo Afro Sul Odomodêê. 	Baixo
Equipamentos de saúde	Durante as reformas, impactos pontuais no atendimento podem ser percebidos pela população	Os projetos têm por objetivo a geração de impactos positivos para pessoas e comunidades vulneráveis.	<ul style="list-style-type: none"> ■ Plano de Comunicação ■ Análise das necessidades de ajustes no atendimento de forma a não prejudicar a população atendida pelas instalações que vão ser reformadas 	Positivo
Pessoas e comunidades vulneráveis ou marginalizadas	Não são esperados impactos negativos durante a construção dos projetos	Os projetos têm por objetivo a geração de impactos positivos para pessoas e comunidades vulneráveis.	-	Positivo


Aspecto	Impacto Construção	Impacto Operação	Medidas	Impactos após a implementação das medidas
		<p>O projeto de instalação de energia solar fotovoltaica tem como meta a redução do valor das contas de luz das famílias localizadas nos condomínios Senhor do Bom Fim e Irmãos Maristas. Já o projeto do Lar dos Idosos visa atender a população idosa e vulnerável da cidade de Porto Alegre.</p> <p>Adicionalmente todos os centros de saúde, conselhos tutelares e centros de triagem tem também como público-alvo uma população vulnerável.</p>		
Disponibilidade, acesso e qualidade de outros serviços públicos básicos	-	<p>Os projetos têm por objetivo a ampliação da disponibilidade e qualidade dos serviços de saúde e de atenção a crianças e jovens através dos conselhos tutelares.</p> <p>O impacto é, portanto, positivo devido a criação pelos projetos de infraestrutura de saúde e suporte social.</p>	-	Positivo
Vias e meios de transporte	Existe um potencial de impactos negativos no tráfego das vias próximas aos locais dos projetos devido ao aumento do fluxo de caminhões e equipamentos de construção. Impactos cumulativos da construção simultânea de diversos projetos distribuídos pela cidade de Porto Alegre podem ocorrer.	Não relevante	<ul style="list-style-type: none"> ■ Sinalização e controle de tráfego e passagens de pedestres; ■ Avaliação de alternativas de utilização de horários de menor fluxo de veículos para transporte e descarga de materiais; 	Baixo

Aspecto	Impacto Construção	Impacto Operação	Medidas	Impactos após a implementação das medidas
			<ul style="list-style-type: none"> ■ Uma avaliação de impactos cumulativo das vias e meios de transporte, considerando a implementação de todos os projetos no mesmo período deve ser realizada para orientar o Plano de Gestão de Tráfego e Pedestres; e ■ Plano de Gestão de Tráfego e Pedestres (item 6.5). 	
Saúde e segurança da comunidade	<p>O aumento do tráfego, emissão de poeira e ruídos podem causar impactos à segurança e à saúde da população do entorno dos projetos, em especial das novas construções.</p> <p>Não estão previstos impactos negativos relacionados às mudanças climáticas devido à construção dos projetos. No entanto, desastres naturais e emergências, mesmo que não relacionadas diretamente aos projetos, podem ocorrer.</p>	<p>Os projetos têm por objetivo a ampliação da disponibilidade e qualidade dos serviços de saúde e de apoio dos conselhos tutelares. O impacto é, portanto, positivo devido a criação pelos projetos de infraestrutura de saúde e suporte social.</p> <p>Não estão previstos impactos negativos relacionados às mudanças climáticas devido à construção dos projetos. No entanto, desastres naturais e emergências, mesmo que não relacionadas diretamente aos projetos, podem ocorrer.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Sinalização e controle de tráfego e passagens de pedestres; ■ Plano de gestão de emissões e ruído; ■ Comunicação com a população do entorno; ■ Plano de Gerenciamento de Riscos e Desastres Naturais (ver item 6.4); ■ Plano de Gestão de Tráfego e Pedestres (item 6.5); e ■ Plano de Saúde e Segurança da Comunidade (Item 6.6). 	Baixo
Saúde e segurança dos trabalhadores	As reformas e obras de implantação apresentam riscos à saúde e segurança dos trabalhadores. Detalhes adicionais a serem apresentados quando do detalhamento dos projetos.	Não são esperados impactos durante a operação dos projetos.	<ul style="list-style-type: none"> ■ Elaboração de PPRA e PCMSO para todos os projetos e reformas; ■ Treinamento dos trabalhadores; ■ Utilização de equipamentos de proteção individual; 	Insignificante

Aspecto	Impacto Construção	Impacto Operação	Medidas	Impactos após a implementação das medidas
	Segundo o BID, em fevereiro de 2021 graves acusações foram feitas e evidências de trabalho forçado nas diferentes etapas da fábrica de polissilício na região chinesa de Xinjiang foram apresentadas (o polissilício, decorrente da transformação do silício metálico é um dos elementos usado na fabricação de células fotovoltaicas de painéis solares). Em abril de 2021, a <i>Solar Energy Industries Association of the United States – SEIA</i> publica um protocolo para ajudar os fabricantes e importadores a demonstrarem a procedência de seus produtos mediante o desenvolvimento e implementação de um programa de rastreabilidade dos elementos que constituem os painéis solares. ¹¹		<ul style="list-style-type: none"> ■ Plano de Gestão de Tráfego e Pedestres (item 6.5); e ■ Estabelecer e implementar Diretrizes para Salvaguardas Ambientais e Sociais e de Responsabilidade Social de acordo o ESPS 2 (item 24) ■ Plano de Equidade de Gênero (item 6.8). 	
Populações indígenas	<p>Dos bairros identificados com população indígena, o único que receberá obras do Projeto é o Lomba do Pinheiro. Neste bairro há um grupo indígena que mora na Aldeia Anhetenguá localizada no Beco dos Mendoças, 357.</p> <p>Dando seguimento aos procedimentos administrativos, a Prefeitura de Porto Alegre, através do Decreto nº 18.390/2013, declarou os imóveis situados no Beco dos Mendoças nº 895, como de utilidade pública para fins de</p>			Insignificante

¹¹ AGÊNCIA EFE Estudo denuncia suposto trabalho forçado em empresas de energia solar em Xinjiang. 14 de maio de 2021)

Aspecto	Impacto Construção	Impacto Operação	Medidas	Impactos após a implementação das medidas
	<p>desapropriação para o assentamento da comunidade Mbyá-Guarani. Em dezembro deste ano, a SMDH adquiriu a área de 15 hectares, limítrofes à comunidade indígena. Esta aquisição foi assunto prioritário para o Governo Municipal no ano de 2013, definida como Indicador de Desempenho Finalístico no Contrato de Gestão nº 011/2013, celebrado entre o Município de Porto Alegre e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos/SMDH.</p> <p>As obras no bairro Lomba do Pinheiro não ocorrerão em área indígena e estão localizadas de 3,5 a 8 km aproximadamente da Aldeia Anhetengúá.</p> <p>Considerando o pequeno porte das obras consideradas neste AAA, entende-se que a Aldeia não será impactada.</p> <p>A figura abaixo ilustra a localização dos projetos e da Aldeia.</p>			

Aspecto	Impacto Construção	Impacto Operação	Medidas	Impactos após a implementação das medidas
				

6. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – PGAS

Este PGAS tem por objetivo geral evitar, reduzir ou controlar os impactos potenciais a serem ocasionados pelos diversos projetos previstos no Programa de Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal da Prefeitura de Porto Alegre.

Além desse objetivo geral, esse PGAS tem por objetivos específicos:

- Garantir o cumprimento da legislação e regulamentos à nível federal, estadual e municipal;
- Seguir as diretrizes das melhores práticas internacionais;
- Definir os procedimentos, os controles integrados e as medidas de mitigação a serem utilizados nas atividades das fases de construção e operação, para cada um dos planos componentes do PGAS;
- Definir as funções e responsabilidades; e
- Definir os programas de monitoramento da eficiência das medidas de mitigação e os indicadores de desempenho.

Considerando que o Programa de Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal da Prefeitura de Porto Alegre é composto por uma diversidade de projetos, que envolvem ações que vão desde reformas, ampliações, mudança de função em áreas e unidades existentes até a instalação de novos equipamentos, instalação dos painéis solares nos condomínios Bom Fim e Irmãos Marista, e a construção de novas unidades, os planos de redução e controle dos impactos ambientais e sociais, apresentados abaixo, indicam as ações necessárias e as orientações básicas. Para cada um dos projetos previstos no Programa de Desenvolvimento Social e Sustentabilidade, um plano de redução e controle específico, adaptado às características de cada projeto e às condições locais, deve ser desenvolvido.

Para cada plano de redução e controle específico, devem ser desenvolvidos:

- Objetivo;
- Legislação aplicável;
- Metodologia e/ou procedimentos específicos;
- Treinamento e capacitação;
- Responsabilidades; e
- Monitoramento, indicadores de desempenho e divulgação de resultados.

A seguir são apresentadas as orientações gerais de cada um dos planos. Orientações gerais para os itens de treinamento e capacitação, responsabilidade, monitoramento, indicadores e divulgação são apresentadas de forma integrada para todos os planos (ver itens 6.8, 6.9 e 6.10).

6.1 Plano de Controle de Erosão e Sedimentação

6.1.1 Objetivos

O Plano de Controle de Erosão e Sedimentação tem objetivo de garantir a redução dos impactos potenciais das novas construções sobre os solos e sobre os recursos hídricos, nas áreas de entorno de cada um dos projetos específicos. Tem por objetivo, ainda, monitorar as medidas de redução e controle que serão implementadas.

O plano inclui procedimentos para orientação das pessoas envolvidas com os projetos e para o controle das atividades, de forma a evitar ou, pelo menos, reduzir, os efeitos adversos das atividades de construção nos solos. O controle da erosão e da sedimentação deve ser parte integrante de cada

um dos projetos e devem ser incluídos nas atividades de construção que a empresa a ser contratada irá utilizar.

6.1.2 Metodologia

A Tabela 6.1 apresenta os passos do Plano Controle de Erosão e Sedimentação.

Tabela 6.1 - Geração do Plano de Controle de Erosão e Sedimentação

Passo	
Passo 1: Revisar os impactos chave identificados e atualizar com base nos projetos executivos específicos.	Impactos potenciais da etapa de construção e operação dos projetos.
Passo 2: Identificar os padrões nacionais e internacionais aplicáveis	Identificar os requisitos legais federais, estaduais e municipais, e as políticas aplicáveis do IDB.
Passo 3: Estabelecer medidas de mitigação e controle da erosão dos solos, do escoamento de águas pluviais e da sedimentação de corpos d'água	<p>Estabelecer as medidas de mitigação apropriadas para cada projeto e para cada etapa. Exemplos de medidas de mitigação a serem incluídos no plano são:</p> <ul style="list-style-type: none">■ instalação de sistemas de drenagem permanentes e temporários para o controle do escoamento de águas pluviais durante a construção;■ instalação de áreas para armazenamento de solos e materiais, de escavação;■ evitar a instalação de vias de acesso em declividades maiores que 15% como medida de conservação de solos;■ minimizar a retirada de vegetação;■ realizar a estabilização dos solos e revegetação progressiva, assim necessária, das áreas afetadas, durante a realização da construção;■ utilizar o material excedente de escavações para reuso em ações de terraplanagem do terreno; e■ uma vez finalizada a etapa de construção, as vias de acesso e rodas de serviço que não sejam mais necessárias, devem ser restauradas às suas condições iniciais ou melhores.

6.2 Plano de Gestão de Resíduos

6.2.1 Objetivo

Durante as fases de construção, operação dos projetos, serão gerados resíduos sólidos e líquidos, perigosos e não perigosos. É necessário elaborar e implementar planos de gestão de resíduos sólidos, líquidos e perigosos com o fim de mitigar as fontes potenciais de resíduos durante toda a duração dos projetos. O plano deve descrever as medidas e as melhores práticas de gestão propostas para cada uma das fases dos projetos, que se utilizará a fim de proteger contra os impactos adversos às comunidades ambientais e sociais afetadas. A implementação e aplicação das diretrizes deste plano permitirão ou gestão, a mitigação e ou reciclagem adequados dos diversos tipos de resíduos gerados. (Este Plano não inclui resíduos médicos, os quais estão cobertos por ou Plano de Gestão de Resíduos de Estabelecimentos de Saúde)

Este plano define diversas fontes potenciais de resíduos e estabelece a forma como os mesmos serão controlados e monitorados durante a duração dos projetos.

6.2.2 Enfoque Geral

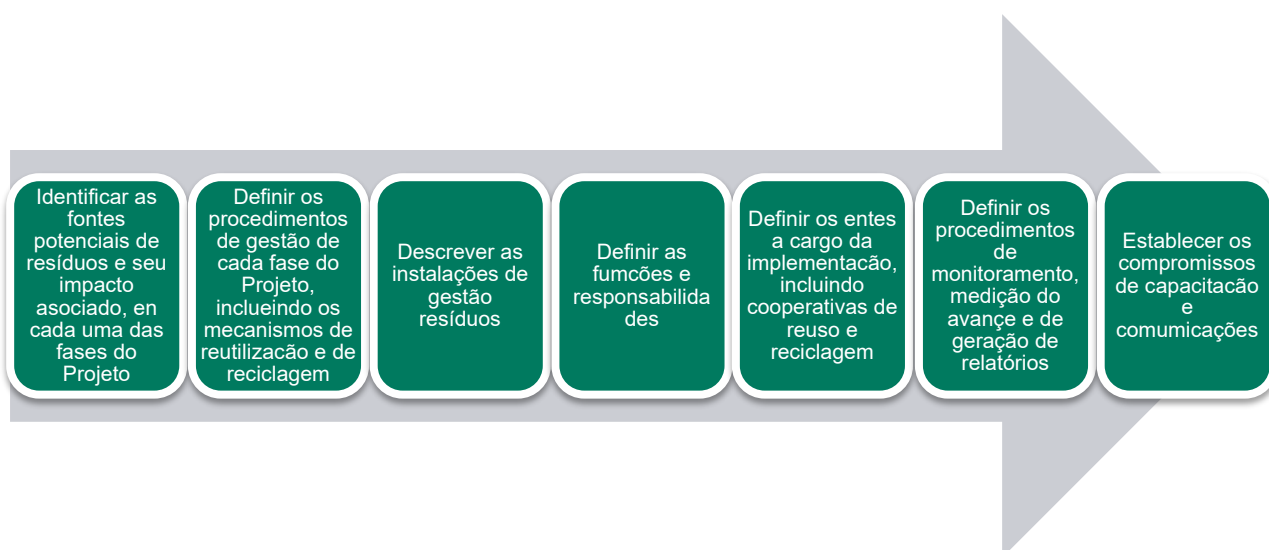
A gestão de resíduos deve seguir os passos listados a seguir:

- **Redução:** sempre que possível, buscar a redução da geração de resíduos, evitando consequentemente o desperdício e a necessidade de alocar recursos para armazenamento e transporte dos mesmos. Durante a fase de construção dos projetos, as empresas contratadas e as construtoras das obras são obrigadas a apresentar seus planos e procedimentos específicos de redução de resíduos. Os trabalhadores das empresas operadoras evitarão o uso excessivo de materiais em suas atividades. Durante a fase de operação dos projetos, os operadores, os responsáveis pela manutenção e os usuários buscam formas sustentáveis de redução da geração e gestão dos resíduos e incentivarão os membros da comunidade do entorno a agir da mesma forma;
- **Reutilização:** serão analisadas alternativas para reutilização dos resíduos. Caso não seja possível, será apresentada uma justificativa e alternativas de reciclagem, ou troca de materiais;
- **Reciclagem:** Sempre que possível, será realizada a reciclagem de plásticos, vidro, papel, embalagens de papelão, madeira e metal. Todos os materiais a serem encaminhados para reciclagem serão coletados, armazenados no local de origem e acondicionados em recipientes adequados, separados, e encaminhados para centros de reciclagem autorizados. Devem ser analisadas alternativas de reciclagem por meio de cooperativas localizadas no entorno dos projetos;
- **Classificação:** todos os resíduos (perigosos ou não-perigosos) serão classificados no local de origem e acondicionados em áreas separadas por tipo. Os materiais que possam ser reciclados ou reutilizados serão acondicionados em local específico, evitando ao máximo o transporte e a disposição dos resíduos em áreas externas; e
- **Transporte para a Disposição:** os resíduos que não puderem ser reciclados ou reutilizados, serão encaminhados para instalações de aterro sanitário previamente aprovadas. Os contratistas manterão registro atualizado de toda movimentação de resíduos, incluindo o tipo de resíduo, o local de disposição final e os documentos de transporte.

6.2.3 Procedimento

Cada projeto deve apresentar um esquema do plano e estabelecer seus objetivos e metas seguindo os passos na Figura 6.1.

Figura 6.1 - Procedimento para o Plano de Gestão de Resíduos



Todos os resíduos, sejam eles administrativos, não perigosos, ou resíduos industriais das atividades de construção, devem ser separados nos locais de origem e acondicionados em recipientes adequados de coleta seletiva, segundo a legislação brasileira.

Para aqueles projetos localizados em unidades de saúde, os resíduos, por sua vez, devem ser incorporados aos procedimentos de gestão de resíduos de saúde existentes. Caso alguma unidade de saúde não tenha Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS), este deve ser elaborado e implementado segundo regulamentado por meio das resoluções CONAMA nº 283/01, CONAMA nº 358/05 e ANVISA RDC 306/04.

Resíduos relacionados aos painéis solares

A instalação de painéis solares gera, durante a etapa de construção, resíduos comuns de obras civis, incluído restos de fiação e estruturas de montagem. Durante a operação podem ser gerados resíduos de manutenção elétrica e efluentes equivalentes à água de chuva para limpeza periódica dos painéis. Não tem sido observados impactos relacionados aos resíduos dos painéis solares durante estas etapas.

O aspecto significativo relacionado aos painéis solares diz respeito à etapa de desmobilização após a vida útil dos painéis. Segundo a ABSOLAR¹² a vida útil média de painéis solares residenciais é de 25 anos. Mesmo em se considerando o longo prazo de geração dos resíduos, este aspecto deve ser considerado quando da elaboração dos projetos executivos do Condomínio Senhor do Bom Fim e Irmãos Marista.

6.3 Plano de Gestão de Emissões e Ruído

6.3.1 Objetivo

O Plano de Gestão de Emissões e Ruído tem como objetivo controlar e minimizar, no que for tangível, os potenciais fontes poluidoras que porventura possam estar presentes durante as atividades dos projetos inscritos no Programa. Para isso, o monitoramento das atividades deve ser realizado, principalmente no que diz respeito aos receptores sensíveis (pessoas, fauna, infraestrutura, entre outros).

Faz parte do plano de controle:

- Identificar os potenciais fontes de ruído e de emissões atmosféricas para as distintas fases compreendidas nos Projetos;
- Definir os procedimentos de construção e operação para que seja realizado a adequada gestão relativa aos impactos relacionados aos níveis de ruído e das emissões atmosféricas;
- Seguir as diretrizes das melhores práticas internacionais;
- Definir os procedimentos e medidas de mitigação a serem implementadas nas atividades, tanto de construção quanto de operação que possuem potencial gerador de ruído e de emissões atmosféricas;
- Definir as funções e as responsabilidades para cada qual na implementação deste Plano; e
- Definir os procedimentos de monitoramento da eficiência das medidas de mitigação, da geração de relatórios e da intervenção e a adaptação do Plano.

6.3.2 Medidas de Controle

A seguir, serão apresentadas as medidas de controle de ruído e de emissões que devem ser implementadas.

¹² <https://www.absolar.org.br/noticia/uso-de-energia-solar-em-residencias-cresce-70/>, consulta em julho de 2022.

6.3.2.1 Controle de ruído durante as etapas de construção

- Os níveis máximos de ruído devem estar dentro dos níveis indicados pelas autoridades locais do país. Em Porto Alegre, o Decreto n° 8.185, que rege os níveis a serem atendidos;
- Sinalizar todos os locais que emitam ruído em níveis superiores a 85 dBA, para evitar a presença e exposição de pessoas sem equipamento de proteção auditiva, equipamentos estes que devem possuir certificado de aprovação;
- Capacitar a todos os trabalhadores sobre técnicas de segurança do trabalho em respeito ao uso de equipamentos de proteção auditiva, e exigir que durante todos o período de exposição utilizem o Equipamento de Proteção Individual (EPI);
- Estabelecer limites de velocidade para os veículos que vão circular nas áreas de projetos mais populosas (por exemplo, delimitar velocidade máxima de 20 km/h);
- Projetar e implementar plano de emergência, além de medidas corretivas para atender a sinistros; e
- Eliminar ou reduzir, na medida de do possível, os ruídos prejudiciais à saúde dos trabalhadores.

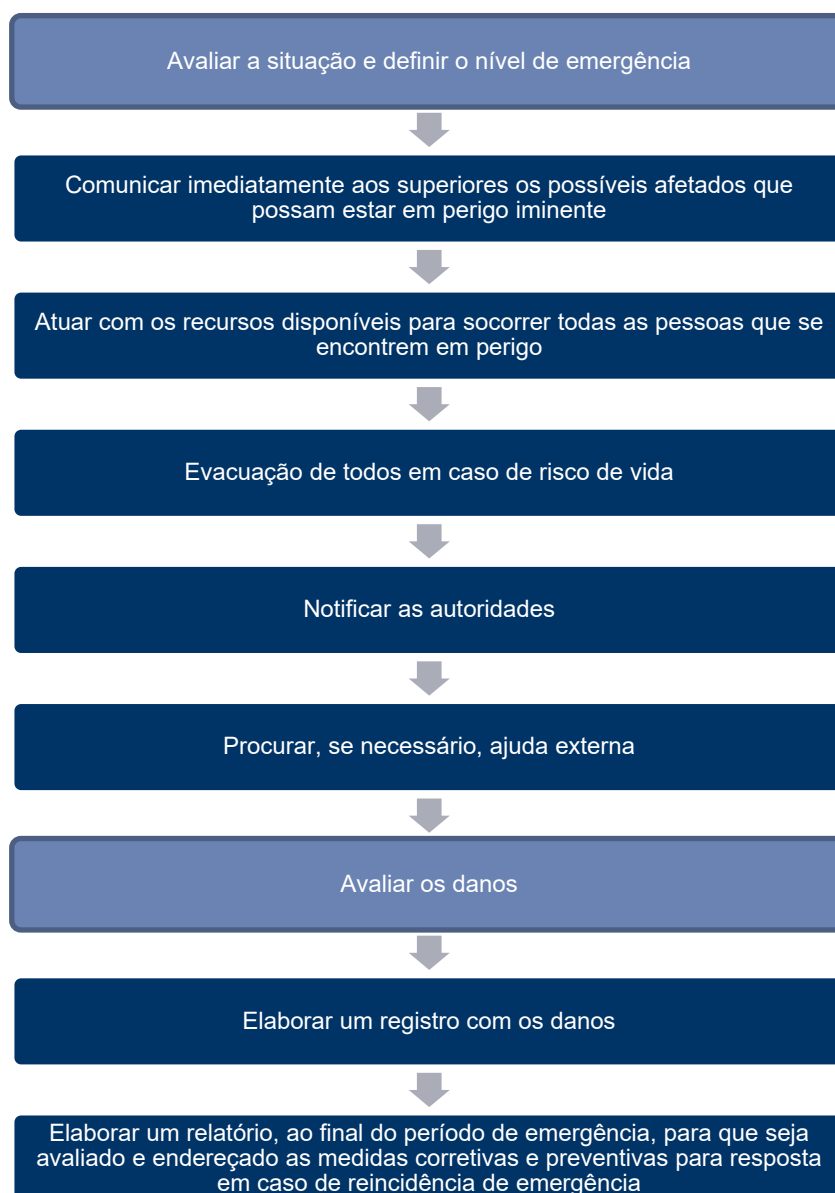
6.3.2.2 Controle de ruído durante as etapas de operação

- Estabelecer programa de manutenção preventivo da frota de veículos, e que o mesmo seja devidamente habilitado e documentado para conduzir tais tarefas.

6.4 Plano de Gerenciamento de Riscos e Desastres Naturais

O Plano de Gerenciamento de Riscos e de Desastres Naturais apresenta diretrizes e procedimentos que devem ser adotados em caso de desastres naturais. Para isso, este deverá estar de acordo com o estabelecido em normas nacionais e locais e de alinhado com características intrínsecas aos locais dos projetos. No caso da cidade de Porto Alegre, consideram-se como principais desastres naturais àqueles relacionados às chuvas intensas e inundações.

O planejamento para resposta a desastres envolve determinar, aumentar e organizar recursos para obter um grau de preparo que permita uma resposta oportuna e eficaz a um desastre potencial. A Figura 6.2 apresenta as etapas a serem seguidas para preparar um Plano de Gerenciamento de Risco de Desastres Naturais.

Figure 6.2 - Procedimento Geral frente uma Emergência

Fonte: ERM, 2022

6.5 Plano de Gestão de Tráfego e Pedestres

6.5.1 Objetivos

O Plano de Gestão de Tráfego e Pedestres estabelece as diretrizes gerais a serem seguidas pelas empresas contratadas para as construções e, caso necessário, as reformas, relacionadas aos aspectos do tráfego e proteção de pedestres.

O objetivo é minimizar a interação, sempre que possível, entre as pessoas (população local, vizinhos, turistas, ciclistas) e o tráfego de veículos relacionado aos projetos. Indicando uma série de medidas práticas a serem adotadas.

Para a elaboração e implementação deste plano deverá ser consultada e estabelecido um plano de comunicação com a Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPCT, em especial para controle de tráfego e sinalização nas vias mais movimentadas.

6.6 Medidas de Controle

6.6.1.1 Pedestres

As rotas para passagem de pedestres devem:

- Estar claramente separadas das rotas dos veículos mediante o uso de cercas ou faixas de separação, que devem ser suficientemente largas para permitir a passagem das pessoas em momentos de pico;
- As áreas de passagem devem estar livres de obstruções; e
- Possuir sinalização adequada.

Os pedestres devem poder atravessar, com segurança, as ruas de maior movimentação de veículos e ter uma visão clara do tráfego nos cruzamentos e entradas/saídas das áreas de acesso.

6.6.1.2 Acessos internos às obras

Se deve assegurar que:

- Os acessos considerem a movimentação de pedestres;
- Permitam fácil acesso às áreas das obras, livres de obstruções e sinalizadas de forma clara e adequada;
- As vias de acesso devem ser definidas de forma a evitar a necessidade de marcha ré e que permita aos motoristas ter uma visão clara dos pedestres e veículos nas ruas e calçadas;
- As estruturas temporárias das obras devem estar protegidas do trânsito interno de veículos e caminhões; e,
- Exista local de estacionamento adequado de forma a não causar congestionamento nas áreas externas às obras.

O Plano de Gestão de Tráfego e Pedestres deve incluir, ainda, um protocolo de comunicação com a EPTC para controle do tráfego e sinalização nas vias mais movimentadas.

6.7 Plano de Saúde e Segurança da Comunidade

6.7.1 Objetivos

Durante a execução dos projetos a população das áreas de influência direta estará exposta a impactos potenciais incluindo ruído, emissão de material particulado (poeira), aumento do tráfego de caminhões com material de construção. Cada um dos projetos deverá elaborar um plano específicos de saúde e segurança da comunidade, que servirá de marco contratual para as empresas a serem contratadas para a realização das obras, seja de reformas seja de novas construções.

Os objetivos deste plano são de prevenir, controlar e mitigar os riscos à saúde e segurança das comunidades localizadas na área de influência das obras dos projetos deste Programa. Os objetivos específicos deste plano são os seguintes:

- Evitar ou minimizar os riscos e impactos sobre a saúde e a segurança da comunidade durante as atividades de construção dos projetos;
- Atender a as preocupações e percepção da população local respeito a temas socioambientais dos projetos;
- Assegurar ou cumprimento da legislação nacional e das melhores práticas internacionais;
- Divulgar a informação relevante e oportuna sobre os projetos a as comunidades no entorno e possivelmente afetadas para que eles compreendam os riscos, impactos e oportunidades associados aos projetos; e

- Capacitar as empresas contratadas e subcontratadas executando os projetos sobre plano de mitigar impactos a saúde e segurança da comunidade.

6.7.2 Identificação das Comunidades Afetadas e Riscos de Saúde e Segurança

Deverá ser elaborado um mapeamento do público-alvo que incluirá as comunidades afetadas e demais partes interessadas. Também deverá ser realizada uma análise de risco à saúde e segurança das comunidades para cada um dos projetos. Esta matriz incluirá os riscos associados às tarefas de rotina, como movimentação de veículos e materiais e não rotineiras (emergências).

Um aspecto específico relacionado às obras são ações de proteção relacionadas ao COVID-19. É obrigação de todas as instituições envolvidas e das empresas contratadas e subcontratadas, a identificação e implementação de ações que reduzam ao mínimo a exposição da comunidade ao vírus.

Atenção especial deve ser dada às pessoas com deficiência (visual, auditiva, de mobilidade etc.) de forma a garantir o acesso às instalações, as vias de passagem e às sinalizações (sinalização em braile).

6.7.3 Diretrizes para Salvaguardas Ambientais e Sociais Voltadas ao Projeto e Instalação de Painéis Solares nas Unidades Habitacionais de Interesse Social

Os projetos financiados pelo BID devem incluir diretrizes para salvaguardas ambientais e sociais e responsabilidade ambiental e social, de acordo com sua política de salvaguardas e as normas trabalhistas fundamentais da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Tais diretrizes se encontram no novo Marco de Política Ambiental e Social do BID, especificamente no Padrão de Desempenho Ambiental e Social 2 - PDAS 2, que exige que o mutuário não use trabalho forçado. Esse requisito inclui todas as atividades do Programa de Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal para a Prefeitura de Porto Alegre, subcontratados e cadeias de suprimentos. Quando houver risco de trabalho infantil ou trabalho forçado associado a trabalhadores primários, esses riscos devem ser identificados, e tomadas as ações corretivas cabíveis. As empresas subcontratadas para a realização das reformas e das novas construções devem ser monitoradas de forma contínua durante toda a construção e das reformas e, caso situações ou riscos de trabalho infantil ou trabalho forçado, deve tomar as medidas corretivas apropriadas, de acordo com o PDAS 2, item 24.

Segundo o BID, em fevereiro de 2021 graves acusações foram feitas e evidências de trabalho forçado nas diferentes etapas da fábrica de polissilício na região chinesa de Xinjiang foram apresentadas (o polissilício, decorrente da transformação do silício metálico é um dos elementos usado na fabricação de células fotovoltaicas de painéis solares). Em abril de 2021, a Solar Energy Industries Association of the United States – SEIA publica um protocolo para ajudar os fabricantes e importadores a demonstrarem a procedência de seus produtos mediante o desenvolvimento e implementação de um programa de rastreabilidade dos elementos que constituem os painéis solares.

Dessa forma, para atender ao PDAS 2 deverá ser incluído nas licitações para compra e instalação de painéis solares uma cláusula exigindo a avaliação do risco de trabalho forçado na cadeia de fornecimento de painéis solar, conforme segue:

Trabalho e Condições de Trabalho: Um Plano de Gestão Socioambiental - PGS deve ser apresentado pelo projetista e empreiteira para aprovação do DEMHAB antes do início das obras civis e da emissão dos pedidos de compra. Este PGS deve incluir uma avaliação da força de trabalho empregada, de forma a identificar as medidas para avaliar, prevenir, mitigar e monitorar de forma contínua todos os riscos e impactos

relacionados à gestão da força de trabalho e das condições de trabalho dos empregados contratados diretamente pela fornecedora ou terceirizados, como subcontratados e fornecedores matéria prima dos painéis solares. Se a avaliação identificar condições de trabalho e trabalho inadequadas, conforme definido pelas normas trabalhistas fundamentais da OIT, em qualquer um dos subcontratados da empreiteira e principais fornecedores de painéis solares que não possam ser evitados ou mitigados, a empreiteira mudará para fornecedores que possam demonstrar condições de trabalho adequadas e cumprir as especificações da oferta técnica. O DEMHAB se reserva o direito de aprovar essas alterações com base na documentação fornecida e em sua própria análise.

Diretrizes Gerais para a Avaliação da Força de Trabalho

A avaliação da força de trabalho deve ser realizada pelo DEMHAB, instituição responsável pelos projetos de instalação de painéis solares nas unidades de habitação de interesse social para os trabalhadores da empresa de instalação dos painéis e dos principais fornecedores de painéis solares e dos inversores.

As diretrizes gerais para avaliação da força de trabalho e definição de medidas de mitigação devem incluir, mas não estar limitadas a:

- descrição dos trabalhadores de cada um dos projetos, detalhando as características dos diferentes grupos de trabalhadores e o cronograma com as necessidades de mão de obra;
- avaliação dos principais riscos ocupacionais potenciais, incluindo trabalho infantil e forçado, trabalho perigoso e Segurança e Saúde Ocupacional – SST, fluxo de trabalho, trabalho migrante e sazonal, discriminação e preparação para o emprego;
- breve resumo das leis trabalhistas sobre os termos e condições de emprego aplicáveis ao projeto, incluindo organizações de trabalhadores, tipos de contratos, salários, deduções e benefícios, horas de trabalho e descanso, direitos de férias, não discriminação e oportunidades de igualdade, proteções gerais e/ou resolução de reclamação local (se disponível);
- breve resumo da legislação trabalhista relevante de SST, incluindo identificação de perigos, medidas preventivas e de proteção, treinamento, comunicação de acidentes, reparação de danos, preparação para emergências, acesso dos trabalhadores a instalações e serviços, revisão e melhoria dos procedimentos de SST;
- equipe responsável e/ou terceiros, detalhando as funções de engajamento e gerenciamento dos trabalhadores do projeto, empreiteiros, subempreiteiros e outros terceiros, SSO, treinamento e gerenciamento de mecanismos de reclamações de empregados;
- políticas e procedimentos específicos como não discriminação, violência sexual e de gênero;
- idade de emprego, incluindo o processo de verificação da idade dos trabalhadores do projeto, procedimentos para avaliação de risco dos trabalhadores do projeto entre a idade mínima e 18 anos, procedimentos a seguir se forem identificados trabalhadores menores de idade;
- termos e condições de emprego, incluindo códigos de conduta, horas máximas de trabalho ou salários específicos;
- gestão de subcontratados e fornecedores, incluindo seleção, requisitos legais e monitoramento de desempenho (ver item Diretrizes-chave para Avaliar a Força de Trabalho dos Fornecedores de Painéis Solares, apresentado a seguir); e
- estrutura de gerenciamento e monitoramento de projetos.

Diretrizes- para avaliar a força de trabalho dos fornecedores de painéis solares

As diretrizes sugeridas abaixo têm como referência um protocolo para rastreamento da cadeia de fornecimento de equipamentos solares (*Solar Supply Chain Traceability Protocol 1.0*, abril de 2021) elaborado pela Associação de Indústrias de Energia Solar (*Solar Energy Industries Association – SEIA*):

O protocolo da SEIA, destinado a ajudar os fabricantes e importadores a demonstrarem a procedência de seus produtos, anteriormente citado, é uma boa referência para a elaboração do relatório de avaliação a ser apresentado ao DEMHAB como parte do Plano de Gestão de Saúde e Segurança das empresas responsáveis pela importação e instalação dos painéis solares. Estas empresas devem apresentar ao DEMHAB uma análise que especifique os riscos de trabalho forçado e justifique a escolha de seus fornecedores de painéis solares. Essa análise será avaliada pelo DEMHAB e pode levar a uma solicitação de mudança de fornecedor caso sejam identificados ou suspeitos casos de trabalho infantil ou trabalho forçado.

De uma forma geral, as diretrizes têm por objetivo uma avaliação das empresas (*due diligence*) analisando os aspectos de governança (políticas e sistemas de gestão e de saúde e segurança dos trabalhadores), localização e infraestrutura, sistemas de informação para rastreamento dos equipamentos, treinamento e capacitação dos trabalhadores, gestão, transporte e rastreabilidade de materiais. Essa avaliação deve ser considerada no processo de seleção da (s) empresa(s) para compra e instalação dos equipamentos; e as avaliações e a decisão devem ser comunicadas como parte do Plano de Comunicação do Programa de Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal da Prefeitura de Porto Alegre.

Os aspectos específicos a serem considerados são:

- Protocolo de Rastreabilidade – verificar se o fornecedor do painel solar segue o protocolo de rastreabilidade SEIA ou outro protocolo similar;
- Política de Responsabilidade Social – verificar se o fornecedor conta com uma política de responsabilidade social e se essa política aborda as áreas cobertas pelas normas do código trabalhista da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Verificar a forma que a política é comunicada aos demais integradas da cadeia de suprimentos. Verificar se a política de responsabilidade social do fornecedor possui mecanismos para identificar os casos de trabalho infantil ou trabalho forçado e as ações tomadas caso este tipo de trabalho seja identificado;
- Origem - o fornecedor pode mostrar onde o produto é feito e de onde vêm os insumos (células, plaquetas e o polissilício). Se os fabricantes são submetidos a auditorias independentes. Em caso positivo, o fornecedor deve apresentar os relatórios de auditoria independente mais recentes sobre a rastreabilidade dos painéis solares;
- Mecanismos de queixas e reclamações – verificar se o fornecedor de painéis solares tem mecanismo de reclamação para trabalhadores diretos e terceirizados para gerenciar reclamações internas em tempo hábil, incluindo registro, análise, comunicação interna e resposta a reclamações;
- Verificar se existem processos trabalhistas passados ou em andamento. Verificar se existem queixas passadas ou atuais de condições que possam constituir trabalho forçado ou infantil;

Todo o processo deve estar documentado e acessível como parte da comunicação contínua sobre os projetos.

6.8 Plano de Equidade de Gênero

6.8.1 Objetivos

Os projetos devem se comprometer a promover a igualdade de gênero e a garantir a igualdade de oportunidades e resultados para todas as pessoas. Os projetos devem garantir que todas as pessoas

se sintam respeitadas, seguras e reconhecidas no seu local de trabalho e tomarão medidas proativas para prevenir e eliminar a discriminação de gênero e oferecer oportunidades equitativas para todas as pessoas.

6.8.2 Atividades e/ou Ações-Chave

A seguir são apresentadas as atividades ou ações-chave para a promoção da igualdade de gênero e garantir a igualdade de oportunidades e resultados para todas as pessoas envolvidas com os projetos. Cada projeto deve desenvolver sua política, diretrizes ou orientações e ajustar as ações aqui propostas ao contexto específico.

6.8.3 Linguagem e comportamento adequado

Serão definidas medidas preventivas e de sanção contra qualquer tipo de conduta inadequada relacionada ao trabalho incluindo comportamentos de assédio moral e/ou sexual. De forma adaptada a cada um dos projetos, deverá ser avaliada a necessidade de campanhas de esclarecimento e campanhas de prevenção, tanto para os trabalhadores como para a comunidade do entorno. A divulgação das medidas e o mecanismo de reclamação interno e externo, é peça chave para prevenir e identificar condutas inadequadas. Cada uma das empresas contratadas deverá ter um código de conduta interno que contenha o respeito a todas as pessoas (independente do gênero).

6.8.4 Oportunidades equitativas

Os projetos deverão oferecer oportunidades equitativas e inclusivas para homens e mulheres de forma igual. Não serão oferecidos salários diferenciados para homens ou mulheres. É proibida a discriminação de mulheres grávidas ou mães. A representação das mulheres e homens no quadro de funcionários deve refletir o que se observa na composição de gênero na sociedade local.

Todos os trabalhadores e empresas contratadas devem ser informados de seus direitos e deveres com respeito às leis nacionais e as políticas dos projetos de uma forma clara e compreensível.

6.8.5 Participação e Consultas Públicas

O Plano de Equidade de Gênero garantirá que não haja nenhum tipo de discriminação, principalmente relacionada a questões de gênero. Dependendo da natureza e do tamanho de um projeto, a chegada do mesmo a uma comunidade pode afetar diversos aspectos da vida das pessoas. É importante observar que isso provavelmente afetará homens e mulheres de maneira diferente. Para isso, os projetos devem realizar consultas que permitam avaliar um panorama completo da situação; desagregar os dados coletados do ponto de vista de gênero; ter uma equipe de consulta consciente de gênero que possa criar um ambiente que permita que homens e mulheres expressem seus pontos de vista; usar métodos dinâmicos de facilitação; realizar reuniões com os envolvidos e levantar questões prioritárias para todos.

6.9 Treinamento e Capacitação

Antes do início das obras de cada projeto, todo o pessoal dos projetos deverá ter ou receber capacitação específica para seu trabalho, assim como participar de treinamentos de indução. Deve ser fornecido a todos os trabalhadores a informação adequada sobre a importância e obrigatoriedade das medidas de mitigação e riscos de cada projeto.

Os projetos devem fornecer treinamentos relacionados às questões de igualdade de gênero. Esses treinamentos podem oferecer ferramentas e atividades para promover a igualdade; facilitar sessões para refletir sobre experiências e observações pessoais; apresentar estereótipos de gênero e suas consequências e falar sobre problemas graves relacionados ao gênero, como violência de gênero ou violência doméstica.

Esses treinamentos devem possuir como objetivo fornecer conhecimentos, técnicas e ferramentas para desenvolver habilidades, mudar atitudes e comportamentos em prol da igualdade de gênero.

durante e fora do ambiente de trabalho. Também contribuirão para o empoderamento das mulheres e promover uma cultura organizacional que integre os valores da igualdade de gênero. Esses treinamentos podem ser realizados em conjunto com as coordenações, organizações civis ou associações dedicadas à igualdade de gênero.

6.10 Responsabilidades

A Prefeitura de Porto Alegre, a SMDS, a SMS e DEMHAB são os principais responsáveis por garantir o cumprimento dos objetivos e compromissos estabelecidos neste Plano de Gestão Ambiental e Social e seus planos específicos, incluindo aqui as políticas de equidade de gênero.

As empresas contratadas para a realização dos serviços de instalação de equipamentos solares e equipamentos adicionais de saúde, realização das reformas e construção das novas instalações, são responsáveis por conduzir as ações e os trabalhos de forma que sejam cumpridos os objetivos definidos neste PGAS.

As empresas contratadas são obrigadas a incluir em seus planos de trabalho os procedimentos, as medidas de mitigação, Monitoramento e divulgação de resultados definidos neste PGAS e em cada programa específico aplicável.

É necessário definir um organograma de responsabilidades para o Programa de Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal para a Prefeitura de Porto Alegre, especificamente para os projetos considerados neste PGAS, incluindo nome da pessoa responsável, função e formas de contato para encaminhamento de informações, integrado com os mecanismos e queixas e reclamações e os procedimentos para respostas à emergência.

6.11 Monitoramento, Supervisão e Divulgação de Resultados

O Plano de Monitoramento, Supervisão e Divulgação tem os seguintes objetivos:

- Identificar potenciais não-conformidades e propor soluções específicas para a não-conformidade identificada;
- Identificar potenciais não-conformidades sistêmicas que possam levar a uma reavaliação das ações previstas em cada um dos planos deste PGAS; e
- Registrar, sistematizar e divulgar os resultados do PGAS.

Para cada um dos planos do PGAS será definido um procedimento de inspeção e auditoria incluindo: os indicadores de desempenho a serem avaliados, periodicidade e formas de registro e divulgação.

Tabela 6.2 – Planos e Indicadores de Desempenho

Plano	Indicadores
Plano de prevenção e controle de erosão	<ul style="list-style-type: none"> ■ Número de inspeções realizadas; ■ Não conformidades identificadas; e ■ Prazo de correção de não-conformidades.
Plano de Gestão de Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> ■ Número de não conformidade relacionadas ao armazenamento de resíduos; ■ Quantidade de resíduos gerada por tipo; ■ Quantidade de resíduos reutilizados; ■ Quantidade de resíduos encaminhados para reciclagem; ■ Documentação relacionada às empresas responsáveis pela coleta e disposição final; ■ Cooperativas locais envolvidas no processo de gestão de resíduos ■ Visitas aos locais de disposição, reciclagem; e ■ Propostas de inovação relativa à gestão de resíduos, incluindo princípios de economia circular.

Plano	Indicadores
Plano de gestão de emissões e ruído	<ul style="list-style-type: none"> ■ Devem ser realizados monitoramentos dos veículos e caminhões garantindo o controle de emissão de fumaça preta; ■ Níveis de ruído e de vibração advindos de máquinas pesadas, veículos e atividades de carga e descarga de materiais, assim como o ruído que em geral é atribuído aos projetos durante a etapa de construção (intensidade dos decibéis e duração) devem estar compatíveis com NBR 10.051; ■ Devem ser registradas todas as reclamações relacionadas a emissão de ruído e de poeira; e ■ As atividades de construção, inclusive carga e descarga de materiais devem ser realizadas no período entre 7 e 22hs, de acordo com os limites de cada área da cidade (Plano Diretor e Lei do Silêncio).
Plano de gestão de riscos de desastres naturais	<ul style="list-style-type: none"> ■ Número de situações relacionadas a desastres naturais; e ■ Número de vítimas.
Plano de gestão de tráfego e pedestres	<ul style="list-style-type: none"> ■ Número de reclamações; ■ Número de incidents; e ■ Número de acidentes.
Equidade de gênero	<ul style="list-style-type: none"> ■ Distribuição dos trabalhadores por gênero; ■ Treinamentos realizados e número de participantes; ■ Número de queixas e reclamações relacionadas a equidade de gênero; ■ Soluções adotadas para solução das queixas; e ■ Pesquisa de percepção de equidade de gênero.
Mecanismo de Reclamações Interno	<ul style="list-style-type: none"> ■ Número de reclamações recebidas; ■ Tipos de reclamações; ■ Prazo para solução de reclamações; e ■ Número de situações de desacordo ou conflito.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Seção 5 acima apresenta os principais impactos dos projetos analisados nesta Avaliação Ambiental e Social (AAS).

De acordo com o Marco de Políticas Ambientais e Sociais do IDB, com relação à classificação de impacto, os projetos analisados acarretaram impactos ao meio ambiente e à comunidade e, desta forma, se classificam como **Categoria B**. Os projetos de Categoria B são projetos que “tenham o potencial de causar principalmente impactos ambientais ou sociais negativos locais e de curto prazo e cujas medidas eficazes de mitigação são conhecidas e estão prontamente disponíveis” (MPAS, versão em português, setembro de 2020)¹³ carretam “impactos negativos na sua maior parte locais e de curto prazo”, para os quais existem “medidas de mitigação usuais e eficazes”.

A tabela a seguir apresenta um resumo dos padrões de desempenho analisados e dos resultados obtidos incluindo o resultado da consulta pública realizada em julho de 2022.

Padrão de Desempenho	Resumo da avaliação
Padrão 1 - Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais	O Programa de Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal para a Prefeitura de Porto Alegre abrange obras de reforma e novas construções com impactos locais, de pequena escala e curta duração. O presente relatório identifica e analisa os principais impactos do projeto. As Diretrizes Gerais para o Sistema de Gestão Ambiental e Social para o Programa estão apresentadas no Anexo 1, incluindo as responsabilidades e indicadores de desempenho para acompanhamento da implementação dos projetos.
Padrão 2 - Mão de Obra e Condições de Trabalho	Dadas as características dos projetos, não é esperada migração de trabalhadores. Os projetos devem estar em conformidade com toda a legislação e normas de saúde e segurança brasileiras e com as melhores práticas internacionais. Existem graves acusações sobre trabalho forçado nas diferentes etapas de fabricação de painéis solares. Os projetos devem estabelecer e implementar Diretrizes para Salvaguardas Ambientais e Sociais e de Responsabilidade Social de acordo o ESPS 2. No que se refere aos trabalhadores das obras de reforma e novas construções, as empresas devem seguir as Normas Regulamentadoras Brasileiras assim como atender as diretrizes gerais de equidade de gênero, proibição de utilização de mão de obra infantil e trabalhos forçados.
Padrão 3 - Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição	Os principais impactos estão relacionados ao Padrão de Desempenho 3, em especial os impactos de emissões atmosféricas por caminhões e veículos, as emissões de ruído durante as obras, geração e disposição de resíduos e potenciais focos de erosão. Foram identificadas as medidas necessárias para mitigar e controlar estes impactos. Os impactos serão locais e restritos à etapa de construção. Exceção são os resíduos de saúde, já existentes nas unidades a serem reformadas e que deverão adequar, caso necessário,

¹³ Disponível em <https://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=EZSHARE-110529158-159>

Padrão de Desempenho	Resumo da avaliação
	seus procedimentos, e os resíduos quando da remoção das placas solares, após a vida útil (cerca de 25 anos).
Padrão 4 - Saúde e Segurança da Comunidade	Os impactos à saúde e segurança da comunidade estão relacionados à emissão de poeira e ruído e ao aumento do tráfego. Os impactos são locais e temporários (associados ao período de obras) e as medidas a serem implementadas estão indicadas neste relatório e são medidas usuais.
Padrão 5 - Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário	Não está prevista a aquisição de terras ou realização de reassentamentos involuntários. Durante as visitas de campo ao local onde será instalado o lar dos Idosos, foram identificadas uma casa e a Sede do Grupo Afro-Sul Odomodê, que precisarão ser deslocados. As negociações estão em andamento.
Padrão 6 - Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos	Não foram identificados habitats críticos em nenhuma das áreas indicadas para os projetos. Não foram observadas interferências com áreas protegidas. Não foi indicada a necessidade de remoção de vegetação para realização das obras previstas. Há previsão de remoção de vegetação em alguns terrenos. Em todos os casos será realizado um Laudo de Cobertura Vegetal e, com base neste, medidas compensatórias serão implementadas de acordo com a legislação vigente no Município de Porto Alegre.
Padrão 7 - Populações Indígenas	<p>Dos bairros identificados com população indígena, o único que receberá obras do Projeto é o Lomba do Pinheiro. Neste bairro há um grupo indígena que mora na Aldeia Anhetengua localizada no Beco dos Mendoças, 357.</p> <p>As obras no bairro Lomba do Pinheiro não ocorrerão em área indígena e estão localizadas de 3,5 a 8 km aproximadamente da Aldeia Anhetengua.</p> <p>Considerando o pequeno porte das obras consideradas neste AAA, entende-se que a Aldeia não será impactada.</p>
Padrão 8 - Patrimônio Cultural	Não foram identificados impactos ao patrimônio cultural, com exceção da interferência com a Sede do Grupo Afro-Sul Odomodê que será relocada para área próxima à localização atual
Padrão 9 - Igualdade de Gênero	Este padrão é acionado para todos os projetos, se constituindo em uma diretriz para todas as instituições e empresas contratadas para a realização das obras e reformas. As diretrizes gerais para atendimento a este padrão estão apresentadas no item 6.8.
Padrão 10 - Engajamento de Partes Interessadas e divulgação de Informações	<p>A cidade de Porto Alegre tem como característica mecanismos avançados de participação. Estão previstos mecanismos de divulgação de informações às partes interessadas, e um Plano de Engajamento a ser implementado durante todas as etapas do Programa.</p> <p>Durante a consulta pública, observou-se uma necessidade de continuidade e ampliação dos mecanismos de engajamento</p>

Padrão de Desempenho	Resumo da avaliação
	com abertura de fóruns de discussão participativa, incluindo uma transparência na divulgação dos gastos públicos.

O Programa de Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal para a Prefeitura de Porto Alegre tem como potenciais impactos positivos a melhoria nos equipamentos de saúde, dos conselhos tutelares e de proteção às comunidades vulneráveis.

A instalação de painéis solares em loteamentos de HIS existentes, tem impacto positivo na promoção da geração de energia sustentável e limpa e no potencial de redução dos custos com energia elétrica das famílias, viabilizando maior disponibilidade de recursos aos moradores para atendimento das necessidades básicas. Já o projeto da Vila dos Idosos promoverá uma melhor qualidade de vida à população idosa acima de 65 anos, com autonomia e em situação de vulnerabilidade social, respeitando os critérios de atendimento. Finalmente todos os centros de saúde, conselhos tutelares e centros de triagem tem como público-alvo uma população vulnerável e ampliarão da disponibilidade e qualidade dos serviços de saúde e de atenção a crianças e jovens.

Os impactos negativos identificados são àqueles relacionados às atividades de construção e reforma de projeto de pequena escala. Todos os impactos foram considerados de Moderado a Baixo. Dois impactos localizados, a relocação de uma casa e da Sede do Grupo Afro-Sul Odomodêê podem ser considerados altos em escala individual, mas estão em etapa de negociação para resolução. Segundo informações do DEMHAB não há indicativo de reassentamentos nesses locais. Estes casos devem ser tratados de forma negociada e de forma a proporcionar benefícios que compensem ou suplantem os impactos negativos.

Para todos os impactos identificados foram definidos planos de gestão, em especial àqueles relacionados à qualidade do ar, resíduos, gestão das obras, segurança da comunidade e salvaguardas com relação ao trabalho forçado e trabalho escravo na produção de painéis solares. Um sistema de gestão é apresentado no Anexo 1, de forma a permitir um controle, monitoramento e divulgação dos resultados para a população por meio de indicadores de desempenho propostos.

Considerando o porte e abrangência dos projetos e as medidas aqui propostas, o impacto dos projetos propostos pela Prefeitura de Porto Alegre é, portanto, **positivo** no cômputo geral devido a ampliação e melhoria de infraestrutura de saúde e de suporte social que melhorarão a condição de vida de comunidades carentes de da população porto-alegrense de forma geral.

8. LIMITAÇÕES

Na medida em que a Análise Ambiental e Social – AAS conduzida pela ERM exige julgamento, não há garantia de que os resultados obtidos sejam definitivos ou os desejados. Os serviços contratados incluem a aplicação de julgamento profissional com base em princípios científicos; nessa medida, alguns resultados deste trabalho podem ser baseados em interpretações subjetivas. Não oferecemos garantias, expressas ou implícitas, incluindo, sem limitação, garantias quanto à adequação a uma finalidade específica de nenhum elemento deste relatório.

Todas as premissas apresentadas pela ERM ao BID no memorando datado de 15 de abril de 2022 permanecem válidas e devem ser levadas em conta na leitura desde documento e interpretação dos resultados apresentados.

Os resultados dessa AAS são baseados nas informações coletadas nas visitas técnica, nas reuniões online realizadas com as equipes do DEMHAB, SMS e SMDS, revisão de informações públicas de fontes oficiais e meios de comunicação locais, e alguns poucos documentos fornecidos.

As visitas técnicas realizadas pela ERM foram limitadas e não contemplaram todos os locais considerados para a implantação dos projetos. Destaca-se que muitos dos projetos ainda não iniciaram a fase de desenvolvimento dos desenhos e arquitetura e engenharia e alguns poucos ainda não tem a sua localização definida. Portanto A ERM teve acesso limitado às informações dos projetos, incluindo em alguns casos, a descrição detalhada do projeto e sua localização.

Todas as conclusões e recomendações relativas ao objeto desta AAS representam a opinião profissional da equipe de consultoria da ERM envolvida no projeto e os resultados deste relatório não devem ser considerados uma interpretação legal. A ERM não assume responsabilidade por erros nos dados públicos utilizados ou nas informações e documentos de fontes externas à ERM, informações verbais fornecidas pelo pessoal da DEMHAB, SMS e SMDS.

9. BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA EFE. Estudo denuncia suposto trabalho forçado em empresas de energia solar em Xinjiang. Notícia veiculada em 14 de maio de 2021 (<https://www.epochtimes.com.br/estudo-denuncia-suposto-trabalho-forcado-em-empresas-de-energia-solar-em-xinjiang/>).

CEDAP – UFRGS. Rualdo Menegat (coordenador geral). Atlas Ambiental de Porto Alegre. 2018.

CORREIO DO POVO. Mais de 200 famílias da Vila Nazaré serão transferidas até o Natal (correiodopovo.com.br).

DEM HAB (portoalegre.rs.gov.br) e Nova etapa de mudança das famílias da Nazaré começa nesta sexta | Prefeitura de Porto Alegre.

Galli, Luiz Fernando, Governo do Estado de Sergipe e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Programa de Fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde – PROREDES. Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS. São Paulo, 2022.

HASENACK, Heinrich et al (Coord.). Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre: Geologia, Solos, Drenagem, Vegetação/Ocupação e Paisagem. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2008. 84p.

<https://prefeitura.poa.br/> (consulta realizada em junho e julho de 2022).

<http://www.observapoa.com.br/> (consulta realizada em junho de 2022).

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE e DEM HAB. [Loteamento Irmãos Maristas receberá novos moradores | Prefeitura de Porto Alegre](#) ; [Nova etapa de mudança das famílias da Nazaré começa nesta sexta | Prefeitura de Porto Alegre](#) e [DEM HAB \(portoalegre.rs.gov.br\)](http://demhab.portoalegre.rs.gov.br).

RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz e RIBEIRO, Marcelo Gomes. Metrôpoles Brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018. 428p.

ANEXO 1 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

PRINCÍPIOS PARA A PREPARAÇÃO DE UM SGAS

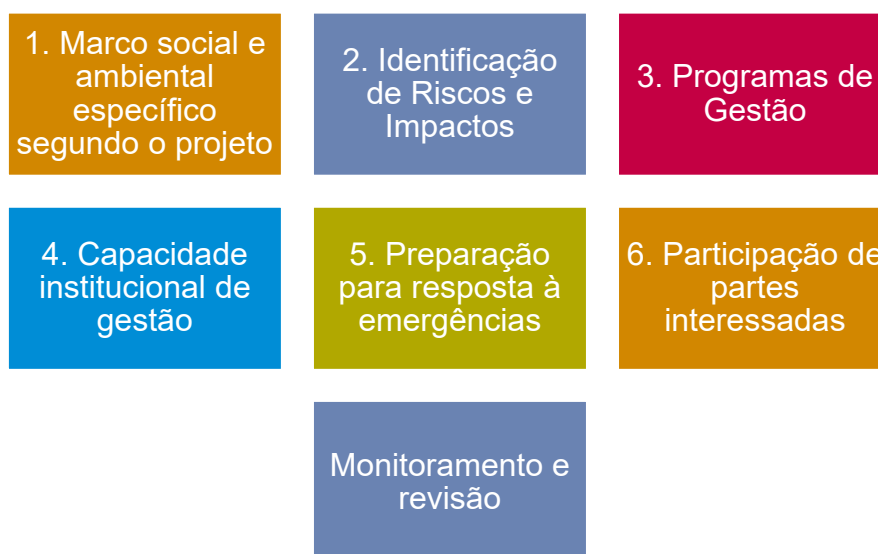
O SGAS é um processo contínuo que começa com seu desenvolvimento inicial e continua até sua implementação durante todas as fases de operação (ou seja, preparação, construção, operação). Recomenda-se que o Mutuário aplique os quatro princípios a seguir para orientar a preparação e implementação do SGAS:

1. **Realizar uma avaliação de risco e impacto adequada.** A mitigação efetiva dos riscos e impactos de um projeto ou programa requer que esses riscos e impactos sejam devidamente identificados e avaliados. Esse processo de identificação e avaliação é contínuo: normalmente começa durante a conceituação da operação, continua na Avaliação de Impacto Ambiental e Social (ESIA) (ou equivalente) e é atualizado à medida que a operação avança e outros riscos e impactos são identificados. Materializar. A identificação efetiva de riscos e impactos deve ser baseada em uma adequada caracterização da linha de base ambiental e social. A avaliação dos riscos e impactos sociais deve incorporar, também, impactos de gênero ou direitos humanos;
2. **Aplique a hierarquia de mitigação.** A hierarquia de mitigação é uma ferramenta de análise e gestão de riscos e impactos que “inclui medidas tomadas para evitar impactos desde o início das atividades de desenvolvimento e, quando isso não for possível, medidas para minimizar, depois restabelecer a situação e, como último recurso, compensar qualquer potencial impacto adverso residual; e
3. **Estabelecer um SGAS cuja complexidade e escopo sejam proporcionais à magnitude e significância dos riscos e impactos da operação.** O IDB reconhece que cada operação tem seu próprio nível de riscos e impactos e, portanto, “as responsabilidades e os requisitos técnicos que o IDB impõe aos Mutuários devem ser proporcionais ao nível de risco das operações. Aqueles com maior risco exigirão mais esforço e recursos do que aqueles com menor risco.” (Trecho da definição do princípio da proporcionalidade no MPAS).

Esses três princípios não devem ser confundidos com os sete elementos de um SGAS, mas representam recomendações básicas para alcançar a gestão ambiental e social de qualquer operação.

ESTRUTURA DO SGAS

O SGAS incluir sete elementos que seguem o ciclo de “planejamento, execução, verificação e ação” e são análogos em muitos aspectos às estruturas internacionais estabelecidas para sistemas de gestão da qualidade e ambiental, como ISO 9001 e ISO 14001.

Figura 1 - Elementos do SGAS

Elemento 1 do SGAS: Estrutura Ambiental e Social Específica do Projeto

Será estabelecida “uma estrutura ambiental e social geral que defina os objetivos e princípios ambientais e sociais que orientam o projeto para alcançar um bom desempenho ambiental e social”. Essa estrutura deve conter a definição de funções e responsáveis pela implementação do Programa/Projetos. Essa estrutura deverá ser comunicada a todos os envolvidos. Esta seção do Documento SGSM deve incluir, pelo menos, o seguinte:

- Uma breve e concisa descrição do projeto proposto;
- Uma lista de regulamentos nacionais e locais, bem como padrões e requisitos internacionais, incluindo o MPAS. Esse conjunto de requisitos é normalmente chamado de “padrões aplicáveis”;
- Uma declaração de intenção e compromisso para cumprir as normas aplicáveis;
- Uma declaração de intenção e compromissos ambientais e sociais mais amplos, incluindo a equidade de gênero, direitos humanos e segurança das comunidades;
- Identifique quem será o responsável final pela implementação da estrutura dentro das instituições envolvidas e dentro do programa; e
- Estabelecer como e quando a estrutura será comunicada.

Elemento 2 do SGAS: Identificação de Riscos e Impactos

Os requisitos básicos sobre o componente de identificação de risco e impacto no SGAS são:

- Definição de um processo para identificar e avaliar os riscos e impactos ambientais e sociais da operação; e
- Que o processo aplique a hierarquia de mitigação.

Esta seção do Documento SGAS deve incluir, pelo menos, o seguinte:

- Resumo do processo de avaliação dos riscos e impactos da operação;
- Resumo da documentação e processos necessários para obtenção das licenças e alvarás nacionais e locais necessários para o projeto, com links para os documentos específicos elaborados e as licenças e alvarás correspondentes, quando disponíveis;

- Resumo da análise de lacunas entre os requisitos nacionais e locais e os do MPAS (por exemplo, em uma tabela), identificando os estudos adicionais necessários para cobrir os requisitos do MPAS que são adicionais aos requisitos nacionais e locais; e
- Síntese dos estudos adicionais realizados e links para os referidos documentos, bem como os pendentes de realização.

Elemento 3 do SGAS: Sistemas de Gestão

Os programas de gestão podem consistir em “uma combinação documentada de procedimentos operacionais, práticas, planos e documentos de suporte relacionados (incluindo acordos legais) gerenciados de forma sistemática. Os programas se aplicarão amplamente a toda a estrutura organizacional do mutuário para a execução do projeto, incluindo grandes empreiteiros e fornecedores sobre os quais a organização tem controle ou influência, ou a locais, instalações ou atividades específicas.”

Os programas de gestão devem abordar todos os riscos e impactos identificados e incorporar a hierarquia de mitigação, resultando em impactos menores a cada ciclo de melhoria contínua.

O nível de detalhamento e complexidade dos programas de gestão devem ser consistentes com a natureza, escopo e potenciais riscos e impactos ambientais e sociais da operação.

Esta seção do Documento SGAS deve incluir, pelo menos, o seguinte:

- Descrição do processo de elaboração dos planos de gestão pendentes a serem executados, resumindo a aplicação da hierarquia de mitigação e explicando como será verificado que todos os riscos e impactos identificados para a operação serão gerenciados;
- Caso já existam, apresente uma lista dos planos de manejo já elaborados para a operação e forneça links ou referências aos planos, que permitam o acesso ao seu conteúdo, para facilitar a revisão do BID;
- Descrição do processo de gestão adaptativa, indicando quando e como os planos serão reavaliados para ajustá-los e melhorá-los conforme necessário; e
- Descrição do processo pelo qual será garantido que as medidas estabelecidas nos planos de gestão sejam aplicadas por todas as instâncias organizacionais da operação, incluindo contratados, subcontratados e fornecedores.

Vale destacar que a gestão de empresas contratadas é um aspecto fundamental do SGAS do Programa de Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal para a Prefeitura de Porto Alegre, visto a distribuição dos diversos projetos pelas diferentes instituições e empresas a serem contratadas.

Elemento 4 do SGAS: Capacidade e Competência Organizacional

Desde o início da preparação da operação, deve ser estruturada (ou pelo menos planejada) uma estrutura organizacional que lhe permitirá implementar os planos de gestão e supervisionar sua execução por todas as instâncias organizacionais da operação.

Se a estrutura organizacional ainda não estiver em vigor, o Documento SGAS deve descrever como e quando será estabelecido. A estrutura organizacional e a competência organizacional incluem a nomeação de pessoal específico em número suficiente, com responsabilidades e funções bem definidas, bem como fornecer o apoio de gestão e recursos orçamentais necessários para assegurar a eficácia da implementação do SGAS.

Esta seção do Documento SGAS deve incluir, pelo menos, o seguinte:

- O organograma da Unidade de Execução do Projeto (UEP) mostrando as funções ambientais e sociais que foram estabelecidas especificamente para a operação;

- O organograma deve mostrar que as funções ambientais e sociais têm plena autoridade para lidar com as questões e têm uma linha direta de responsabilidade com os mais altos níveis de gestão da operação;
- Caso a UEP ainda não exista, descreva o processo e os marcos para sua criação, e quais papéis e funções ela terá;
- Descrição das qualificações técnicas e profissionais mínimas exigidas para cada cargo ambiental e social;
- Descrição do programa de treinamento necessário para garantir que a equipe ambiental e social permaneça atualizada em suas qualificações para o trabalho, incluindo treinamento específico sobre os MPAS e NDAS aplicáveis à operação;
- Resumo dos recursos gerenciais e orçamentários destinados às funções ambientais e sociais;
- Discussão sobre a necessidade de contratação de consultores especializados para apoiar o trabalho ambiental e social, especialmente em operações onde há questões complexas, como saúde e segurança, desastres naturais e mudanças climáticas, direitos humanos, reassentamento, biodiversidade ou povos indígenas. Fornecer Termos de Referência padrão para contratação de consultores, incluindo requisitos de familiaridade com o MPAS;
- Descrição de como será garantido que qualquer contratado/subcontratado também estabeleça e mantenha uma capacidade de gestão ambiental e social, conforme necessário, incluindo pessoal qualificado, apoio administrativo e orçamentário, programa de treinamento e requisitos de relatórios; e
- A contratada também deve demonstrar que seu pessoal ambiental e social (pelo menos os responsáveis) está familiarizado com o MPAS e as NDAS aplicáveis à operação, que está ciente dos requisitos e compromissos ambientais e sociais da operação e que possui um programa de treinamento para garantir que os responsáveis permaneçam qualificados para gerenciar a implementação do SGAS.

Elemento 5 do SGAS: Preparação e Resposta a Emergências

A NDAS 1 exige que, “nos casos em que o projeto inclua determinados aspectos, atividades e instalações que possam gerar impactos, o SGAS estabelecerá e manterá um sistema de preparação e resposta a emergências para que as instituições, empresas e pessoas envolvidas estejam preparadas para responder adequadamente a incidentes e emergências situações relacionadas ao projeto, a fim de prevenir e mitigar quaisquer danos às pessoas ou ao meio ambiente.”

Esta seção do Documento SGAS deve incluir, pelo menos, o seguinte:

- Resumo dos riscos e impactos potenciais da operação em relação a possíveis situações de emergência;
- Lista resumida dos processos e medidas de preparação e resposta a emergências que serão aplicáveis durante a execução da operação, com links ou referências aos documentos específicos;
- Índice do Plano de Preparação e Resposta a Emergências que servirá de guia para a execução dos planos específicos de preparação e resposta a emergências que fazem parte dos Planos de Gestão Ambiental e Social (PGASs) necessários para a execução da operação;
- Organograma e discussão da capacidade organizacional para lidar com a preparação e resposta a emergências pelo Mutuário, pela UEP, seus contratados e fornecedores, conforme apropriado;
- Resumo do processo de relacionamento com as autoridades locais e a comunidade, de acordo com os requisitos da NDAS 4; e

- Resumo dos acordos com as autoridades locais para preparação e resposta a emergências, com links ou referências aos documentos que comprovam esses acordos. Se os acordos não foram assinados, apresente o plano ou processo para assinatura.

Elemento SGAS 6: Engajamento das Partes Interessadas

O SGAS deve conter um Plano de Engajamento de Partes Interessadas que:

- Identifique as partes que podem ter interesse em suas ações e considere como as comunicações externas podem facilitar um diálogo com todas elas;
- Elaborar e executar um plano de engajamento de stakeholders de acordo com os riscos e impactos da operação e seu estágio de desenvolvimento, e adaptado às características e interesses das pessoas afetadas pela operação e demais stakeholders relevantes;
- Fornecer às pessoas afetadas pela operação e outras partes interessadas acesso a informações relevantes sobre (i) a finalidade, natureza e escala da operação; (ii) a duração das atividades propostas da operação; (iii) os possíveis riscos e impactos nessas comunidades e as medidas de mitigação pertinentes; (iv) o processo planejado de engajamento das partes interessadas; (v) o mecanismo de reclamação e (vi) as oportunidades potenciais e benefícios de desenvolvimento;
- Nos casos em que as pessoas afetadas pela operação, bem como outras partes interessadas, sejam afetadas pelos riscos identificados e impactos adversos de uma operação, deverá ser realizado um processo de consulta no qual essas pessoas e outras partes terão a oportunidade de expressar, sem medo de represálias, seus pontos de vista sobre os riscos, impactos e medidas de mitigação da operação, bem como sobre o acesso a oportunidades potenciais e benefícios de desenvolvimento, e que permita que as sugestões, reclamações e/ou demandas sejam consideradas e respondidas;
- Realizar um processo de consulta significativo de forma contínua à medida que as questões de desenvolvimento, impactos, oportunidades potenciais e benefícios evoluem;
- No caso de operações que afetem negativamente afrodescendentes, deverá ser realizado (i) o engajamento em um processo de consulta e participação culturalmente apropriado com as pessoas e comunidades afrodescendentes afetadas pela operação e (ii) propor e adotar medidas para evitar ou minimizar riscos e impactos adversos ao longo do ciclo da operação;
- Estabelecer e manter um procedimento para comunicações externas que inclua métodos para (i) receber e registrar comunicações externas do público; (ii) analisar e avaliar as questões levantadas nas referidas comunicações e determinar como tratá-las; (iii) dar as respostas correspondentes, monitorá-las e documentá-las; e (iv) ajustar o programa de gestão, conforme apropriado;
- Estabelecer um mecanismo de reclamação para receber preocupações e reclamações sobre seu desempenho ambiental e social e facilitar sua resolução. Esse mecanismo deve ser adaptado aos riscos e impactos adversos da operação e as pessoas por ele afetadas devem ser seus principais usuários; e
- Fornecer relatórios periódicos às pessoas afetadas pela operação e outras partes interessadas relevantes descrevendo o progresso na execução da operação, planos de ação sobre questões que envolvem riscos ou impactos ativos para as pessoas afetadas e sobre as questões que foram levantadas no processo de consulta ou mecanismo de queixas como preocupações dessas comunidades.

Esta seção do Documento SGAS deve incluir, pelo menos, o seguinte:

- Análise das partes interessadas e respetivo planeamento;
- Divulgação e divulgação de informações;
- Consultas e participação;

- Mecanismos de reclamação; e
- Prestação constante de informações às pessoas afetadas pela operação e demais interessados.

Para cada elemento, o Documento SGAS deve descrever brevemente os planos ou procedimentos e fornecer links para os documentos específicos, caso já estejam preparados ou, na falta disso, descrever o processo e o cronograma para prepará-los.

Elemento SGAS 7: Monitoramento e Avaliação

O SGAS deve definir procedimentos para monitorar o programa de gestão e medir sua eficácia, bem como o cumprimento de quaisquer obrigações legais ou contratuais relacionadas e requisitos regulamentares.

O monitoramento e a avaliação podem incluir mecanismos proativos, como inspeções e auditorias internas e/ou externas, quando apropriado, para verificar o cumprimento e o progresso na obtenção dos resultados desejados. O monitoramento normalmente inclui o registro de informações para acompanhar o desempenho e a comparação desses dados com os níveis de referência previamente estabelecidos ou com os requisitos do programa de gerenciamento. Os resultados do monitoramento serão documentados e identificará e apresentará as ações corretivas e preventivas necessárias na versão modificada dos programas e planos de gestão.

Esta seção do Documento SGAS deve incluir, pelo menos, o seguinte:

- Uma descrição do esquema de monitoramento e avaliação, caso já exista; Caso ainda não exista, descreva o processo pelo qual o esquema será definido;

Papéis e responsabilidades de cada participante no esquema de monitoramento e avaliação.

Dependendo da operação, o monitoramento e a avaliação podem incluir vários níveis. Por exemplo:

- O UEP, que monitora o contratante e pode fazê-lo diretamente ou por meio de uma empresa de fiscalização;
- O órgão regulador, que pode fiscalizar a operação para verificar o cumprimento dos requisitos da licença ambiental;
- O empreiteiro, que supervisiona os subempreiteiros para verificar se cumprem as suas obrigações ambientais e sociais;
- O IDB, que pode supervisionar a operação; e
- O esquema inclui, para cada nível de monitoramento e avaliação, o escopo e a frequência do monitoramento e os requisitos de relatórios em cada nível.

Outros Aspectos Chave para um SGAS Eficaz: Controle de Documentos e Melhoria Contínua

Controle de documentos

Um SGAS completo pode incluir centenas de documentos, desde políticas gerais, planos e protocolos até documentos de referência e documentos de monitoramento. Deve ser definido um procedimento de controle, acesso e divulgação dos documentos do SGAS. Tal sistema pode ser estruturado de acordo com a hierarquia de aplicação dos documentos, deve estabelecer controle de versão e deve fornecer fácil acesso aos documentos.

Melhoria contínua

O SGA deve conter um processo sistemático para avaliar a eficácia do SGAS e, especificamente, para ajustar o SGAS conforme necessário. Ajustes e melhorias no SGAS podem resultar, entre outras causas, do seguinte:

- Executando mudanças de agência;
- Mudanças no escopo e complexidade das intervenções da operação;

- Melhorias nos planos;
- Adaptação dos planos às diferentes etapas da operação;
- Alterações no organograma;
- Identificação de novos riscos e impactos à medida que a operação avança;
- Mudanças no nível de risco à medida que a operação avança;
- Mudanças identificadas durante as auditorias do sistema; e
- A pedido do BID, por exemplo, como resultado de ações corretivas necessárias que justifiquem mudanças no SGAS.

Para estes dois itens, deve ser incluído o seguinte:

- Descrição do sistema de gestão documental, incluindo a gestão de versões e aprovações; e
- Descrição do processo para alcançar a melhoria contínua do SGAS, incluindo revisões periódicas do Documento SGAS.

ANEXO 2 PLANO DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS

**PREPARACAO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL (AAS) E SEU PLANO
DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (PGAS) PARA AS CONSTRUÇÕES E
REFORMAS INCLUÍDAS NO PROJETO BR-L1597 (DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE
PORTO ALEGRE)**

PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

1. INTRODUÇÃO

O Plano de Engajamento das Partes Interessadas é uma ferramenta necessária para projetos financiados pelo BID classificados como categoria B. Este Plano detalha as exigências do BID no nível do projeto para mapeamento de partes interessadas, relações com a comunidade, o estabelecimento de um mecanismo de reclamação e reclamação e consulta pública. Esses elementos são necessários para compartilhar informações sobre o projeto e oferecer oportunidades para que os atores sociais expressem suas opiniões e preocupações e obtenham a resposta.

O Projeto Br-L1597 (Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal Para A Prefeitura Municipal De Porto Alegre) foi preliminarmente classificado como Categoria B, considerando que as obras de infraestrutura previstas são obras de construção civil de pequeno a médio porte e complexidade (construção e reforma de prédios públicos de saúde e apoio social), e que seus impactos potenciais negativos serão moderados, de curta duração (principalmente durante o período de obras), localizados, e para os quais já existem medidas padronizadas e de conhecida implementação para a sua mitigação.

O objetivo geral do Projeto Br-L1597 é ampliar e qualificar os investimentos sociais para promover a inclusão da população vulnerável e oferecer serviços sociais de excelência, melhorando a qualidade do gasto público e a sustentabilidade fiscal. Os objetivos específicos são:

- i. Investimento para promover a inclusão da população vulnerável e prestar serviços sociais de qualidade para todos; e
- ii. Melhoria da qualidade do gasto público e apoio à sustentabilidade fiscal.

O Projeto Br-L1597 está inserido em um de quatro componentes voltados para o atendimento destes objetivos, a saber, o Componente 1: Investimento para promover a inclusão da população vulnerável.

O Plano de Engajamento das Partes Interessadas ora apresentado é uma das medidas previstas no Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS). O PGAS apresenta as medidas e programas de gestão dos impactos ambientais e sociais identificados na Avaliação Ambiental e Social (AAS) das construções e reformas (intervensões) previstas no Projeto Br-L1597.

1.2 Objetivos

Os principais objetivos do Plano de Engajamento das Partes Interessadas são:

- Identificar as partes interessadas;
- Compreender as preocupações e opiniões das partes interessadas sobre os riscos, impactos e medidas de mitigação de cada Projeto;
- Envolver comunidades afetadas no processo de tomada de decisão de cada Projeto;
- Responder às preocupações da comunidade afetada de forma inclusiva e culturalmente adequada; e divulgar e relatar informações relevantes relacionadas a potenciais impactos adversos em tempo hábil, acessível e compreensível, e em idiomas apropriados; e
- Estabelecer um mecanismo de reclamação que permita um feedback oportuno das partes interessadas sobre os planos e atividades do Projeto ao longo da vida dos projetos.

1.3 Padrões Relevantes

Padrões de Desempenho Ambiental e Social (ESPS) do Marco da Política Ambiental e Social (MPAS) do Banco Interamericano de Desenvolvimento Econômico (BID), em específico o padrão:

- ESPS 10 Engajamento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações.

1.4 Público-alvo

- Responsáveis pela implantação do Plano de Engajamento das Partes Interessadas para as construções e reformas (intervenções) previstas no Projeto Br-L1597; e
- Partes interessadas afetadas pelas das construções e reformas (intervenções) previstas no Projeto Br-L1597.

2. CONSTRUÇÕES E REFORMAS INCLUIDAS NO PROJETO BR-L1597

A seguir é realizada uma breve descrição das construções e reformas previstas no Projeto Br-L1597 (Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal Para A Prefeitura Municipal De Porto Alegre). O Plano de Engajamento ora apresentado deverá ser implantado, juntamente com outras medidas de gestão previstas no PGAS, nas etapas prévias e de implantação das construções e reformas (intervenções).

As intervenções no setor habitacional (Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB) incluem (a) a instalação de painéis solares em dois condomínios (edifícios) existentes para população de baixa renda; e (b) construção de um projeto piloto de comunidade para aposentados (Vale dos Idosos).

As intervenções no setor da saúde (Secretaria Municipal de Saúde - SMS) envolvem (a) reformas de médio porte nos prédios de atenção primária existentes (Unidades de Atenção Primária à Saúde); (b) Instalação de 4 Centros Especializados de Saúde 2 em edifícios existentes e dois em edifícios novos; e (c) reformas de médio porte em dois hospitais existentes (Hospital Materno Infantil Presidente Vargas e Hospital Pronto Socorro de Porto Alegre).

As intervenções no setor do desenvolvimento social (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS) incluem pequenas reformas em edifícios existentes: (a) Reforma do Centro de Urgência e Emergência; e (b) reforma de 3 prédios para os Conselhos Tutelares.

Tabela 1: construções e reformas (intervenções) previstas no Projeto Br-L1597

Instituição	#	Construções e reformas (intervenções)
DEM HAB	1	Instalação de projetos de energia solar fotovoltaica em dois condomínios existentes: Senhor do Bonfim; e Irmãos Maristas.
	2	Projeto piloto Vale dos Idosos, um condomínio residencial para população idosa vulnerável, a ser construído na área central de Porto Alegre. Foi identificado um terreno potencial, de propriedade da PMPA.
SMS	1	Construção/reforma de Unidades de Atenção Primária à Saúde reformular as Unidades existentes para incluir Clínicas de Família.
	2	Estruturação de 4 Centros Especializado em Saúde (CES) na Capital (regiões nortes, leste, oeste e sul). Dois desses centros serão em estruturas já existentes (Santa Marta e IAPI), os outros 2 (dois) em novas estruturas.
	3	Hospital Pronto Socorro de Porto Alegre implantar uma Unidade de Diagnóstico e uma Unidade de Referência de Queimados.
	4	Hospital Materno Infantil Presidente Vargas - reforma do Centro Obstétrico, revitalização da Entrada de Emergência e equipamentos para a UTI/Adultos.
SMDS	1	Reforma do Centro de Urgência e Emergência.
	2	Reforma de 3 prédios para entrega aos Conselhos Tutelares.

O objetivo geral do projeto Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre é ampliar e qualificar os investimentos sociais para promover a inclusão da população vulnerável e oferecer serviços sociais de excelência, melhorando a qualidade do gasto público e a sustentabilidade fiscal.

Os objetivos específicos são: (i) investimento para promover a inclusão da população vulnerável e prestar serviços sociais de qualidade para todos; e (ii) melhoria da qualidade do gasto público e apoio à sustentabilidade fiscal.

3. METODOLOGIA DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

O Plano de Engajamento das Partes Interessadas é uma exigência para projetos Categoria B de acordo com os Padrões de Desempenho Ambiental e Social (ESPS) do Marco da Política Ambiental e Social (MPAS) do Banco Interamericano de Desenvolvimento Econômico (BID), em específico o ESPS 10 Engajamento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações.

O Plano detalha as exigências do BID para projetos categoria B em relação ao mapeamento e análise de partes interessadas, a consulta e a divulgação de informações sobre o projeto para as partes interessadas, e para o estabelecimento de um mecanismo de reclamação e queixas acessível e adequado as características e necessidades das partes interessadas.

O engajamento das partes interessadas envolve o estabelecimento de uma comunicação bidirecional que pode assumir muitas formas e atividades, e que podem incluir reuniões formais e informais, workshops, mesas redondas, processos de consulta e reuniões presenciais, distribuição e divulgação de materiais informativos e educativos (impressos e digitais) bem como a oferta de mecanismos de comunicação e queixas de diferentes formatos.

Esses elementos são necessários para compartilhar informações sobre o projeto e oferecer oportunidades para que os atores sociais expressem suas opiniões e preocupações e obtenham a resposta.

As atividades do Plano de Engajamento devem garantir um processo contínuo e significativo, culturalmente apropriado e destinado a proporcionar as partes interessadas de cada Projeto oportunidades de expressar suas opiniões para que possam ser levados em consideração no processo de tomada de decisão. Também envolve relatórios contínuos às comunidades afetadas de cada Projeto, reportando problemas ou planos de ação ou impactos que envolvam riscos ou afetem essas comunidades.

O engajamento das partes interessadas deve ser livre de interferências, coerção ou manipulação externa, e deverá ser documentado para cada Projeto. O engajamento das partes interessadas deve estabelecer e manter uma relação construtiva com as partes interessadas durante todo o ciclo de vida do projeto.

4. ATIVIDADES DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

4.1 Planejamento e mobilização

Uma das principais atividades do Plano de Engajamento é o planejamento inicial das atividades previstas e a mobilização da equipe e dos materiais necessários. O Planejamento deve definir a estratégia para o atendimento dos objetivos e a forma de execução das atividades previstas. Além disso, deve também definir as formas que os indicadores serão reportados e as metas atingidas e, ainda, prever a execução do cronograma conforme no Plano de Engajamento.

4.2 Identificação e análise de partes interessadas

As partes interessadas do projeto, ou stakeholders, são indivíduos, grupos ou organizações que podem afetar, ser afetados ou perceber que serão afetados positivamente ou negativamente por uma decisão, atividade ou resultado de um projeto. A gestão destas partes interessadas é de suma importância para que o projeto seja bem-sucedido e contempla processos como:

- Identificar pessoas, grupos ou organizações que possam afetar ou ser afetadas pelo projeto;
- Analisar as expectativas das partes interessadas e seu impacto sobre o projeto; e
- Desenvolver estratégias de gerenciamento adequadas para efetivamente engajar as partes interessadas nas decisões e na execução do projeto.

Este mapeamento deve diferenciar as pessoas e grupos diretamente afetados pelo projeto e outras partes interessadas que possam ser afetadas indiretamente, especialmente aquelas pessoas e grupos em condição de vulnerabilidade.

As boas práticas internacionais e as políticas do BID sugerem que a identificação das partes interessadas deve ser feita no início do projeto, antes do início das atividades/obras, e ser revisada ao longo do ciclo de vida do projeto. No caso das construções e reformas do Projeto Br-L1597 (Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre), e alvo deste Plano de Engajamento, recomenda-se realizar a identificação e mapeamento das partes interessadas antes da implantação dos projetos visando estabelecer uma base sólida de partes interessadas que deverá participar do evento da consulta pública. Durante o desenvolvimento e funcionamento do projeto a atualização do mapeamento das partes interessadas deve ser feito de acordo com a demanda das partes interessadas e, também, com as necessidades do projeto.

Cada projeto deverá realizar a identificação dos atores e sistematizar as informações coletadas. Como guia geral, este Plano sugere métodos e ferramentas para duas atividades principais (i) identificação das partes interessadas e (ii) análise qualitativa das partes interessadas na forma de mapeamento. Essas atividades visam determinar com quem se relacionar e de que forma, com atenção especial para a etapa de consulta, e durante todo o ciclo de vida do projeto.

Algumas categorias de atores são apresentadas abaixo. No entanto, essas categorias não são exclusivas e devem ser adaptadas ao contexto e à realidade de cada projeto.

Comunidades dentro da Área de Influência do Projeto: Refere-se a comunidades ou bairros que estejam localizadas na área de influência de cada projeto e podem ser diretamente afetadas pelo projeto, ou pessoas em outras áreas relevantes para o projeto (por exemplo, em uma rota de transporte, etc).

Beneficiários esperados do projeto: Podem incluir a população atendida pelos serviços de saúde, habitação ou assistência social que receberão os recursos e melhorias ou pessoas interessadas em obter emprego com o projeto. Deve incluir também aqueles usuários atuais dos serviços de saúde, habitação ou assistência social e que podem ser afetados pelas obras dos projetos.

Grupos indígenas, étnicos e tradicionais: Grupos indígenas, étnicos ou tradicionais na área de influência do projeto e que podem ser impactados pelo projeto.

Entidades governamentais relevantes do Projeto: Inclui representações governamentais regionais, estaduais e municipais e outros órgãos que possam potencialmente estar envolvidos nas diversas etapas do projeto (por exemplo, emissão de licenças, parceiro de implementação, conselhos municipais, comunitários, etc.).

Organizações da Sociedade Civil: Isso inclui ONGs de abrangência local, nacional e internacional que poderiam gerar opinião sobre o desenvolvimento do projeto ou participar de atividades de divulgação com a comunidade (por exemplo, associações de bairro, grupos religiosos, etc.).

Agências internacionais ou de cooperação ao desenvolvimento: Agências internacionais ou agências de desenvolvimento que promovem projetos de desenvolvimento na área e que podem ter inter-relacionamento ou opiniões sobre o projeto, especialmente no que diz respeito à proteção de populações vulneráveis e indígenas.

Sector Privado: Representantes do sector privado que poderiam ser afetados ou beneficiados pelas obras e construções.

Entidades de classe: Associações empresariais, CREA, OAB, Sindicatos, etc.

Normalmente, a identificação das partes interessadas pode ser feita com base em documentos de análise de impacto (AAS), que geralmente têm informações básicas sobre a área do projeto. As informantes-chave podem ser obtidas nestes documentos para que o mapeamento possa ser iniciado, entretanto, o mapeamento deverá ser expandido, se necessário. Informações também devem ser buscadas através da busca em fontes na internet como, por exemplo, sites governamentais, páginas de grupos da sociedade civil nas mídias sociais e demais reportagens e materiais disponíveis na internet. Além disso, também deve ser realizado ao menos uma (01) campanha de campo visando expandir o levantamento das partes interessadas.

Uma vez identificados os atores, uma análise qualitativa deve ser realizada para entender como esta parte interessada será afetada/impactada e, também, identificar em maiores detalhes a sua posição, interesse e influência sobre o projeto. Por exemplo, entre os possíveis impactos negativos para as pessoas e para as comunidades afetadas, podem haver incômodos com o aumento/interrupção do tráfego por tempos limitados, aumento no nível de ruído ou riscos à saúde, impacto na paisagem, entre outros possíveis impactos negativos. A análise das partes interessadas ajuda a entender quais são as partes interessadas mais afetadas pelo projeto, as informações que podem exigir e as melhores formas e canais para divulgação prévia de informações e consulta pública, além de ajudar a definir o melhor formato para o mecanismo de queixas e reclamações do projeto.

Para tal recomenda-se organizar a análise qualitativa das partes interessadas em tabela apresentada no modelo abaixo (Tabela 2). As partes interessadas podem ser classificadas de acordo com o tipo de impacto sofrido, de acordo com sua posição potencial em relação ao projeto (contra, neutro ou a favor); de acordo com o seu interesse (baixos, médios ou altos) e de acordo com a sua influência (baixa, média ou alta).

Tabela 2 - modelo de análise de partes interessadas

Categoria de parte interessada	Descrição	Atores identificados	Tipo de Impacto	Posição potencial (contra, neutro ou a favor)	Interesse (baixo, médio, alto)	Influência (baixa, média ou alta)
Comunidades da Área de Influência do Projeto	Bairro e localidades que podem ser diretamente afetadas pelo projeto, ou que estão em áreas relevantes para o projeto (na rota de transporte).					
Beneficiários esperados do projeto	População-alvo que recebe ou receberá os serviços do projeto.					
Grupos Indígenas, Tradicionais, Étnicos e Vulneráveis	Grupos indígenas, tradicionais, étnicos e vulneráveis que podem ser impactados pelo projeto.					
Entidades governamentais relevantes para o projeto	Órgãos do governo que possam potencialmente estar envolvidos nas diversas etapas do projeto.					
Organizações da Sociedade Civil	ONGs locais, nacionais e internacionais, conselhos e associações comunitárias, entre outros.					
Agências internacionais ou de cooperação para o desenvolvimento	Agências de desenvolvimento que promovem projetos na área de influência e que podem ter inter-relacionamento, especialmente no que diz respeito à proteção de populações vulneráveis e indígenas.					
Setor privado	Representantes do setor privado que poderiam ser afetados ou beneficiados pelo projeto.					
Associações de classe	Associações empresariais, sindicatos, etc.					

Para uma visualização das informações de acordo com a análise qualitativa realizada com o exercício da tabela acima, recomenda-se preparar um mapeamento dos atores que pode ser representado em formato de mapa ou matriz. Informações adicionais para a realização desta atividade podem ser encontradas em: <https://blogs.iadb.org/brasil/pt-br/como-criar-um-mapa-de-partes-interessadas-em-seu-projeto-parte-1/>.

Recomenda-se rever a análise de partes interessadas continuamente ao longo do projeto, uma vez que as posições e o nível de influência das partes interessadas não são elementos estáticos. A frequência dessas revisões deve ser determinada com base nas características específicas do projeto e, especialmente, nos níveis de interesse e demanda das partes interessadas.

No âmbito da elaboração da Análise Ambiental e Social (AAS) verificou-se que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre divulga no seu site um catálogo contendo todos os conselhos municipais existentes <https://prefeitura.poa.br/catalogo-conselhos>. A Prefeitura Municipal de Porto Alegre também disponibiliza uma lista contendo uma Relação com mais de 120 Organizações Da Sociedade Civil atuantes em Porto Alegre (http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/relacao_prorrogacao_credenciamento_os_cs_08_nov_19_2.pdf), muitas delas são associações de bairros e comunitárias, incluindo associações existentes nos bairros de parte das construções e reformas (intervenções) previstas no Projeto BR-L 1597. Na plataforma ONGs Brasil (<http://www.ongsbrasil.com.br/default.asp>) consta lista com cerca de 300 organizações não governamentais das mais diversas áreas com atuação no município de Porto Alegre.

Esta gama de informações deverá ser avaliada e estudada em maiores detalhes no âmbito da execução do Plano de Engajamento das Identificação de Partes Interessadas para que a identificação das partes interessadas seja inclusiva e identifica as principais comunidades afetadas além de grupos em vulnerabilidade social.

4.3 Divulgação Prévia de Informações e Consulta Significativa

4.3.1 Divulgação de Informações

O Plano de Engajamento das Partes Interessadas deverá realizar a divulgação prévia de cada projeto/atividade de intervenção, sua respectiva Análise Ambiental e Social (ASS) e os principais impactos e riscos das atividades de cada intervenção. Além disso, devem ser divulgadas as principais medidas de mitigação e gestão dos impactos e riscos previstas no Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), incluindo o Plano de Engajamento das Partes Interessadas voltado para a população e comunidades afetadas de acordo com as diretrizes estabelecidas na ESPS10 do MPAS do BID. A divulgação também deverá incluir informações sumárias sobre a natureza do projeto, seus benefícios esperados, potenciais impactos, e os mecanismos de queixas e reclamações existente e/ou previstos.

A divulgação não se trata apenas de fornecer informações sobre o projeto em si durante a etapa de preparação, mas também sobre manter o público informado do andamento ao longo do ciclo de vida do projeto. Isso é ainda mais importante durante a construção para comunidades ou bairros que estão fisicamente próximas ao projeto, para que as mesmas tenham informações sobre desvios de travessia de pedestres ou do trânsito de veículos, ou para informar aos beneficiários e usuários de sistemas de saúde, habitação e assistência social sobre eventuais mudanças ou restrições de atendimento tendo em vista as intervenções previstas.

Em geral, todas as informações fornecidas pelos projetos devem estar em um formato e linguagem compreensível às necessidades das comunidades e público. Todas as informações fornecidas as partes interessadas devem respeitar as tradições locais, idiomas, prazos e processos de tomada de decisão.

Recomenda-se disseminar informações em locais que facilitem o acesso das partes interessadas, como centros comunitários, escolas, etc. Atualmente, e devido ao COVID-19, deve-se focar no fornecimento de informações de forma compatível com as recomendações governamentais relativas

ao distanciamento social. A divulgação poderá ser feita através de um site, infográficos circulados no WhatsApp, ou por outros meios que são facilmente acessíveis as partes interessadas. O uso de canais de comunicação que já estão em uso nas comunidades deve ser analisado, por exemplo, programas de rádio, anúncios em redes sociais amplamente utilizados (como Facebook ou Twitter). Estas ferramentas virtuais podem ser uma boa maneira de compartilhar informações oportunas, por exemplo, sobre avisos de construção, bem como material geral e visual, como infográficos e incluir links para páginas da Web onde as pessoas podem encontrar mais informações. Importante sempre considerar a existências de pessoas que tenham dificuldade de acesso ou de compreensão no uso de internet e mídias sociais e, assim, prever materiais adequados para estas pessoas (material impresso, contato pessoal ou telefônico, etc.).

A seguir são apresentados exemplos de atividades voltadas para divulgação prévia de informações:

- Constituição de equipe/responsável pelas atividades de divulgação de informações prévias;
- Definição das estratégias, planejamento, conteúdo e materiais necessários, alocação de recursos, etc.;
- Elaboração de cronograma de atividades em consonância com as atividades de mobilização e início das obras de intervenção;
- Mapeamento de pontos estratégicos de divulgação local, disponibilidade de acesso à internet, órgãos de imprensa locais;
- Elaboração de informes, boletins, apresentações em Power Point, mensagens eletrônicas para circulação em redes sociais, incluindo textos e imagens de fácil entendimento, fotos e vídeos de curta duração, com distribuição periódica via aplicativos mensagem como WhatsApp, direcionados para a população em geral ou para grupos específicos, quando necessário; e
- Elaboração de informes, boletins e cartazes e banners informativos impressos para distribuição ou afixação em locais estratégicos, definidos em função da afluência da população (no local das obras e próximos as áreas de intervenção, em estabelecimentos comerciais, sedes de entidades, escolas, unidades de saúde próximas).

As divulgações das informações prévias do projeto devem envolver, além das comunidades e pessoas diretamente afetadas, diferentes segmentos da sociedade civil (incluindo ONGs) e dos organismos públicos, conforme identificados e analisados no mapeamento das partes interessadas realizado para cada projeto.

Um documento contendo as evidências da divulgação prévia de informações e as manifestações das partes interessadas (comentários e recomendações recebidas) deverá ser enviado ao BID, para a comprovação da realização da divulgação prévia, indicando, ainda, como os comentários e sugestões apresentados foram (ou não) incorporadas no projeto.

4.3.2 Consulta Significativa com Partes Interessadas

Os projetos classificados como categoria B requerem pelo menos uma consulta significativa com partes interessadas, preferencialmente enquanto os planos de gestão estão sendo desenvolvidos e antes da operação ser submetida a apreciação pelo Conselho de Administração do BID e antes do início das obras e atividades do Projeto. A consulta pública deverá ser realizada considerando a necessidade ações visando a proteção contra o COVID-19.

Ao consultar as partes interessadas relevantes para um projeto o valor adicionado ao projeto ocorre de diferentes formas, incluindo:

- O projeto captura as opiniões e percepções de pessoas que podem ser afetadas ou que têm interesse em um projeto, e fornece um meio para que essas opiniões sejam consideradas para melhorar o projeto e sua implementação, o que evita ou reduz impactos adversos e aumenta os benefícios;

- É uma importante fonte de validação e verificação de dados obtidos, e melhora a qualidade das avaliações de impacto ambiental e social;
- Ajuda as pessoas a entender seus direitos e responsabilidades em relação a um projeto;
- Maior transparência e envolvimento das partes interessadas, o que aumenta a confiança e a aceitação do projeto; e
- Cumpre os requisitos do BID, de acordo com as políticas de salvaguarda ambiental e social.

Consulta significativa é o processo mútuo que estabelece as necessidades, valores e preocupações do público, fornece uma oportunidade genuína de influenciar na tomada de decisões, e usa métodos variados e personalizados de envolvimento que promovem e mantêm o diálogo justo e aberto entre as duas partes. A consulta significativa está melhor definida em detalhes no ESPS 10 do MPAS do BID.

4.3.2.1 Questões Logísticas Relacionadas a Consulta

Levando-se em consideração as boas práticas internacionais e as normas do BID, algumas considerações logísticas para a consulta devem ser observadas:

- **Informações prévias:** o fornecimento de informações sobre o projeto deve ser feito bem antes da consulta para que as partes interessadas possam revisar e considerar as informações e chegar à consulta previamente informada;
- **Programação:** visando permitir a participação das partes interessadas, as possíveis restrições de horário e períodos para a realização da consulta, local e necessidade de deslocamento, acessibilidade, entre outras questões devem ser levadas em conta para agendamento da consulta;
- **Divulgação/chamada para a Consulta:** a divulgação para a realização da consulta pode ser feita de diferentes formas, que devem ser definidas com base em meios de comunicação facilmente acessíveis as partes interessadas – via rádio, faixas ou placa, mensagem de texto WhatsApp, ou e-mail formal, carta/ofício entre outros. Recomenda-se começar a anunciar a consulta com pelo menos duas semanas de antecedência, sendo que determinados projetos podem exigir um período maior de anúncio das consultas. As divulgações para a consulta devem indicar a data, local e horário e também uma breve explicação sobre o propósito da consulta, os temas que serão apresentados, a programação e além de informações prévias sobre o projeto;
- **Localização:** Tradicionalmente, recomenda-se que a consulta seja realizada em um espaço físico que é um lugar acessível para a maioria dos atores, onde os participantes podem chegar sem maiores dificuldades, custo ou tempo de viagem. Dadas as circunstâncias do COVID-19 e as restrições às reuniões presenciais, é importante avaliar a necessidade de realizar a consulta de forma virtual. Os projetos devem analisar as ferramentas disponíveis para isso (por videoconferência, ou teleconferência - WhatsApp, Skype, Zoom, Teams) sob o mesmo princípio de acessibilidade e levando em conta as limitações tecnológicas que poderiam existir nas comunidades e população afetadas;
- **Linguagem/Comunicação:** Com base no exercício de identificação de partes interessadas deve ser identificada a linguagem de preferência e uso comum dos participantes para a consulta. Devem ser utilizadas terminologia simples (não técnica e concisa) e ferramentas de comunicação eficazes (incluindo alternativas verbais, baseadas em imagem ou outras alternativas de formato escrito); e
- **Registro do evento:** os participantes assinar uma lista de presença com dados de contato a fim de mantê-los informados sobre eventos de consulta futuros e para disseminação de informações sobre o projeto. Deve ser realizado registro fotográfico e, principalmente, o registro das manifestações durante a consulta. Se possível, e com o devido consentimento dos participantes, a consulta pode ser gravada em vídeo.

4.3.2.2 Conteúdo da Consulta

Qualquer que seja o formato da consulta (tradicional ou virtual) as principais informações em relação ao projeto incluem, mas não se limitam, a:

- Objetivos e dinâmica da reunião de consulta pública, a forma como o evento será estruturado e registrado, sua duração e resultados previstos;
- Definição clara do papel e da importância que as consultas desempenham na tomada de decisões do projeto;
- Resumo das informações divulgadas previamente sobre o projeto;
- Explicação detalhada sobre o projeto (com o uso de recursos visuais como mapas, fotos, vídeos, etc. se possível), incluindo elementos como:
- Sua localização, principais características e propósito;
- Benefícios e beneficiários esperados;
- Os estudos (AAS e PGAS) que foram realizados e os estudos que ainda serão realizados ou finalizados;
- Expectativa de impactos ambientais e sociais bem com as devidas medidas de gestão ou mitigação;
- Cronograma do projeto considerando as etapas prévias, de construção até a finalização e prazos esperados;
- Abordar e esclarecer quaisquer rumores ou mal-entendidos, dúvidas ou curiosidades sobre o projeto. Os participantes devem ser incentivados e as respostas devem ser fornecidas. Caso não exista resposta no momento, fornece a resposta ao interessado posteriormente.

Divulgação do Mecanismo de Reclamação e Queixas existente ou previsto, formas de acesso (canais) sua importância e funcionamento. Deve ser esclarecido como as pessoas podem entrar em contato com o projeto e como as suas preocupações serão consideradas e respondidas.

4.3.2.3 Relatório da Consulta Pública

A consulta deve ser documentada em um Relatório específico de Consulta que inclua os seguintes elementos:

- Registro escrito e ata dos eventos de consulta com a lista de participantes com informações de contato e representantes das autoridades do projeto;
- Fotografias, quando possível, gravações de imagem ou som, após a explicação clara do propósito da gravação e ter obtido a concordância dos participantes;
- Registro de todas as perguntas/comentários e respostas dadas; e
- Evidências de que entendimentos e acordos, nos casos em que o consentimento ou acordo é necessário, foram alcançados.

4.4 Mecanismo de Queixas e Reclamações

Para atender às melhores práticas internacionais, cada projeto precisa ter um mecanismo externo de queixas e reclamações que inclua um processo de recebimento e registro de reclamações, para examiná-las e avaliá-las e para lidar com reclamações de diferentes tipos. As partes interessadas identificadas para cada projeto, bem como quaisquer partes interessadas, devem ter acesso ao mecanismo de queixas e reclamações do projeto. Os objetivos deste mecanismo são:

- Garantir transparência e engajamento entre projetos e partes interessadas identificadas, especialmente pessoas de comunidades afetadas;

- Fornecer as partes interessadas um processo acessível e eficiente para o envio de preocupações, sugestões e reclamações que possam surgir em relação às atividades do projeto;
- Permitir que as partes interessadas da comunidade registrem suas preocupações, sugestões e reclamações anonimamente; e
- Definir uma metodologia para receber, documentar, avaliar, rastrear e resolver preocupações, sugestões e reclamações em tempo hábil.

A acessibilidade é um aspecto fundamental do mecanismo de reclamação de um projeto. O mecanismo deve ser conhecido pelas pessoas afetadas e ser de fácil acesso. Tendo em vista a COVID-19, métodos virtuais apropriados devem ser usados para garantir acessibilidade das partes interessadas, isso pode incluir a opção de registrar reclamações por telefone, por mensagem de texto, WhatsApp ou até mesmo através de redes sociais. Opções podem ser oferecidas também como caixas físicas para o recebimento de queixas ou um escritório local para registrar suas queixas pessoalmente.

O mecanismo de reclamação deve abranger todas as atividades do projeto e incluir também as atividades realizadas por empresas fornecedoras e trabalhadores subcontratados. Importante destacar que este mecanismo não substitui nenhum outro dispositivo ou meio legal existente.

4.4.1 Processo do Mecanismo de Queixas e Reclamações

Para o cumprimento das melhores práticas internacionais, o mecanismo de reclamação deve incluir um processo de recebimento e registro de reclamações, avaliação e categorização, resposta e resolução, incluindo a possibilidade de contestação da decisão final. O mecanismo deve ser regularmente acompanhado, documentado e atualizado. Os principais passos do processo são:

1. Receba e registre a comunicação e reclamação

Qualquer membro da comunidade ou cidadão pode apresentar reclamações, tanto verbalmente quanto por escrito, por meio de canais apropriados que devem ser disponibilizados pelo projeto. Atualmente, e também por conta da COVID-19, esses canais devem incluir mídias virtuais, como números de telefone, WhatsApp, redes sociais ou e-mails. O sistema deve fornecer a oportunidade de registrar denúncias anônimas.

As denúncias recebidas devem ser registradas e documentadas. O registro inclui um resumo da comunicação, a data em que foi recebido e uma referência a qualquer documentação comprobatória (por exemplo, imagens). As reclamações são tratadas dentro de um período específico acordado por cada projeto após o recebimento da denúncia.

2. Examine, avalie e classifique

Inicialmente, as comunicações e queixas são avaliadas para determinar seu assunto, sua gravidade e urgência e depois atribuídas a um responsável que deverá responder e acompanhar até a resolução da questão. Importante classificar se a comunicação é uma dúvida, sugestão ou reclamação ou se é uma denúncia e, portanto, irá demandar maior atenção e urgência.

3. Resolução

A reclamação deve ter a atenção devida e ser tratada dentro de um prazo apropriado. Se o reclamante não conseguir obter uma resolução dentro de um prazo máximo definido após o recebimento da denúncia, ele deve ter recursos alternativos para solicitar uma resposta.

4. Prazo de resposta

Um prazo mínimo e máximo para resposta deve ser definido. Recomenda-se que as comunicações e reclamações sejam respondidas em até 15 dias, e que não superem um prazo máximo de 30 dias. Importante mencionar que denúncias e reclamações graves (crimes, fraude, impacto em direitos

humanos, etc.) devem ser priorizadas e respondidos da forma mais rápida possível (imediatamente, em alguns casos), e de acordo com a gravidade da situação.

5. Discordância na decisão

Caso um denunciante deseje contestar/recorrer da decisão do projeto, o mecanismo deve fornecer recursos alternativos para recorrer da decisão.

6. Documentação e Monitoramento

O projeto deve manter um banco de dados atualizado com toda a documentação e informações relacionadas às comunicações e reclamações apresentadas pela comunidade ou demais partes interessadas. O registro de reclamações inclui, por exemplo (mas não se limitando), a:

- Data em que a comunicação ou a denúncia foi registrada;
- Responsável pela comunicação ou reclamação (ou seja, requerente, se conhecido);
- Tipo e classificação (gravidade/urgência) da comunicação ou reclamação;
- Responsável pela resposta;
- Informações sobre a ação corretiva proposta (se aplicável);
- Data em que a resposta foi enviada ao denunciante; e
- Data em que a comunicação ou denúncia foi encerrada.

Uma vez resolvida a reclamação ou denúncia, o responsável pelo tratamento da denúncia acompanhará o denunciante para confirmar que as medidas de resolução adequadas estão em vigor e coordenar continuamente com as áreas envolvidas na denúncia.

O monitoramento do Mecanismo externo de Reclamação será realizado trimestralmente durante a construção e anualmente durante as operações para determinar o sucesso do processo.

No âmbito da elaboração da Análise Ambiental e Social (AAS) verificou-se que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, por meio da Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – SMTc, coordena a Ouvidoria-Geral do Município. Através da plataforma, também é possível fazer elogios, sugestões, críticas e denúncias de casos de corrupção ou improbidade administrativa. A Ouvidoria-Geral possui, entre outros canais, a plataforma me-Ouv que está disponível on-line no seguinte endereço: <https://ouvidoria.procempa.com.br/ouvidoriaweb/#/> e possui interface acessível.

Além desses foram identificados outros canais de ouvidoria como a Ouvidoria do SUS que visa viabilizar aos cidadãos o direito de serem ouvidos e terem suas demandas pessoais e coletivas tratadas adequadamente no âmbito do SUS. Sua função é intermediar as relações entre os cidadãos e os gestores do SUS. A ouvidoria do SUS tem canais como os telefones 156 ou 136; e-mail: ouvidoria@sms.prefpoa.com.br; e WhatsApp: (51) 3289-2656. Além disso, oferece Atendimento presencial no endereço Av. João Pessoa, 325. A Ouvidoria do SUS está disponível on-line no seguinte endereço: <https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/ouvidoria-sus> e possui interface acessível.

Assim, no âmbito da elaboração desta AAS foi possível verificar que existem mecanismos de queixas e reclamações existentes na Prefeitura Municipal de Porto Alegre e que estão à disposição e ao alcance da população. Esses mecanismos oferecem diversos canais e formatos para o registro de dúvidas, reclamações ou denúncias. Estes mecanismos e canais, quando da execução do Plano de Engajamento das Partes Interessadas, devem ser avaliados quanto ao seu funcionamento visando identificar se os mesmos estão em pleno funcionamento e são adequados e acessíveis para todas as partes interessadas das construções e reformas (intervenções) previstas no Projeto BR-L 1597. Também deve ser verificado se as dúvidas, reclamações ou denúncias serão enviadas aos representantes das agências executoras (DEMHAB, SMS e SMDS).

5. MONITORAMENTO

O Plano deve ser continuamente monitorado e projetado para facilitar a integração das lições aprendidas durante sua implementação. Dessa forma, os projetos poderão responder adequadamente às situações assim que se desenvolverem. O Plano é considerado um "documento dinâmico" e foi projetado para ser continuamente atualizado e aprimorado, bem como adaptado ao contexto geográfico e social de cada projeto.

6. REGISTRO

É extremamente importante que todas as atividades de engajamento da comunidade sejam sistematicamente documentadas pelos projetos. A documentação pode ser feita em vários formatos, dependendo da atividade, como atas de reunião, tabelas/bancos de dados de partes interessadas, registros de reclamações submetidas ao mecanismo de reclamação ou relatórios sobre eventos formais de divulgação prévia e consulta pública. Os documentos dessas atividades devem ser integrados ao sistema de gestão ambiental e social do projeto (PGAS).

O Relatório Final do Plano de Engajamento das Partes Interessadas deve incluir um anexo com o relatório da (s) atividades de engajamento das partes interessadas, incluindo as evidências da divulgação prévia e das consultas realizadas no âmbito do Plano, incluindo o resultado da gestão do Mecanismo de Queixas e Reclamações.

7. INDICADORES E METAS

Os indicadores têm como objetivo fornecer ao Plano de Engajamento das Partes Interessadas parâmetros para avaliar seu próprio desempenho e identificar oportunidades de melhoria.

Os indicadores propostos para avaliar o desempenho do Plano de Engajamento das Partes Interessadas são:

- Conclusão do mapeamento e da análise de partes interessadas;
- Número de atividades e materiais de divulgação prévia realizados;
- Número de atividades de consulta pública realizados;
- Número de pessoas abordados pelas ações de divulgação prévia e consulta pública;
- Número total de manifestações registradas no Mecanismo de Queixas detalhadas por tipo/assunto e gravidade;
- Número de manifestações respondidas dentro do prazo pré-estabelecido no procedimento; e
- Número de manifestações resolvidas.

As metas propostas para balizar e acompanhar o atendimento dos indicadores são:

- Conclusão de 100% da mapeamento e análise das principais partes interessadas de cada projeto;
- Executar 100% das atividades e dos materiais de divulgação prévia e consulta pública planejados; e
- Responder 100% das comunicações e reclamações dentro do prazo definido.

8. INTER-RELAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS

O Plano de Engajamento com as Partes Interessadas possui inter-relação com todos os programas propostos no PGAS, uma vez que irá concentrar as principais atividades de divulgação e comunicação prévias e consulta com as partes interessadas, bem como apoio a elaboração dos materiais audiovisuais (impressos e virtuais) necessários. Dessa forma, os demais programas previstos no PGAS que demandem ações de comunicação e relacionamento com as partes interessadas terão suporte do Plano de Engajamento.

9. RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

A execução do Plano de Engajamento das Partes Interessadas é de responsabilidade da Prefeitura Municipal De Porto Alegre e dos seus órgãos envolvidos: DEMHAB, SMS, SMDS.

Quadro 2 - Cronograma

Plano de Engajamento das Partes Interessadas	Pré-implantação			Implantação																			
	2022			2022												2023							
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	?	?									
Planejamento e mobilização																							
Identificação e análise de partes interessadas																							
Divulgação Prévia de Informações																							
Consulta Pública																							
Mecanismo de Queixas e Reclamações																							
Monitoramento																							
Relatórios																							

ANEXO 3 APRESENTAÇÃO PORTO ALEGRE



**prefeitura de
PORTO ALEGRE**

O programa está sendo elaborado em parceria com o
Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID.



**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O MUNICÍPIO DE PORTO
ALEGRE – PORTO ALEGRE+**

OBJETIVO GERAL

Ampliar e qualificar os investimentos sociais para promover a inclusão da população vulnerável e oferecer serviços sociais de excelência, melhorando a qualidade do gasto público e a sustentabilidade

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ **Interoperabilizar os sistemas de gestão das secretarias que conformam o setor social, desenvolvendo um portal integrado para ter um acesso único dos servidores e cidadãos.**
- ✓ **Aprimorar a eficiência da rede de proteção social e a qualidade dos serviços sociais, reduzindo o número de famílias em situação de vulnerabilidade social.**
- ✓ **Melhorar a Gestão das Demandas Judiciais e Precatórios.**
- ✓ **Melhorar a qualidade da Gestão do Gasto Público.**

Para garantir que o objetivo seja atingido, o programa prevê investimentos:

Tabela 1: construções e reformas (intervenções) previstas no Projeto Br-L1597

Instituição	#	Construções e reformas (intervenções)
DEMHAB	1	Instalação de projetos de energia solar fotovoltaica em dois condomínios Existentes: Senhor do Bonfim Irmãos Maristas
	2	Projeto piloto Vale dos Idosos, um condomínio residencial para população idosa vulnerável, a ser construído na área central de Porto Alegre. Foi identificado um terreno potencial, de propriedade da PMPA,
SMS	1	Construção/reforma de Unidades de Atenção Primária à Saúde reformular as Unidades existentes para incluir Clínicas de Família.
	2	Estruturação de 4 Centros Especializado em Saúde (CES) na Capital (regiões nortes, leste, oeste e sul). Dois desses centros serão em estruturas já existentes (Santa Marta e IAPI), os outros 2 (dois) em novas estruturas.
	3	Hospital Pronto Socorro de Porto Alegre implantar uma Unidade de Diagnostico e uma Unidade de Referência de Queimados.
	4	Hospital Materno Infantil Presidente Vargas - reforma do Centro Obstétrico, revitalização da Entrada de Emergência, e equipamentos para a UTI/Adultos.
SMDS	1	Reforma do Centro de Urgência e Emergência
	2	Reforma de 3 prédios para entrega aos Conselhos Tutelares

COMPONENTES

Componente 1: TRANSFORMAÇÃO DIGITAL PARA MELHORIA DA EFICIÊNCIA DO GASTO SOCIAL

Componente 2: PROMOVER A INCLUSÃO DA POPULAÇÃO VULNERÁVEL E AUMENTAR A COBERTURA DOS SERVIÇOS SOCIAIS PARA TODOS

Componente 3: APOIO A SUSTENTABILIDADE FISCAL

PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

O Plano de Engajamento das Partes Interessadas é uma ferramenta necessária para projetos financiados pelo BID classificados como categoria B. Este Plano detalha as exigências do BID no nível do projeto para mapeamento de partes interessadas, relações com a comunidade, o estabelecimento de um mecanismo de reclamação e consulta pública. Esses elementos são necessários para compartilhar informações sobre o projeto e oferecer oportunidades para que os atores sociais expressem suas opiniões e preocupações e obtenham a resposta.



PÚBLICO ALVO

Partes interessadas afetadas pelas das construções e reformas (intervenções) previstas no Projeto

Todos os cidadãos, usuários de serviços públicos, serão amplamente beneficiados

Tabela: modelo de análise de partes interessadas

Categoria de parte interessada	Descrição	Atores identificados	Tipo de Impacto	Posição potencial (contra, neutro ou a favor)	Interesse (Baixo, Médio, Alto)	Influência (baixa, média ou alta)
Comunidades da Área de Influência do Projeto	Bairro e localidades que podem ser diretamente afetadas pelo projeto, ou que estão em áreas relevantes para o projeto (na rota de transporte).					
Beneficiários esperados do projeto	População-alvo que recebe ou receberá os serviços do projeto.					
Grupos Indígenas, Tradicionais, Étnicos e Vulneráveis	Grupos indígenas, tradicionais, étnicos e vulneráveis que podem ser impactados pelo projeto.					
Entidades governamentais relevantes para o projeto	Órgãos do governo que possam potencialmente estar envolvidos nas diversas etapas do projeto.					
Organizações da Sociedade Civil	ONGs locais, nacionais e internacionais, conselhos e associações comunitárias, entre outros.					
Agências internacionais ou de cooperação para o desenvolvimento	Agências de desenvolvimento que promovem projetos na área de influência e que podem ter inter-relacionamento, especialmente no que diz respeito à proteção de populações vulneráveis e indígenas.					
Setor privado	Representantes do setor privado que poderiam ser afetados ou beneficiados pelo projeto.					
Associações de classe	Associações empresariais, sindicatos, etc.					

Avaliação dos aspectos socioambientais das infraestruturas do programa

IMPACTOS POSITIVOS



- a redução da desigualdade de acesso e da diferença da qualidade dos serviços de saúde entre as regiões;
- a otimização dos recursos e melhor relação custo-efetividade dos serviços.

IMPACTOS NEGATIVOS



- impactos na qualidade do ar;
- emissão de ruído;
- impactos nos solos dos locais dos novos projetos;
- geração de resíduos.

MEDIDAS DE MITIGAÇÃO



- elaborar e implementar um Plano de Gestão de Emissões e Ruído
- elaborar plano de construção;
- elaborar plano de gerenciamento dos resíduos.

Foram planejados programas para mitigar os riscos socioambientais negativos das reformas das unidades de saúde e assistência social e construções. Esses planos permitem que a Prefeitura esteja preparada para enfrentar eventuais situações adversas e possam aumentar os impactos positivos dessas obras.



Programa de Gerenciamento Ambiental das Obras

O Programa de Gerenciamento Ambiental das Obras deve apresentar uma síntese dos procedimentos de gestão socioambiental necessários ao efetivo controle da qualidade ambiental das obras e do próprio PROREDES.



Programa de Gestão dos Resíduos da Demolição e Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC)

O programa deve conter informações com relação à quantidade e tipos de resíduos gerados, triagem (de preferência no momento da sua geração), acondicionamento, destinação e transporte. A responsabilidade do transporte será também das empresas coletoras, que deverão responder às diretrizes estabelecidas pelo PIGRCC.



Programa de Controle Ambiental das Obras – Implantação dos Canteiros de Obra, Controle de Ruídos e Emissões Atmosféricas e Interferências no Trânsito

O programa fornece os elementos técnicos necessários à redução dos danos ambientais decorrentes da implantação das obras, disponibilizar às empreiteiras os critérios ambientais a serem respeitados durante as obras e, finalmente, aos trabalhadores, estabelecer as normas para uma conduta ambientalmente correta no canteiro de obra.

Mecanismo de Queixas e Reclamações Existentes

- Ouvidoria-Geral do Município (me-Ouv)

Destina-se a receber as reclamações sobre solicitações já dirigidas à Prefeitura, mas que não foram atendidas no prazo ou com a qualidade desejada. O registro é feito por meio do sistema me-Ouv. A plataforma também recebe elogios, sugestões, críticas e denúncias de casos de corrupção ou improbidade.

A plataforma me-Ouv está disponível on-line no seguinte endereço: <https://ouvidoria.procempa.com.br/ouvidoriaweb/#/> e possui interface acessível, conforme figura abaixo.

Bem-vindo ao me-OUV, Sistema de Ouvidoria da Prefeitura de Porto Alegre.

Escolha uma opção abaixo para encaminhar seu elogio, sugestão, reclamação ou denúncia.



ELOGIO

Escolha essa opção se você foi bem atendido e deseja compartilhar sua satisfação com a administração pública.



SUGESTÃO

Escolha essa opção se você deseja comunicar uma ideia ou proposta de melhoria na prestação dos serviços públicos.



RECLAMAÇÃO

Escolha essa opção para informar a sua insatisfação com um serviço público. Você pode fazer críticas e relatar casos de ineficiência e omissão na prestação de um serviço público.



DENÚNCIA

Escolha essa opção para comunicar a ocorrência de um ato ilícito ou uma irregularidade praticada por agentes públicos.

ATENÇÃO!

Para assuntos das áreas da saúde ou da educação, escolha as ouvidorias correspondentes:

UNIDADE DE ATENDIMENTO DA
EDUCAÇÃO

OUVIDORIA DA
SAÚDE

- ✓ Portal de Transparência
- ✓ Aplicativo 156+POA
- ✓ Central de Atendimento ao Cidadão 156



ATENDIMENTO E OUVIDORIA

Ouvidoria SUS

Link do serviço

[WhatsApp Ouvidoria](#)

A Ouvidoria do SUS é uma unidade administrativa do Sistema Único de Saúde, no âmbito dos governos federal, estadual e municipal, cuja missão é viabilizar os direitos dos(as) cidadãos(ãs) de serem ouvidos e terem suas demandas pessoais e coletivas tratadas adequadamente no âmbito do SUS.

Sua função é intermediar as relações entre os(as) cidadãos(ãs) e os gestores do SUS, promovendo a qualidade da comunicação entre eles e a formação de laços de confiança e colaboração mútua, com fortalecimento da cidadania. Auxilia na qualificação da gestão através de relatórios com as manifestações dos cidadãos referente aos serviços ofertados.

Dúvidas

Secretaria Municipal de Saúde - SMS

☎ 156 (opção 6), WhatsApp

Ouvidoria: (51) 3289-2656

✉ ouvidoria@sms.prefpoa.com.br

🌐 [/saudepoa](https://saudepoa.com.br)

🐦 [@saudepoa](https://twitter.com/saudepoa)

Av. João Pessoa, 325, térreo.

Dê sua opinião sobre o serviço

Mecanismo de Queixas e Reclamações Existentes

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre disponibiliza uma lista contendo uma Relação com mais de 120 Organizações Da Sociedade Civil atuantes em Porto Alegre

(http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_doc/relacao_pr_orrogacao_credenciamento_oscs_08_nov_19_2.pdf)

Conselhos e Mecanismos de Participação Comunitária Existentes

Conselho Municipal de Assistência Social

Conselho Municipal de Saúde

Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação

1. Divulgação prévia das intervenções do projeto concomitante com a identificação das partes interessadas.

2. A estratégia da divulgação e o prazo necessário será apresentada pela Coordenação do GOVERNO DIGITAL de POA – GP.

3. Materiais – folders e apresentações (Comunicação SMPAE e DCPF)

4. Locais

- SITE;

- REDES SOCIAIS

- WHATSAAP

- REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS (CONSELHOS E OP)

5. Consulta apenas para DÚVIDAS e SUGESTÕES (Com identificação do interessado).

PRAZO: 15 DIAS

PLANO A – MODELO PESQUISA (DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS)

A seguir são apresentados exemplos de atividades voltadas para divulgação prévia de informações:

- ☐ Constituição de equipe/responsável pelas atividades de divulgação de informações prévias;
- ☐ Definição das estratégias, planejamento, conteúdo e materiais necessários, alocação de recursos, etc;
- ☐ Elaboração de cronograma de atividades em consonância com as atividades de mobilização e início das obras de intervenção;
- ☐ Mapeamento de pontos estratégicos de divulgação local, disponibilidade de acesso à internet, órgãos de imprensa locais;
- ☐ Elaboração de informes, boletins, apresentações em power point, mensagens eletrônicas para circulação em redes sociais, incluindo textos e imagens de fácil entendimento, fotos e vídeos de curta duração, com distribuição periódica via aplicativos mensagem como Whatsapp, direcionados para a população em geral ou para grupos específicos, quando necessário;
- ☐ Elaboração de informes, boletins e cartazes e banners informativos impressos para distribuição ou afixação em locais estratégicos, definidos em função da afluência da população (no local das obras e próximos as áreas de intervenção, em estabelecimentos comerciais, sedes de entidades, escolas, unidades de saúde próximas);

PRAZO: 90 DIAS

PLANO B – MODELO CONSULTA PÚBLICA (Divulgação Prévia de Informações e Consulta Significativa)



**prefeitura de
PORTO ALEGRE**

SEBASTIÃO MELO

Prefeito de Porto Alegre

URBANO SCHIMDT

Secretário de Planejamento e Assuntos Estratégicos

Equipe:

Luiz Correa Noronha (Diretor)

Luciane Gottfried Adami

Cloves Rodrigues

Maria Alice



**prefeitura de
PORTO ALEGRE**

O programa está sendo elaborado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID.



**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE
FISCAL PARA O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE – PORTO ALEGRE+**

OBJETIVO GERAL

Ampliar e qualificar os investimentos sociais para promover a inclusão da população vulnerável e oferecer serviços sociais de excelência, melhorando a qualidade do gasto público e a sustentabilidade

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Interoperabilizar os sistemas de gestão das secretarias que conformam o setor social, desenvolvendo um portal integrado para ter um acesso único dos servidores e cidadãos.
- ✓ Aprimorar a eficiência da rede de proteção social e a qualidade dos serviços sociais, reduzindo o número de famílias em situação de vulnerabilidade social.
- ✓ Melhorar a Gestão das Demandas Judiciais e Precatórios.
- ✓ Melhorar a qualidade da Gestão do Gasto Público.

COMPONENTES

Componente 1: TRANSFORMAÇÃO DIGITAL PARA MELHORIA DA EFICIÊNCIA DO GASTO SOCIAL

Componente 2: PROMOVER A INCLUSÃO DA POPULAÇÃO VULNERÁVEL E AUMENTAR A COBERTURA DOS SERVIÇOS SOCIAIS PARA TODOS

Componente 3: APOIO A SUSTENTABILIDADE FISCAL

Para garantir que o objetivo seja atingido, o programa prevê investimentos:

Tabela 1.1 – Obras e Reformas contempladas pelo Programa

Projetos	Descrição e objetivos
DEM HAB – Departamento Municipal de Habitação	
Condomínio Senhor do Bom Fim	Instalação de painéis solares
Condomínio Irmãos Maristas	Instalação de painéis solares
Projeto Piloto Vale dos Idosos	Construção de condomínio residencial para população idosa vulnerável, a ser construído na área central de Porto Alegre
SMS Secretaria Municipal de Saúde	
Construção/reforma de Unidades de Atenção Primária à Saúde	Reformular as Unidades existentes para incluir Clínicas de Família.
Estruturação de 4 Centros Especializado em Saúde na Capital (regiões nortes, leste, oeste e sul)	Dois desses centros serão em estruturas já existentes (Santa Marta e IAPI), os outros 2 (dois) seriam em novas estruturas.
Hospital Pronto Socorro de Porto Alegre	Implantar uma Unidade de Diagnóstico uma Unidade de Referência de Queimados.
Hospital Materno Infantil Presidente Vargas	Reformar o Centro Obstétrico, revitalização da Entrada de Emergência, e equipamentos para a UTI/Adultos
SMDS- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	
Reforma do Centro de Urgência e Emergência	
Reforma de 3 prédios para entrega aos Conselhos Tutelares	
Unidades de Triagem e CRAs (Centro de Referência em Assistência Social) ligadas a FASC ¹	

PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

O Plano de Engajamento das Partes Interessadas é uma ferramenta necessária para projetos financiados pelo BID classificados como categoria “B”, como é caso dos projetos do município de Porto Alegre

Este Plano detalha as exigências do BID no nível do projeto para mapeamento de partes interessadas, relações com a comunidade, o estabelecimento de um mecanismo de reclamação e consulta pública.

Esses elementos são necessários para compartilhar informações sobre o projeto e oferecer oportunidades para que os atores sociais expressem suas opiniões e preocupações e obtenham a resposta.



PÚBLICO ALVO

Partes interessadas afetadas pelas das construções e reformas (intervenções) previstas no Projeto

Todos os cidadãos, usuários de serviços públicos, serão amplamente beneficiados

Avaliação dos aspectos socioambientais das infraestruturas do programa

IMPACTOS POSITIVOS



- a redução da desigualdade de acesso e da diferença da qualidade dos serviços de saúde entre as regiões;
- a otimização dos recursos e melhor relação custo-efetividade dos serviços.

IMPACTOS NEGATIVOS



- impactos na qualidade do ar;
- emissão de ruído;
- impactos nos solos dos locais dos novos projetos;
- geração de resíduos.

MEDIDAS DE MITIGAÇÃO



- elaborar e implementar um Plano de Gestão de Emissões e Ruído
- elaborar plano de construção;
- elaborar plano de gerenciamento dos resíduos.

Foram planejados programas para mitigar os riscos socioambientais negativos das reformas das unidades de saúde e assistência social e construções. Esses planos permitem que a Prefeitura esteja preparada para enfrentar eventuais situações adversas e possam aumentar os impactos positivos dessas obras.



Programa de Gerenciamento Ambiental das Obras

O Programa de Gerenciamento Ambiental das Obras deve apresentar uma síntese dos procedimentos de gestão socioambiental necessários ao efetivo controle da qualidade ambiental das obras e do próprio PROREDES.



Programa de Gestão dos Resíduos da Demolição e Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC)

O programa deve conter informações com relação à quantidade e tipos de resíduos gerados, triagem (de preferência no momento da sua geração), acondicionamento, destinação e transporte. A responsabilidade do transporte será também das empresas coletoras, que deverão responder às diretrizes estabelecidas pelo PIGRCC.



Programa de Controle Ambiental das Obras – Implantação dos Canteiros de Obra, Controle de Ruídos e Emissões Atmosféricas e Interferências no Trânsito

O programa fornece os elementos técnicos necessários à redução dos danos ambientais decorrentes da implantação das obras, disponibilizar às empreiteiras os critérios ambientais a serem respeitados durante as obras e, finalmente, aos trabalhadores, estabelecer as normas para uma conduta ambientalmente correta no canteiro de obra.

Mecanismo de Queixas e Reclamações Existentes

- Ouvidoria-Geral do Município (me-Ouv)

Destina-se a receber as reclamações sobre solicitações já dirigidas à Prefeitura, mas que não foram atendidas no prazo ou com a qualidade desejada. O registro é feito por meio do sistema me-Ouv. A plataforma também recebe elogios, sugestões, críticas e denúncias de casos de corrupção ou improbidade.

A plataforma me-Ouv está disponível on-line no seguinte endereço: <https://ouvidoria.procempa.com.br/ouvidoriaweb/#/> e possui interface acessível, conforme figura abaixo.

Bem-vindo ao me-OUV, Sistema de Ouvidoria da Prefeitura de Porto Alegre.

Escolha uma opção abaixo para encaminhar seu elogio, sugestão, reclamação ou denúncia.



ELOGIO

Escolha essa opção se você foi bem atendido e deseja compartilhar sua satisfação com a administração pública.



SUGESTÃO

Escolha essa opção se você deseja comunicar uma ideia ou proposta de melhoria na prestação dos serviços públicos.



RECLAMAÇÃO

Escolha essa opção para informar a sua insatisfação com um serviço público. Você pode fazer críticas e relatar casos de ineficiência e omissão na prestação de um serviço público.



DENÚNCIA

Escolha essa opção para comunicar a ocorrência de um ato ilícito ou uma irregularidade praticada por agentes públicos.

ATENÇÃO!

Para assuntos das áreas da saúde ou da educação, escolha as ouvidorias correspondentes:

UNIDADE DE ATENDIMENTO DA
EDUCAÇÃO

OUVIDORIA DA
SAÚDE

- ✓ Portal de Transparência
- ✓ Aplicativo 156+POA
- ✓ Central de Atendimento ao Cidadão 156



ATENDIMENTO E OUVIDORIA

Ouvidoria SUS

Link do serviço

[WhatsApp Ouvidoria](#)

A Ouvidoria do SUS é uma unidade administrativa do Sistema Único de Saúde, no âmbito dos governos federal, estadual e municipal, cuja missão é viabilizar os direitos dos(as) cidadãos(ãs) de serem ouvidos e terem suas demandas pessoais e coletivas tratadas adequadamente no âmbito do SUS.

Sua função é intermediar as relações entre os(as) cidadãos(ãs) e os gestores do SUS, promovendo a qualidade da comunicação entre eles e a formação de laços de confiança e colaboração mútua, com fortalecimento da cidadania. Auxilia na qualificação da gestão através de relatórios com as manifestações dos cidadãos referente aos serviços ofertados.

Dúvidas

Secretaria Municipal de Saúde - SMS

☎ 156 (opção 6), WhatsApp

Ouvidoria: (51) 3289-2656

✉ ouvidoria@sms.prefpoa.com.br

🌐 [/saudepoa](https://saudepoa.com.br)

🐦 [@saudepoa](https://twitter.com/saudepoa)

Av. João Pessoa, 325, térreo.

Dê sua opinião sobre o serviço

Mecanismo de Queixas e Reclamações Existentes

- Conselhos e Mecanismos de Participação Comunitária Existentes
- Conselho Municipal de Assistência Social
- Conselho Municipal de Saúde
- Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação
- Subprefeituras
- Orçamento Participativo



**prefeitura de
PORTO ALEGRE**

SEBASTIÃO MELO

Prefeito de Porto Alegre

URBANO SCHIMDT

Secretário de Planejamento e Assuntos Estratégicos

Equipe:

Luiz Correa Noronha (Diretor)

Luciane Gottfried Adami

Cloves Rodrigues

Maria Alice

ANEXO 4 RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA

RELATÓRIO DA CONSULTA PÚBLICA

De acordo com o MPAS (IDB, 2020) é necessária a realização de consulta pública prévia ainda nas etapas de planejamento dos projetos. Consulta esta que deverá ser realizada de forma contínua, de acordo com o Plano de Engajamento de Partes Interessadas proposto (Anexo 2). A extensão e o grau de engajamento exigidos pelo processo de consulta devem ser proporcionais aos riscos e impactos adversos do projeto e às preocupações levantadas pelas pessoas afetadas pelo projeto e por outras partes interessadas.

Atendendo as diretrizes do MPAS, para a consulta pública foi realizada inicialmente a disponibilização no site da Prefeitura de Porto Alegre de duas apresentações sobre o Programa e a Avaliação Ambiental e Social. As apresentações (Anexo 3) esclareceram sobre os projetos, principais impactos e riscos ambientais e sociais e medidas de gestão propostas. Estas apresentações tiveram por objetivo esclarecer a população sobre o Programa de Desenvolvimento Social e de Sustentabilidade Fiscal, com foco nos projetos do DEMHAB, SMS e SMDS que pudessem causar quaisquer transtornos à comunidade. As duas apresentações foram desenvolvidas em formato e linguagem compreensível às necessidades das comunidades e público e disponibilizadas antes do início da implantação, com prazo adequado para a manifestação da população.

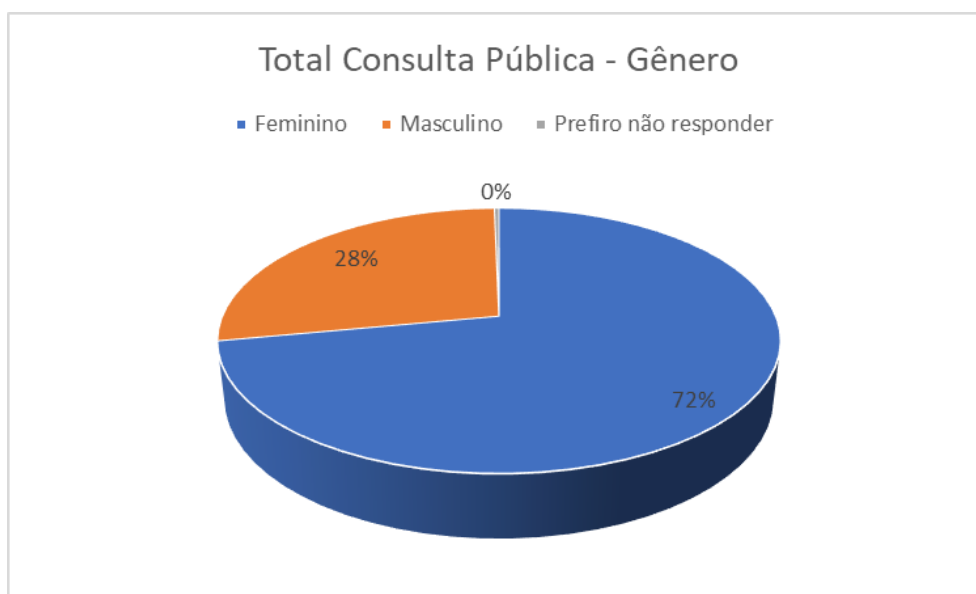
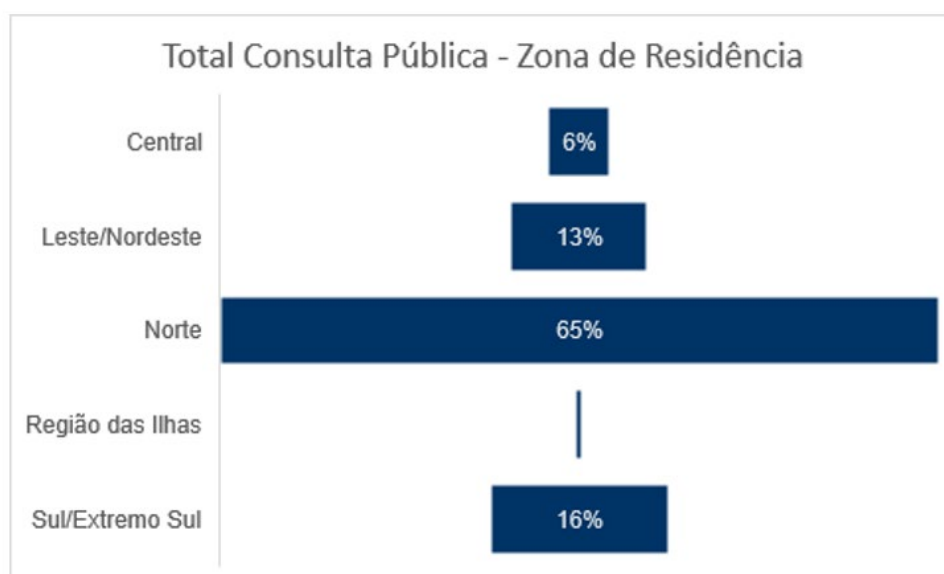
Vale ressaltar que a cidade de Porto Alegre tem tradição de participação e a população está informada das alternativas de disponibilização de informação e oportunidades de questionamentos conforme apresentado no item 4.1 – Mecanismos de Queixas e Reclamações Existentes. Para a disponibilização da informação, conforme diretriz do MPAS foram, então, utilizados canais de comunicação que já estão são de conhecimento e uso da população.

O presente Relatório da Consulta pública apresenta a seguir:

- Descrição da consulta pública realizada com a população. Os projetos estão localizados em vários bairros da cidade e a realização de consulta em todas as regiões foi um dos focos desta consulta;
- Registro de todas as perguntas/comentários e respostas dadas que permitiram capturar a as principais preocupações da população; e
- Registro da consulta pública realizada pelo DEMHAB no COMATHAB, com fotos e lista de participantes.

Devido ao caráter de distribuição dos projetos pela cidade de Porto Alegre e visando atender as diretrizes do MPAS, a consulta pública do Programa de Desenvolvimento Social e Sustentabilidade Fiscal para a Prefeitura de Porto Alegre foi realizada com base em uma pesquisa por meio de três formulários via Google Forms, um de cada instituição, SMDS, DEMHAB e SMA, abordando as obras por área e público. Este formato teve por objetivo permitir a participação da maior parte da população interessada.

Com base nos resultados alcançados, considera-se que a consulta realizada atendeu à diversidade de gênero e de diferentes regiões da cidade.

Figura 1 – Distribuição por gênero**Figura 2 – Distribuição por Zona de Residência**

Com relação a divulgação/chamada para a consulta, optou-se pela realização de uma pesquisa com base em questionários. Os questionários foram publicados e a população convidada a responder as questões em três posts nas redes sociais da PMPA, Instagram, Twitter e Facebook. Os posts foram impulsionados no período de uma semana. O objetivo do impulsionamento é aumentar o potencial de alcance, para ter um número de amostragem suficiente de retorno. Além disso, foram disponibilizados links no site da PMPA para o acesso, além de divulgar a Pesquisa junto aos Conselhos Municipais e Orçamento Participativo.

No total, o processo de consulta pública teve como resultado 320 questionários respondidos, sendo 67 questionários respondidos sobre os projetos do SMDS, 185 referente aos projetos do DEMHAB e 68 referentes aos projetos da SMS.

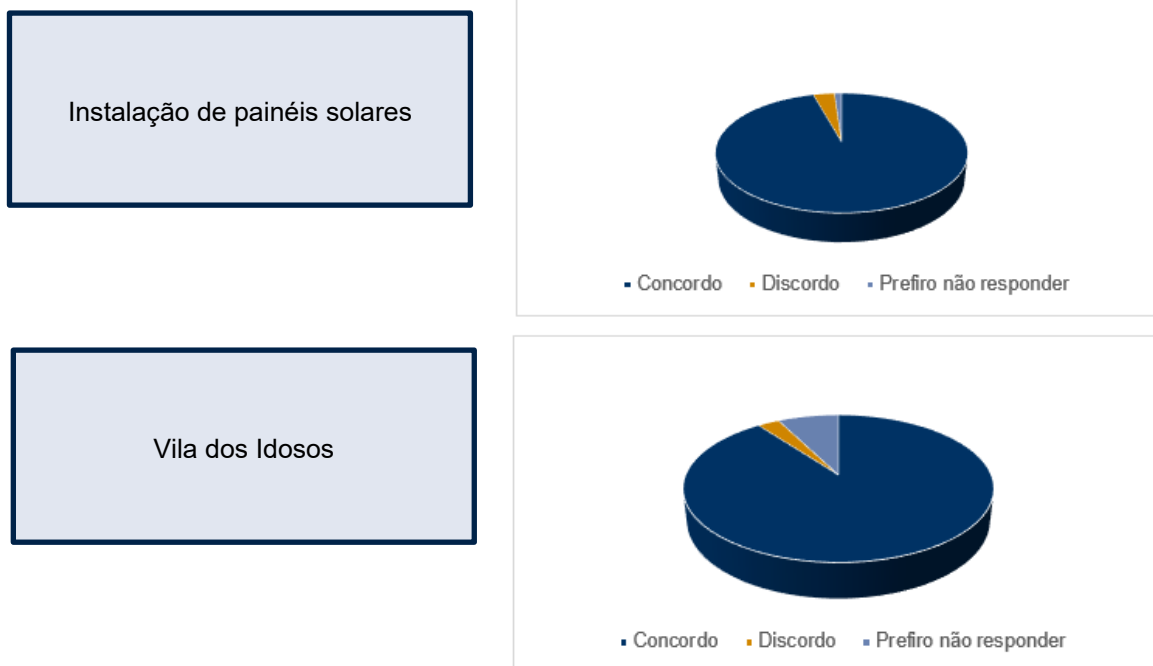
As consultas foram realizadas com base nas seguintes perguntas:

- SMDS - O programa prevê a reforma de prédios para entregar ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Os endereços dos prédios são: Rua General. Jonathas Borges, nº 88, bairro Glória; Avenida Icarai, nº 1501 - Loteamento Hípica - bairro Cristal; Rua São Domingos, nº 69 - bairro Bom Jesus; Rua Irmão Faustino João, nº 89, bairro Rubem Berta; Rua Abelino Nicolau de Almeida, nº 330, bairro Santa Rosa; Rua Maria Trindade, nº 115, bairro Vila Farrapos. Você CONCORDA ou DISCORDA que a realização destas intervenções compensam os transtornos causados pelas obras?
- SMDS - O programa prevê a construção e reforma de prédios para a entrega aos Conselhos Tutelares. Os endereços dos prédios são: Av. Pátria, 622- Praça Pinheiro Machado, s/nº, bairro São Geraldo; Rua São Felipe, 140, bairro Bom Jesus; Rua Manoel Vitorino, 10, bairro Partenon; Rua Pio XXII, 129 ao 335, bairro Vila Ingá; Estrada da João de Oliveira Remião, 5450, bairro Lomba do Pinheiro; Av. Niterói, 472, no bairro Medianeira; Av. Cavallhada, 6735, no bairro Ipanema. Você CONCORDA ou DISCORDA que a realização destas intervenções compensam os transtornos causados pelas obras?
- SMDS - O programa prevê a realização de reformas e melhorias nas unidades de reciclagem da coleta seletiva e a construção de duas novas ainda sem localização definida. Você CONCORDA ou DISCORDA que a realização destas intervenções compensam os transtornos causados pelas obras?
- DEMHAB - O programa prevê a instalação de projetos de energia solar fotovoltaica em 2 loteamentos - Senhor do Bonfim (Bairro Sarandi) e Irmãos Maristas (Bairro Mário Quintana). Ambos loteamentos são residências populares de famílias reassentadas. Você CONCORDA ou DISCORDA que a realização destas intervenções compensam os eventuais transtornos causados pelas obras?
- DEMHAB - O programa prevê a construção de um condomínio residencial para a população idosa vulnerável, na região central de Porto Alegre (Projeto piloto Vila dos Idosos). Você CONCORDA ou DISCORDA que a realização desta intervenção compensa os eventuais transtornos causados pela obra?
- SMS - O programa prevê a construção e reforma de Unidades de Atenção Primária à Saúde. Serão reformuladas as seguintes Unidades para incluir Clínicas de Família: Clínica da Família Quinta do Portal; Unidade de Saúde Santo Alfredo; Clínica da Família Glória (na Intendente Azevedo); Clínica da Família José Mauro Ceratti Lopes; Clínica da Família Porto dos Casais (atual US PONTA GROSSA); Unidade de Saúde Beco do Adelar; Clínica da Família Assis Brasil; Unidade de Saúde Planalto; Unidade de Saúde Ceres; Unidade de Saúde Lomba do Pinheiro. Você CONCORDA ou DISCORDA que a realização destas intervenções compensam os eventuais transtornos causados pelas obras?
- SMS - Estruturação de 4 Centros Especializados em Saúde (CES) na Capital (regiões norte, leste, oeste e sul). 2 desses centros serão em estruturas já existentes (Santa Marta e IAPI) e os outros 2 em novas estruturas: Hospital Restinga e Complexo de Saúde Sanatório Partenon. Você CONCORDA ou DISCORDA que a realização destas intervenções compensam os eventuais transtornos causados pelas obras?
- SMS - O programa prevê a implantação de uma Unidade de Diagnóstico e uma Unidade de Referência de Queimados no Hospital Pronto Socorro de Porto Alegre. Você CONCORDA ou DISCORDA que a realização destas intervenções compensam os transtornos causados pelas obras?
- SMS- O programa prevê a reforma do Centro Obstétrico, a revitalização da entrada de Emergência e a aquisição de equipamentos para UTI/Adultos do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas. Você CONCORDA ou DISCORDA que a realização destas intervenções compensam os transtornos causados pelas obras?

Além das perguntas, o questionário incluía uma espaço para dúvidas, sugestões ou críticas sobre as Obras do programa de desenvolvimento social e sustentabilidade fiscal.

Os resultados completos foram registrados com base no aplicativo Google Forms e são apresentados nas figuras abaixo:



Figura 3 - Projetos propostos pelo DEMHAB



Os projetos do DEMHAB foram apresentados, também, em reunião Extraordinária do COMATHAB – PROJETO FINANCIAMENTO BID, realizada em 27 de julho de 2022. A reunião teve por objetivo a apresentação e discussão dos projetos do DEMHAB: Vila dos Idosos e Projeto Eficiência Energética em MCMV – Loteamento Irmãos Marista e Senhor do Bom Fim. A reunião contou com a participação de 16 representantes do DEMHAB (ver lista de participantes abaixo).



Lista de presença

 SECRETARIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
 **porto alegre**
PREFEITURA
 Mais cidade. Mais vida.

Lista de Presença

Reunião: **APRESENTAÇÃO PROJETOS BID**
 Dia: **29/07/2022**
 Local: **DEMHAB**

Nome	Secretaria / Entidade	Telefone	E-mail
Henry Pérez Lopez	cooperativa habitacio nel Migrantes do Sul	51- 98900-4238	cooperativamigrantespoar@gmail.com
Sônia N. Ruas	SOP	99693527	sonia@scp.rs.gov.br
SANDRA LÚCIA MACIEL	R2 Hum/Nov	980389553	slmaciel62@gmail.com
Silvia Kampmann De Nard	SMAMUS	991320234	
Ramon da Silva	cohucig	99359647	Gloria e Cruzes
Luciano Vieira, Zafu	DEM HAB	997108317	luciano@habo.de.mt.br
DIEGO DE WES	DMARF	81.994523054	diego@dmf.rs.gov.br
Maria Alice Michelucci	SPT	99831095	malice@portoalegre.rs.gov.br
Ricardo Prada	SINDUSCON	99722285	prada@comitadonavice.com.br
DEISE PAETECOTIL CATTOL	DEM HAB	99422264	deise@demhab.prefpoa.com.br
ELTON BOZZETTO	SOU ALBO/AS	99666592	eltonbozzetto@gmail.com
Juliano Santos	9 SINE	991361521	juliano.santos@portoalegre.rs.gov.br
ALVARO DION TEIXEIRA	SINRAE / DPO	99954-4940	dion.adf@gmail.com

A seguir é apresentada a Ata da Reunião

ATA

27/07/2022

Comathab

Pauta:

Apresentação dos projetos propostos ao BID com finalidade de contratação de recursos para desenvolvimento de três propostas da área habitacional:

1. A Vila dos Idosos;
2. Projeto de Eficiência Energética em MCMV
Loteamento Irmãos Maristas e Senhor do Bom Fim;
3. Recadastramento da lista de espera do DEMHAB;

Participam: Presidente Karen Silva dos Santos, Luciano Vieira, Denise Pacheco, Maria Alice Michelucci, Silvia Nadal, Álvaro Dion Teixeira, Sonia Regina Nunes Ruas, Elton Bozzeto, Taiane Beduschi, Ricardo Prada, Henry Perez, Sandra Lucia Maciel, Cenira Vargas, Rennan da Silva, Lucas Schmitt, Diego Dewes.

Reuniram-se, na data de hoje, 27 de julho de 2022, às 18h, em reunião extraordinária presencial, os representantes do Conselho Municipal de Acesso a Terra e Habitação (COMATHAB).

Às 18h15, a presidente Karen Silva dos Santos solicitou ao secretário executivo, Lucas Schmitt, que efetuasse a chamada para verificação do quórum da reunião.

Após a chamada, verificou-se a presença de 10 conselheiros titulares e 4 conselheiros suplentes.

Sendo assim a presidente Karen Silva dos Santos passou a palavra ao servidor do Demhab Diego Dewes para que apresentasse aos conselheiros a apresentação dos projetos propostos o BID.

Diego Dewes iniciou a apresentação:

**FINANCIAMENTOS BID
CONSULTA PÚBLICA**

Contração de financiamento para PMPA com o objetivo de promover:

Ampliar e qualificar os investimentos sociais, a fim de reduzir a pobreza e oferecer serviços públicos de excelência, melhorando a qualidade do gasto público e a sustentabilidade fiscal.

PROJETO, COMPONENTE E SUBCOMPONENTE

C- INVESTIMENTO SOCIAL PARA REDUZIR A POBREZA E OFERECER SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE PARA TODOS

S - MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS SOCIAIS E RECUPERAÇÃO DA POPULAÇÃO VULNERÁVEL.

Produto:

P3- PROGRAMA DE HABITAÇÃO SOCIAL COM SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Subprodutos:

- Implantar a **Vila dos Idosos** para população vulnerável da terceira idade com condições de autossustento.
- Implantar Sistema de Eficiência Energética em condomínios do Programa MCMV com aporte de trabalho social para conduzir à consciência ambiental e sustentável.
- Promover atualização cadastral da lista de espera para programas habitacionais de interesse social.

ETAPAS:

1. Proposição
2. Delineamento das propostas e contextualização
 1. Oficina de Interoperabilidade, discussões com equipe BID e estudos de viabilidade,
3. Desenvolvimento da Nota Técnica, análise de riscos.
4. Visitas técnicas e reuniões para fechamento do relatório
 1. **Audiência Pública para validação popular dos projetos.**

INVESTIMENTO:

US\$ 8.000.000,00 (aproximadamente 40 milhões de reais)
Há contrapartida de 20% do total do investimento.

Subproduto:

PROJETO VILA DOS IDOSOS

Revivendo a melhor idade

- Porto Alegre é a capital nacional com maior número de idosos do país (aproximadamente 213 mil idosos)
- Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada mostra que a população do Brasil vai 'envelhecer' de forma constante e acelerada nos próximos anos
- Entre 2000 e 2010 a população idosa cresceu 2,8% em média
- Em 2000, este grupo representava 9,5% da população, já em 2010 detinha 11,6% do total da população municipal
- Pensando no bem-estar da população idosa, o projeto Vila dos Idosos tem como objetivo pontos importantes:
 - I. Proporcionar espaços urbanos de moradia com infraestrutura para recepção
 - II. acessibilidade e iluminação pública adequada;
 - III. centro de lazer próximo;
 - IV. espaços para a promoção de saúde;
 - V. cuidados básicos de saúde.

Esse projeto tem como objetivo minimizar a exclusão de um grupo com fragilidade social: os idosos.

Localização: Avenida Ipiranga, Nº:3780

● **MODALIDADE**

- I. 48 unidades habitacionais e 5 comerciais
- II. Implementação de sustentabilidade ambiental
- III. Terreno próprio PMPA
- IV. 96 idosos beneficiados

IMPACTOS INOVADORES

- Atenção e política habitacional específica à população idosa com condições de possuírem autonomia física e financeira;
- Projeto-piloto para promoção de pesquisas e estudos longitudinais acerca da efetividade desta modalidade de atendimento no município de Porto Alegre, possibilitando comparações com outros modelos;
- Desenvolvimento de práticas de autocuidado e promoção de autonomia, divergente de políticas públicas que colocam o idoso no local de passividade e de incapaz.

- Planejamento:
 - Custo: Investimento aproximado de 16 milhões de reais
 - 24 meses de execução
 - Início em 2023

Subproduto:

PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

- Em 2019 iniciamos o processo de reassentamento dos moradores da Vila Nazaré, ao lado do aeroporto, para os Loteamentos Irmãos Maristas e Senhor do Bom Fim.
- Muitas famílias que foram designadas para os Loteamentos nunca tiveram a experiência da convivência em condomínio. O que prejudica pagamentos básicos dos condôminos, como: Pagamento de taxas condominiais Água e luz.
- Com a dificuldade na compreensão desse novo modelo de convivência, surgem brigas, ameaças e conflitos.
- Essa situação gera resistência dos moradores para pagarem o condomínio e com isso as dívidas acumulam.

Planejamento:

Custo: Investimento aproximado de 22 milhões de reais
Duração: 36 meses de execução
Início em 2023

Subproduto:

ATUALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE CADASTRO HABITACIONAL POR MEIO DE SISTEMA DINÂMICO, DESCENTRALIZADO E TRANSVERSAL (não faz parte da consulta)

Objetivo:

Desenvolvimento de sistema para gestão e cadastro habitacional eficaz, com possibilidade de inscrição descentralizada, atualização e consulta dinâmicas e por multiplataformas, georreferenciado inframunicipalmente, acessando diversas bases de dados municipais, estaduais e da união.

Investimento:

6 Milhões de reais

- **Ações:**

1. Levantamento de necessidades para desenvolvimento do sistema e imersão para implementação.
2. Desenvolvimento de política transversal para acessar bases de dados diversas promovendo a interoperabilidade, que possibilitem identificar a situação atual dos cadastrados e realizar filtro daqueles que ainda tenham possibilidade de atendimento.
3. Montagem de ação de campo para busca ativa de usuários com interesse no cadastro habitacional.
4. Divulgação nos meios digitais e diretamente nas comunidades do novo cadastro.
5. Ida à campo para realização de cadastro aos mais vulneráveis.

Após a apresentação o servidor Diego Dewes, encaminhou aos representantes do Conselho Municipal de Acesso a Terra e Habitação (COMATHAB), o link para que as pessoas participem da pesquisa sobre os temas tratados.

A conselheira Maria Alice Michelucci ressaltou a importância da ampla divulgação desses projetos para que as pessoas possam posteriormente avaliar estas propostas.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente ata, às 19h40, do dia 27 de julho 2022.

Relator: Lucas Schmitt.

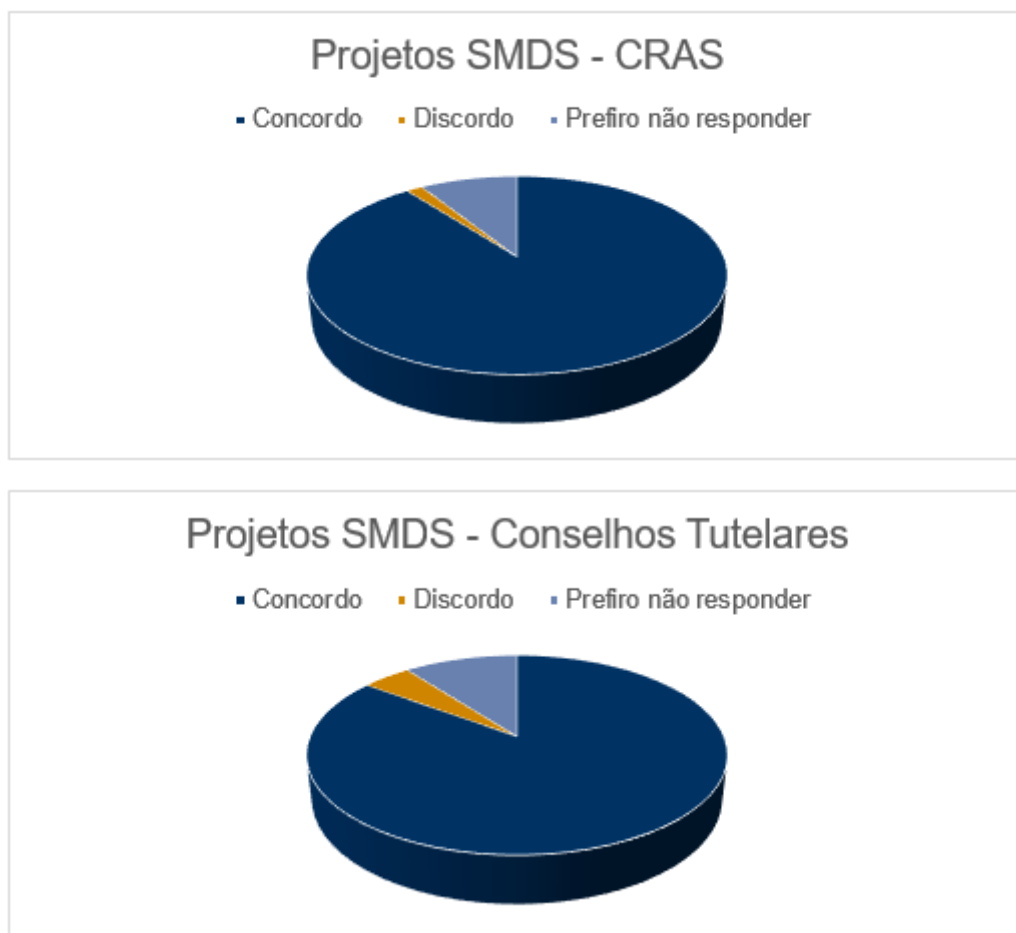
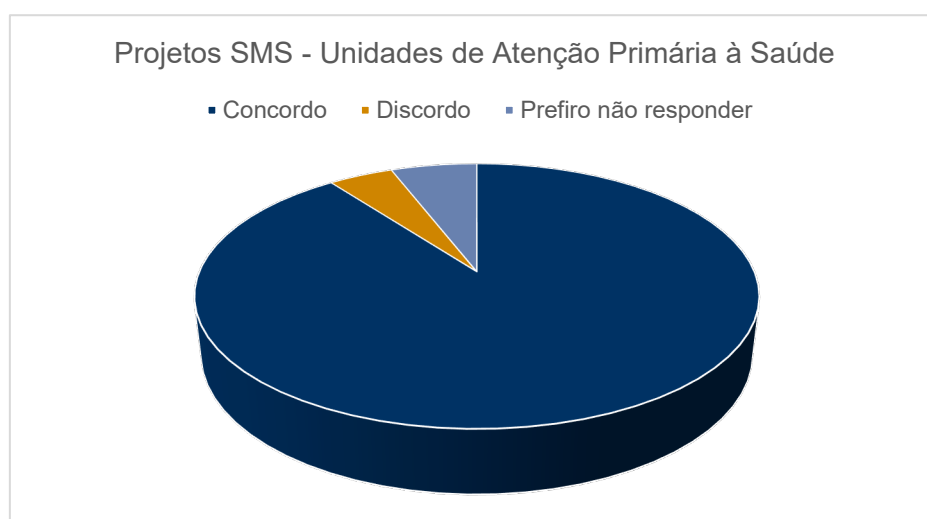
Figura 4 - Projetos Propostos pela SMDS

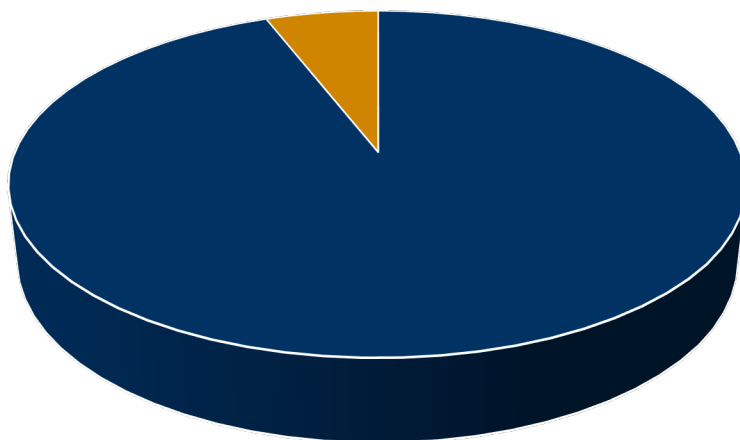


Figura 5 - Projetos propostos pela SMS



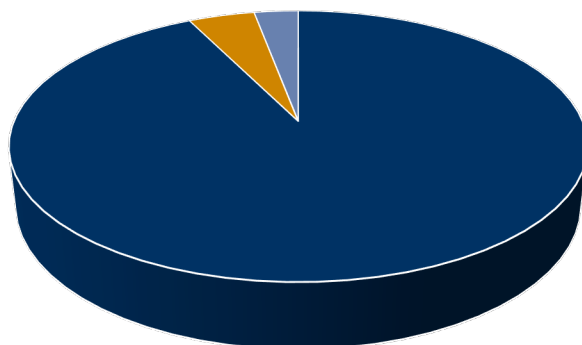
Projetos SMS - Centros Especializados em Saúde

■ Concordo ■ Discordo ■ Prefiro não responder



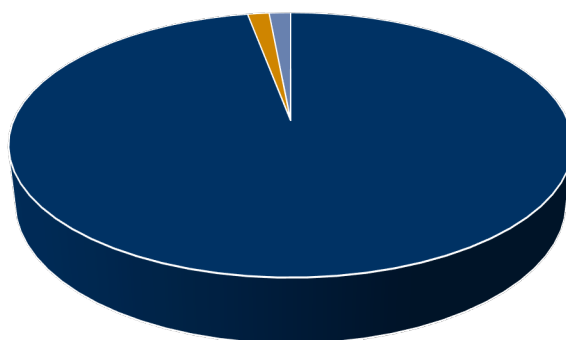
Projetos SMS - Unidade de Queimados no Hospital Pronto Socorro de Porto Alegre

■ Concordo ■ Discordo ■ Prefiro não responder



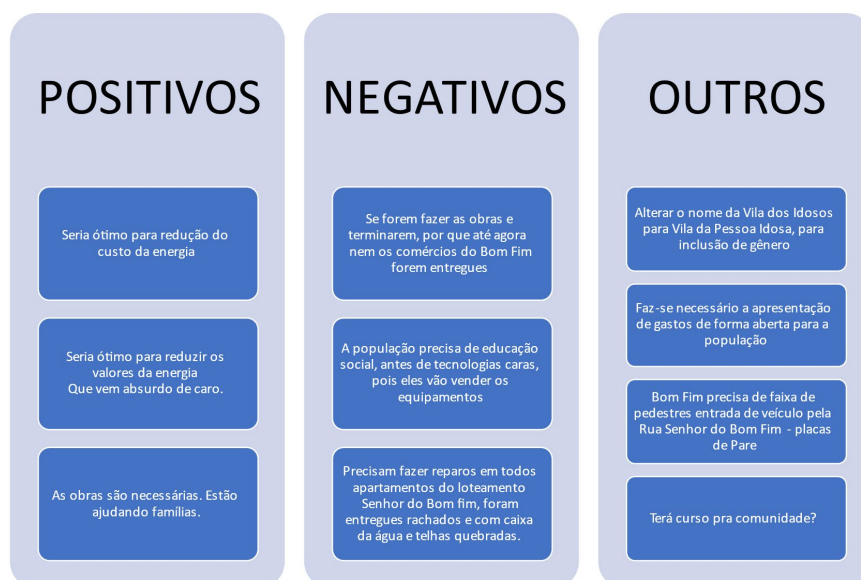
Projetos SMS - Melhorias no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas

■ Concordo ■ Discordo ■ Prefiro não responder



Com relação às dúvidas e questionamentos, são apresentados a seguir um resumo dos resultados. As dúvidas completas estão apresentadas ao final deste relatório.

Os questionários incluíram, também um espaço para dúvidas, questionamentos e sugestões. Para os projetos do DEMHAB, o principal ponto positivo foi a redução do custo com a conta de luz e os negativos relativos a pendências ainda existentes nos loteamentos Bom Fim e Irmãos Marista.



Om relação aos projetos do SMDS, os principais pontos negativos não foram com relação aos projetos em si, mas relativos à necessidade de maiores discussões com a população.



E, sobre os projetos da SMS,



De forma detalhada, as dúvidas, questionamentos, preocupações e sugestões foram:

SMDS

Responda esse espaço com dúvidas, sugestões ou críticas sobre as Obras do programa de desenvolvimento social e sustentabilidade fiscal POA - SMDS.

O casario antigo deve ser mantido. Como na Europa.

Uma obra de mobilidade necessário era a retomada do aeromóvel obra que trará transporte público parar o século 21 !

Essas melhorias são importantes, mas não abrange a região que moro

O endereço correto da obra do CRAS é General Jonatas Borges Fortes

Precisamos muito desses serviços!!!

Não é uma consulta e sim algo pronto que vem só pra dizer concordo, discordo ou não opino mas a construção devem ser feita com os territórios.

Precisamos melhoras o Cras hípica em atendimento social é o que falta respeito com a comunidade.

Em vez concordo ou discordo deveria ter espaços para opiniões

O que é sustentabilidade fiscal??? Como vou responder considerando os impactos senao sabemos quais são eles. Qual o critério da escolha destes locais e não outros ... não me parece uma pesquisa de consulta. Mas de validação de algo visto não haver informação suficiente nem opções.

A elaboração deste questionário foi dirigido sem a participação das comunidades. Respostas dirigidas.

Sobre as obras concordo. Sobre as terceirizados desses serviços de acolhimento discordo totalmente. Sobre pagar 2.300 a um assistente social e um verdadeiro desrespeito à categoria e ao usuário e afirmo: esse governo é o verdadeiro DESMONTE DAS POLITICAS PUBLICAS. Fora Mello e seu bando!!!

Responda esse espaço com dúvidas, sugestões ou críticas sobre as Obras do programa de desenvolvimento social e sustentabilidade fiscal POA - SMDS.

Que a população envolvida seja ouvida sobre as reais necessidades, que possam de alguma forma opinar sobre o uso do recurso. Exemplo: Nas Unidades de Triagem q os Recicladores possam participar nas decisões de melhorias, pq Prefeitura e Parceiros em outros momentos já possibilitaram melhorias sobre a ótica de quem não trabalha no espaço. Nos ouçam, podemos contribuir e transformar o investimento em resultados positivamente relevantes.

Quando fizer a pesquisa as informações tem que ser completa, as unidades de reciclagem deveriam já ter um local definido.

Muito importante a reforma do cras da rua sao domingos!

Qual a função do centro de urgência e emergência para acolhimento?

Até que um dia haverá uma reforma ,e urgente a recuperação dos prédios

Investimentos diretamente com as unidades de triagens ou através de terceiros através de troca de dados?

Qual previsão da obra?

Que as obras de fato se efetive o mais rápido possível pois muitos espaços ganhariam melhorias e muitos ficariam mais próximos da comunidade e de outros Serviços

Cras da rua São domingo, super necessário, aonde está localizado agora está de difícil acesso para sua grande maioria de usuários, sendo q um prédio ali parado e sem uso. Reformas no prédio do conselho, necessário demais, pois está precário.

Acredito que o empenho em construção e melhorias em predios que atendem a rede da assistência social é um investimento necessário e com urgência!

Não estou a par do programa, mas o espaços da orla foi um grande feito no que tange a sustentabilidade

CRAS LESTE I

Cadastro único tem que ser feito no Crás. O cras está dentro da comunidade e atende todas as regiões

Penso que as reformas nas Uts contratadas são de supra importância ,porém não vejo necessidade de construção de mais 2

Obras de extrema importância. Não há serviço público de qualidade em local sem condições para sua prestação.

DEMAB

Responda esse espaço com dúvidas, sugestões ou críticas sobre as Obras do programa de desenvolvimento social e sustentabilidade fiscal POA - DEMAB.

Acho que em vez de vila dos idosos, poderia ser vila da pessoa idosa, assim incluindo ambos os sexos, gêneros etc.

Outra questão, acerca da energia fotovoltaica, vale bastante a pena no banheiro, onde o banho quente e secador de cabelo gastam muita luz, fazendo a conta de energia elétrica ser muito cara.

Eu resido em um empreendimento do antigo PAR para pessoas de baixa renda em parceria com o DEMAB, porém estamos a mercê sem nenhum benefício ou melhoria e apoio por parte da prefeitura, moramos em área central e precisamos muito de auxílio pois pagamos muito caro em despesas que deveriam ter auxílios e também inovação em tecnologias eco sustentáveis.

CONDOMINIO E RESIDENCIAL UMBU NO BAIRRO FLORESTA MERECEM MUITA ATENÇÃO!!!

Responda esse espaço com dúvidas, sugestões ou críticas sobre as Obras do programa de desenvolvimento social e sustentabilidade fiscal POA - DEMHAB.

Só continuem...

parabéns pelas novidades!

Trabalho muito importante!

Seria ótimo, na redução da energia.

Seria muito bom isso pq ta muito carol a luz

Nossa comunidade precisa de muitas melhorias olhem por nossa comunidade

Parabéns pela iniciativa

Se forem fazer as obras e terminarem,pq até agora nem os comércios do bom fim forem entregues

Concordo com obras para os cidadãos em situação de risco, porém faz-se necessário a apresentação de gastos de forma aberta para a população poder acompanhar os gastos da prefeitura, especialmente quando a mesma tem preferido e liberado tantos projetos para uma única construtora - melnick even, que convenhamos, não tem interesse algum em cidadania.

Seria ótimo para reduzir os valores da energia
Que vem absurdo de caro.

A população precisa de educação social, antes de tecnologias caras, pois eles vão vender os equipamentos

Bom sobre o programa nós representantes das cooperativas habitacional estamos excluindo dos devidos programas e transferência de áreas para construção de moradia digna

Poderia ter um projeto na zona sul

Precisam fazer reparos em todos apartamentos do loteamento senhor do bom fim, foram entregues rachados e com caixa da água e telhas quebradas.

RESIDENCIAL BOM FIM TA PIOR DO QUE UMA VILA. PREDIOS MAL FEITOS FALTA TERMINAR OBRAS ATE HOJE

Bom fim precisa de faixa de pedestres entrada de veículo pela rua senhor do bom fim placas de pare

Tem que colocar energia solar nos apartamento também de que adianta só nas casa

Seria bom se fizessem vistoria porque tanto no bom fim quanto no marista as pessoas venderam ap

Só acho que deveria comprir oque prometeram cadê os comércios do bom fim que já era para estar pronto

Terá curso pra comunidade

As obras são necessárias. Estão ajudando famílias.

As obras são muito boas mais tem que selecionar melhor os controlados

Vocês estão beneficiando a MRV e prejudicando o loteamento JARDIM PROTÁSIO ALVES

Os empreendimentos Minha casa Minha vida não trouxeram exatamente uma boa imagem ao DEMHAB. Mas no que tange este programa creio que será mais impactante para ambos, família e governo.

Também gostaria que considerassem as demandas de moradia do orçamento participativo. Pois estas são necessárias no processo de desenvolvimento na cidade e regiões. Foram demandadas para as comunidades pensando em quem é o mais vulnerável neste sentido.

Responda esse espaço com dúvidas, sugestões ou críticas sobre as Obras do programa de desenvolvimento social e sustentabilidade fiscal POA - DEMHAB.

Que esta obra realmente saia do papel e comece e termine realmente. Pois as obras do condomínio marista estão paradas inacabadas. não se vê reais melhorias para a população carente. apenas promessas.

Porque assuntos diferentes na mesma pesquisa?

Quais benefícios teremos com a construção desse projeto piloto vila dos idosos?

E a praça do marista

Sim

Aminha dúvida é porke pessoas demoravam desliguei social devoses davam temporadas agora senoamtemcomdisoes

Acho que vai ser bom, pq o custo da energia esta muito alto.

Excelente

Minha sugestão é que todas as famílias que foram reassentadas tenham a luz com renda baixa. Pois muitas famílias não tem condições de pagar um absurdo de luz

Que venha pra melhora pra todos

Sou do condomínio marista iluminação pública lâmpadas queimadas reciclagem sem controle em qualquer lugar limpeza de esgoto e tampas de boeiro criação de quebra molas e policiamento mais frequente

Gosteu

Vimos de um lugar vulnerável. Falaram que iríamos pagar uma taxa de luz que até aí tudo ok mas agora tu pagar quase 400 de luz é desumano e agora estamos recebendo msg para pagar IPTU só quem lucra é a prefeitura. E o demab não faz nada para ajudar

Ótima acredito que com esta gestão sendo uma das melhores até hoje estamos vendo as coisas acontecerem

Minha única reclamação é da construtora direcional, péssimo trabalho feito, ninguém fiscaliza, eles não consertam as coisas estragadas que deixaram, um descaso, tirando essa péssima escolha da prefeitura, acho ótimo o trabalho do demhab.

Vou achar muito bom

Boa

Horrível os apartamentos com mofo,

Obras mal acaba , promessa não cumpridas , pouco espaço para carro , pouca área de lazer muito bom e útil para todos !!

Olha não fizeram os apartamentos bons mofa as paredes

Se sair do papel isso terá um benefício enorme a nossa comunidade

Nada a declarar...mas se for aprovado será muito bom pra todos

Dar oportunidade de uma residência para mães solas

O projeto é gratuito e vai viabilizar a diminuição da conta da luz ??

Acho que será uma boa obra para os dois condomínios

S falta de um posto de saúde e uma linha de ônibus direto ao centro

Boa ideia

Será agradecido se a luz aqui poder diminuir bastante

Responda esse espaço com dúvidas, sugestões ou críticas sobre as Obras do programa de desenvolvimento social e sustentabilidade fiscal POA - DEMHAB.

As casas já tem uma placa solar, mas não adianta pra outras coisas, serão instaladas mais placas nas casas???

SMS

Responda esse espaço com dúvidas, sugestões ou críticas sobre as Obras do programa de desenvolvimento social e sustentabilidade fiscal POA - DEMHAB.

A infraestrutura do DEMHAB é muito antiga.

O que significa "estruturação de centros especializados em saúde"? Como vai funcionar? Que tipos de especialidades estarão contempladas nas unidades escolhidas ?

Obs.: A pesquisa pergunta se "concorda" ou "discorda" sem explicar o que será feito nos locais e porque. Não há como concordar com algo sem que se saiba quais serão as consequências das "obras"

A prestação de contas tem que ser transparente e não pode levar anos. E saúde mental, cadê o investimento? Urge estruturas para saúde mental dal capital.

EU SÓ NÃO ENTENDI PORQUE NÃO INCLUIRAM ESTAS REFORMAS DO POSTO DE SAÚDE DA RESTINGA VELHA , QUE FICA NA RUA ABOLIÇÃO, OLHA A MUITOS ANOS ESTE POSTO PRECISA DE UMA SALA DE RAIOX, UM LABORATÓRIO PARA COLETA DE SANGUE ,,OS PACI~ENTES ATENDIDOS NESTE POSTO TEM QUE PEGR SEUS EMCAMINHAMENTOS DE EXAMES E IR FAZER EM OUTRO LUGARES, DAI É AQUELE TRANSTORNO DE SEMPRE.

Precisamos de mais a habitação para as pessoas vulneráveis, com preço acessível.

Mais sustentabilidade com tecnologia

Qual a previsão da remoção das famílias da Vila Farrapos para a conclusão da nova ponte de Guaíba?

Espaço de quimados poderia ser hospital separado do pronto socorro, sendo somente hospital de quimados ou gum centro ou novo pequeno pronto socorro. Outor local. Pois pronto socorro já não tem mais pra onde crescer

É fundamental que o serviço de saúde pública proporcione uma forma mais prática e eficiente de marcação de consulta. Não se admite mais ter que perder 1 dia de trabalho para conseguir marcar uma consulta!

O atendimento na saúde de Poa já está um caos, principalmente o atendimento a especialistas, exames e cirurgia. Que essas obras, seja feita com muita cautela, para não prejudicar mais ainda o atendimento a população.

Sendo área da saúde é sempre pouco para o que temos Não se arrependerao nunca de investir nesta área sem dúvidas.Continuem

Não fazem mais nada demhab só gancho de emprego

Quanto mais referência em saude. Melhor é para Porto Alegre

Deveriam incluir melhorias em ou outros postos de saúde tbm, faço parte da US Elizabeth, e agora a Santa Casa assumiu e o serviço está muito precário

Utilização do antigo INSS para clinica de familia e especialidades, transformando o atual postão IAPI em UPA uma vez que a cidade está carente neste atendimentos.

Quando começam?

Responda esse espaço com dúvidas, sugestões ou críticas sobre as Obras do programa de desenvolvimento social e sustentabilidade fiscal POA - DEMHAB.

Prefiro que cada postinho de saúde Fassa uma ficha de cada pessoa que toma remédio continuo.e deixe reservado.para pegar no final de cada mês.

Toda a parceria em conjunto com a comunidade de forma organizada tende a ter resultados bastante positivos e eu acredito que tudo possa melhorar!

Abranger mais famílias. Aumentar auxílio para a população de baixa renda. Melhor o atendimento emergencial em posto regional, descentralizar. Cada região com seu posto de emergência para não lotar hospitais.

Espero que a prefeitura priorize o problema dos alagamentos do arroio Sarandi, não aguento mais viver com as ameaças de alagamento sempre que chove e os prejuízos que já tive com os mesmos, esse é um problema antigo, envolve a saúde e a vida das pessoas, a prefeitura aguarda uma tragédia para resolver este problema?

Concordo com as obras para beneficiar os cidadãos.

Falto melhorias na unidade são Carlos, localizada no terminal da Antônio de Carvalho, local precário com grande numero de pombos sobrevoando pacientes na espera de atendimento. falta mais funcionários para atendimento.

Muito importantes e necessárias.

Gostaria de saber quando vai sair do papel a galeria para o arroio moinhos na zona leste de POA rua Manoel Bitencourt 330 pois já foi ganhando orçamento participativo e até agora nada de obra e projeto isso seria muito importante para os moradores e empresários que pertencem na quela região.

Penso que irão fazer reformas em todos estes equipamentos que são importantes para a melhoria do atendimento em saúde e depois entregar para convênio com os hospitais privados e nos postos de Saúde onde já existe este tipo de serviço a qualidade do atendimento é questionável.

A ERM possui mais de 160 escritórios através dos seguintes países e territórios no mundo

Argentina	Países Baixos
Austrália	Nova Zelândia
Bélgica	Noruega
Brasil	Panamá
Canadá	Peru
Chile	Polônia
China	Portugal
Colômbia	Porto Rico
França	Romênia
Alemanha	Rússia
Hong Kong	Singapura
Índia	África do Sul
Indonésia	Coreia do Sul
Irlanda	Espanha
Itália	Suécia
Japão	Suíça
Cazaquistão	Taiwan
Quênia	Tailândia
Malásia	UAE
México	UK
Moçambique	US
Myanmar	Vietnam

ERM Brasil

Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini,
105-Thera Corporate, Sala 171
Cidade Monções – 04571-010
São Paulo – SP

T: +55 11 5095 7900

www.erm.com